



# **A Acessibilidade das Pessoas com Necessidades Especiais à Cultura**

**Inês Filipa Pinto Charro**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Estudos de Cultura**  
(2º ciclo de estudos)

Orientadora: Prof. Doutora Idalina Proença Maia Sidoncha

**maio de 2020**



## Agradecimentos

À minha mãe, a peça fundamental na minha vida, a quem dedico esta dissertação por tudo o que fez e faz por mim. Por nunca me deixar cair e por me fazer acreditar que se lutar, tudo é possível. Não há amor mais bonito que o nosso.

Ao meu irmão, por ser um dos grandes amores da minha vida, pelo nosso amor, cumplicidade e por caminharmos sempre lado a lado.

Ao meu pai, que me acompanhou ao longo desta jornada.

Aos meus avós, que apesar de nunca os ter conhecido, deram-me a melhor mãe do mundo. Tenho a certeza de que estarão orgulhosos de mim.

Aos meus avós de coração, por estarem sempre presentes e festejarem comigo cada conquista.

À minha orientadora, prof. Doutora Idalina Sidoncha, por todo o apoio, empenho e dedicação. Por nunca me deixar desistir e ter acreditado até ao fim de que era capaz.

Ao professor Urbano Sidoncha e à professora Idalina por me terem acompanhado neste percurso desde o primeiro dia que entrei para a UBI. Passaram seis anos e quando mais precisei estiveram lá para ajudar, sempre com uma palavra amiga, de conforto e de esperança.

À minha melhor amiga, Xana. Amiga de infância, amiga dos bons e maus momentos. Obrigada por todas as vezes que desanimei e me fizeste acreditar de que era capaz. Por todas as gargalhadas infinitas que só nós sabemos.

À minha Joaquina, amiga e companheira de todos os momentos da vida. Obrigada por caminhares comigo neste longo raio da vida, por traçarmos caminhos juntas e nunca desistirmos de lutar por aquilo que queremos.

À minha chichoquinha Lúcia, uma pessoa muito especial na minha vida. Das melhores pessoas que o curso me deu e que de uma amizade, tornou-se família. Foste uma pessoa essencial neste percurso académico e sem ti nada faria tanto sentido. Obrigada por todo o apoio e amizade. Mesmo longe sempre me fez acreditar que este era o caminho certo e que nada é mais forte que nós.

À minha Gisela, amiga e companheira desta jornada, das melhores pessoas que a UBI me deu. Obrigada todo o apoio, por todas as tardes de trabalho, pelas trocas de ideias e pela tua incrível amizade que será para sempre.

À minha Martinha, uma pessoa tão especial na minha vida. Obrigada seres aquela pessoa que mesmo a quilómetros de distância estás sempre pronta ajudar, por nunca me teres deixado ir abaixo, por acreditares em mim e teres sempre uma palavra de conforto. Por seres das melhores amigas que levo para a vida.

Aos meus incríveis amigos e irmãos escutas, Bela e Gino por estarem sempre prontos ajudar e por me acompanharem há tantos anos. E à Marília que me fez acreditar que ainda é possível conhecer pessoas tão excecionais.

A uma das melhores pessoas que os escuteiros me deu, a Marianella, por ser uma pessoa muito especial na minha vida. Mesmo à distância de uma chamada, estive sempre quando eu mais precisei, por me ter feito acreditar que tudo isto era possível.

Ao Daniel, por nos últimos tempos ter sido um apoio fundamental, por ter acreditado e nunca ter desisto de mim. Que seja assim para o resto da vida.

À Nay, por ser a mana que nunca tive e que esta universidade me permitiu conhecer. Obrigada por me teres ajudado tanto a não desistir do meu sonho, por estares sempre quando eu mais preciso.

Ao meu melhor amigo, Márcio por me acompanhar há tantos anos e ser a pessoa incrível que é.

À Margarida, a pessoa mais pura que conheci neste percurso académico e que prometo guardar para sempre.

Ao Paulo, por ser um amigo de todas as horas e por ter uma palavra de apoio constante.

À professora Ana Cristina, pelo seu carinho, ajuda, dedicação e sobretudo amizade de tantos anos.

E a outras pessoas que entraram e saíram da minha vida, que me fizeram ver que a vida é mesmo assim e que nada, nem ninguém nos faz desistir dos nossos sonhos.

## **Resumo**

A presente dissertação tem como objetivo trazer à colação uma temática muito atual baseada na problemática da deficiência. A desigualdade, exclusão e discriminação, são episódios que ocorrem no dia-a-dia das pessoas com necessidades especiais, tendo a sociedade um papel importante para o desenvolvimento pessoal e social de cada um de nós, com vista a construir valores e atitudes de igualdade.

Neste sentido, e de forma a combater a exclusão das pessoas com necessidades especiais na sociedade, é necessário ultrapassar as barreiras existentes, por forma a que estas pessoas possam usufruir dos recursos existentes, e neste caso concreto, os de âmbito cultural. Impõe-se aqui um grande desafio para gerar e garantir uma equiparação de oportunidades para as pessoas com ou sem necessidades especiais, com o objetivo da participação cívica de todos e de uma melhor qualidade de vida.

Com a finalidade de promover a inclusão à cultura, sem exceção, independentemente da sua condição, esta dissertação pretende contribuir e sensibilizar todos os responsáveis pelas áreas culturais, para criarem condições de acessibilidade nas diversas áreas da cultura, de acordo com as dificuldades de cada cidadão.

### **Palavras-Chave:**

Acessibilidade, necessidades especiais, cultura, inclusão, igualdade

## **Abstract**

The present essay aims to bring to collation a very important theme based on the problematic of deficiency.

The inequality, exclusion and descrimination happen in the daily lifebof people with special needs, having the society na important role in the personal and social development of each one of us, in order to build values and attitudes of equality.

In this case, and to fight the exclusion of people with special needs, it is necessary to overcome the existing barriers so that these people may enjoy the existing resources and in this particular case, the cultural ones. It is an enormous challenge to generate and to ensure the matching of opportunities to people, with or without special needs with the purpose of civic participation of all and to a better quality of life.

To promote the inclusion and right to the culture, without any exception, regardless of our own condition, this work wants to contribute and to raise awareness in all those responsible for the cultural areas, to create conditions of accessability in the different areas of culture, according to the difficulties of each citizen.

### **Key Words:**

Accessibility, special needs, culture inclusion, equality

## **Lista de Acrónimos**

APD – Associação Portuguesa de Deficientes

CEA - Conceito Europeu da Acessibilidade

CIF – Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde

D.L. – Decreto de Lei

DGPC – Direção-Geral do Património Cultural

DSArtes – Direção-Geral das Artes

GAM – Grupo para Acessibilidade em Museus

INE – Instituto Nacional de Estatística

INR – Instituto Nacional de Reabilitação

IPM – Instituto Português de Museus

ITEM – Internacional Network For Contemporary Performing Arts

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

# Índice

<b>Agradecimentos</b> .....	I
<b>Resumo</b> .....	III
<b>Abstract</b> .....	IV
<b>Lista de Acrónimos</b> .....	V
<b>1. Introdução</b> .....	1
<b>2. Definição de Cultura</b> .....	3
<b>3. Diversidade Humana</b> a nível dimensional, cognitiva, motora, perçetiva e demográfica .....	16
<b>4. A Deficiência</b> .....	23
4.1. O modelo social e o modelo médico da deficiência.....	28
4.2. A Deficiência desde os anos 90 até à atualidade.....	31
<b>5. A Inclusão Social</b> .....	33
<b>6. A Inclusão Cultural</b> .....	37
<b>7. A Acessibilidade Cultural</b> .....	41
7.1. A perspetiva da acessibilidade .....	45
7.2. Acessibilidade: condição fundamental para o benefício de todos.....	54
7.2.1. Edifícios Públicos .....	60
7.3. A acessibilidade em três dimensões .....	62
7.3.1. Acessibilidade física .....	65
7.3.2. Acessibilidade de informação e comunicação .....	97
7.3.3. Acessibilidade atitudinal.....	105
7.4. Acesso Cultura – Associação Cultural.....	109
<b>8. Conclusão</b> .....	114
<b>9. Bibliografia</b> .....	121
<b>Glossário</b> .....	127
<b>Anexos</b> .....	129

# 1. Introdução

O presente trabalho apresenta um conjunto de reflexões acerca da inclusão na cultura de pessoas com necessidades especiais. Mais especificamente, a acessibilidade deste grupo social a áreas culturais.

Ao longo dos tempos a acessibilidade e a mobilidade de pessoas tem evoluído de uma forma significativa. Tal evolução, provocou modificações no modo de vida de pessoas com necessidades especiais e na sua vida social. Mundialmente, mais de um bilhão de pessoas, convive com alguma forma de deficiência, dentro dos quais duzentos milhões experimentam dificuldades funcionais consideráveis. Deste modo, é fundamental e do interesse de todos, nomeadamente governos, organizações da sociedade civil, e organizações de pessoas com deficiência, que se criem condições facilitadoras, se desenvolvam serviços de suporte e reabilitação que garantam uma adequada proteção social e se criem políticas e programas de inclusão, por forma a que se façam cumprir as normas e a legislação existente. É certo que muitas respostas dadas às necessidades existentes, são resultado da pressão desenvolvida fundamentalmente pelas pessoas com necessidades especiais, visto que se defrontam diariamente com obstáculos e dificuldades várias: nomeadamente a necessidade que estas pessoas sentem em serem integradas na vida em sociedade, o mesmo é dizer, a necessidade que têm em ver a deficiência ser reconhecida pelas instituições e pelos governos como pertencente aos direitos humanos.

Neste caso, é de realçar a importância da questão da participação das pessoas com necessidades especiais nas atividades da sociedade, uma vez que esta pode melhorar de acordo com a noção de inclusão e resolução das objeções existentes. Assim sendo, a acessibilidade é vista como uma questão a ser tratada ao nível direitos humanos que é reconhecida nas leis de vários países, nomeadamente no direito à igualdade de oportunidades, à inclusão, à não discriminação, assim como o direito nas suas múltiplas variáveis na vida em sociedade.

É, pois, fundamental promover o acesso intelectual/social e económico a espaços culturais, uma vez que, a Cultura e o Património Cultural são para o usufruto de todos.

A realização deste projeto com o mote “A acessibilidade das pessoas com necessidades especiais à cultura”, tem como fundamento exaltar a importância da inclusão social na área cultural. Deste modo, é pertinente realizar um estudo sobre de que forma se podem ultrapassar as barreiras postas a este elevado número de pessoas que necessitam de condições outras, por forma a que permitam o usufruto da cultura. Atualmente são poucos os locais onde se podem encontrar infraestruturas que permitam a este grupo de pessoas desfrutar da cultura de forma igualitária à restante população. As necessidades especiais ou as também designadas deficiências, podem ser diversas pelo que é imperioso criar condições de modo a permitir a integração e participação de todos na cultura.

Desta feita, o presente trabalho tem como objetivo demonstrar de que forma as pessoas com necessidades especiais têm acesso à cultura. O estudo que procurámos desenvolver em torno deste tema, pretende apresentar diferentes variáveis da inclusão das pessoas com deficiência numa área social de grande importância, uma vez que, a cultura é um fator fundamental no que diz respeito ao desenvolvimento quer a nível social, individual ou económico. Logo, quando falamos em inclusão como exercício de cidadania, temos invariavelmente de mostrar as dificuldades existentes para este grupo de pessoas, no acesso à cultura, bem como proporcionar formas de ultrapassar essas barreiras.

## 2. Definição de Cultura

Cultura é uma palavra latina com a mesma raiz de *cultus* (cultivo e culto), do verbo *colo*, *it*, *ere*, aplicado a domínios tão diversos como os campos, as letras e a humanidade. Embora o conceito de cultura seja muito amplo e diversificado, existe uma raiz comum a todas as definições que consiste na peculiar condição do homem enquanto ser dotado de uma capacidade única de confrontar a realidade através de uma ação dotada de significado.

Cultura pode ser definida por todos os hábitos, costumes, ideias, comportamentos, símbolos e práticas sociais do ser humano e do meio onde este se insere, ou seja, todos estes elementos são transmitidos não somente de geração em geração, como também através da vida em sociedade. Desta forma, pode-se afirmar que cultura é também definida como um processo cumulativo, o mesmo é dizer, que todo o conhecimento e todas as práticas a ela ligadas, que são transmitidas das gerações adultas às gerações mais jovens tendo como objetivo a evolução das mesmas. Deste modo, cultura é também considerada como uma herança social, uma vez que as aprendizagens e o património cultural são transmitidos de cada sociedade para as novas gerações, através de todo o conhecimento adquirido pelos seus antepassados. Consequentemente, cultura está intimamente ligada à educação, uma vez que, numa sociedade em que não há possibilidade de frequentar a escola, a cultura é transmitida através da família e dos diferentes grupos de uma faixa etária mais alta. Nas sociedades em que a escola se faz sentir no dia-a-dia de cada indivíduo, a cultura é complementada com o ensino escolar.

Assim sendo, a cultura pode ser atingida com novas formas de pensar, novas práticas e novos comportamentos de forma a melhorar a vivência do ser humano, partindo do princípio que o lugar onde nascemos e vivemos influencia a nossa forma de ser e deste modo esse mesmo lugar ergue-se por um conjunto de ações das pessoas que o habitam.

Segundo Manuel Antunes<sup>1</sup>, há dupla ascensão da definição de cultura, nomeadamente no sentido humanístico e no sentido antropológico. A cultura no sentido humanístico do termo aponta para um certo ideal de ser humano no sentido da potenciação

---

<sup>1</sup> Antunes, M. (1967). *História da Cultura Clássica*. V1, 6, 578-581; V2, 8, 744-747.

das suas faculdades intelectuais e físicas (capacidades desenvolvidas), também no sentido da sua relação com o outro. “*Cultura é a ação que o homem realiza quer sobre si mesmo, quer sobre o seu meio visando a sua transformação ou realização para melhor.*” (Antunes, 1967, p.86). Neste sentido, o homem tem sempre por referência as grandes obras do passado. Este conceito é marcado por três traços, otimismo - crença na maleabilidade ilimitada das características humanas (*Todo o ser humano pode ser moldado*), universalismo - crença num ideal aplicável a todas as nações, lugares e tempos. (*Malear uma pessoa conforme a nação/lugar/tempo. Ou seja, andarmos todos iguais*), etnocentrismo - crença de que o ideal formado na Europa do século XVIII representava a perfeição humana, que outras partes do mundo gostariam de imitar. (*Cultura otimista que acredita que o homem é maleável a qualquer etnia*). A cultura já no sentido antropológico, é o conjunto de ideias, crenças, valores, normas, regras de conduta, significados, instituições, artefactos e dispositivos técnicos que permitem ao homem adaptar-se ao meio ambiente. É aquilo que aprendemos no dia-a-dia, não necessitamos de ir à escola para aprender.

Para além de Manuel Antunes, há um outro autor que defende uma ambivalência da cultura, no que diz respeito à ordem/livre-arbítrio e inclusão/exclusão, nomeadamente Zygmunt Bauman<sup>2</sup>. Dentro do âmbito da inclusão e exclusão, Bauman defende que a ideia de cultura é a que visionava no século XVIII, onde simultaneamente apareceu o conceito de liberdade. A cultura era para muitos a consolidação da liberdade com a ordem. O conceito apareceu numa fase em que a religião já não tinha unificação e, portanto, é esse o papel fundamental da cultura. Porém, ela une quem se identifica com ela, mas exclui quem não partilha dessa mesma dimensão.

De acordo com o autor, a cultura reforça a autonomia pessoal, torna-nos livres e ordenados e, por isso, tanto inclui como exclui, porque tanto cria condições para aqueles que partilham da mesma opinião que nós, como também cria barreiras para quem não é apologista das nossas ideias. Tanto tem a capacidade de integrar como de afastar.

No que diz respeito ao livre-arbítrio e à ordem, o autor defende que a cultura primeiramente reforça a nossa capacidade no sentido em que raciocinamos melhor e desenvolvemos as nossas capacidades (Livre-arbítrio), seguidamente tem como capacidade aumentar a liberdade daqueles que se incluem nela porque há um sentimento

---

<sup>2</sup> Bauman, Z. (1980). *O papel da cultura nas ciências sociais*.

de segurança, porém, é algo que nos esmaga, uma vez que, há imposição de normas e valores. Ou seja, a cultura tanto é inovar/inventar como preservar, pois, por um lado criamos e, por outro lado, a criatividade exige sempre uma sabedoria *à priori*. A cultura cria liberdade e essa liberdade, cria instituições que restringem a minha própria liberdade. Colocar ordem é eliminar possibilidades, ou seja, a ordem é a eliminação do que é aleatório, é a ideia antropológica para construirmos o nosso ambiente.

Este tem sido um tema central dos últimos cem anos e é um conceito que se encontra ligado à antropologia. Para além do mais, é um conceito que é debatido em diversas perspetivas a partir de diferentes autores.

O homem ao longo dos tempos sentiu a necessidade de se conhecer e conhecer todos aqueles que o rodeiam, no sentido de entender e tentar explicar o porquê de existirem tantas diferenças entre os diversos grupos da humanidade. Esta necessidade de conhecer melhor o seu “eu” e conhecer o seu próximo, surgiu certamente do próprio homem. Tendo em conta que o Ser Humano é diversificado, é importante notar que essa diversidade nada tem a ver com a aparência física do homem, nomeadamente a cor e a forma dos olhos, a cor e textura do cabelo, a definição dos lábios, a cor da pele ou até mesmo a sua estatura. Esta diversidade passa por diferentes fatores como por exemplo, o tempo, o espaço, os aspetos histórico-sociais e ainda os cognitivos. Só através destes fatores é que alcançamos o verdadeiro entendimento do homem, enquanto ser dotado de diversidade.

Deste modo, a forma como nos integramos numa sociedade especialmente numa cultura, que é de certa maneira indispensável para nós, faz com que os contextos socioculturais onde estamos inseridos, se transponham em diferentes formas de ser, pensar, de estar e de nos comportarmos.

Estas diferenças surgem da necessidade que o homem teve em satisfazer as suas necessidades básicas, quer a nível fisiológico quer a nível psicológico, a partir das condições já pressupostas ao homem, nomeadamente a natureza, o conhecimento e o domínio do conhecimento.

Uma questão que se coloca quando se fala no conceito de cultura, é nomeadamente se a cultura contém algum determinismo biológico, ou seja, determinações genéticas. Contudo, afirma-se que o determinismo biológico não diferencia nas bases culturais. No entanto, nem sempre se pensou assim, uma vez que, há determinadas situações de uma

cultura de um determinado lugar que são associadas a uma parte da cultura que pode ser de carácter biológico. Um dos autores que se dedicou ao tema do determinismo biológico, foi Felix Keesing<sup>3</sup>, no sentido em que o determinismo biológico não tem qualquer ligação a um determinado comportamento. Um outro autor que refuta também a ideia do determinismo genético é Alfredo Kroeber<sup>4</sup> afirmando que foi devido à cultura que o homem se afastou do mundo animal, permitindo que houvesse o distanciamento entre cultura e a extensão genética. Afirma que ao longo do tempo vão existindo antíteses, nomeadamente alma-corpo, físico-mental e, desta forma, somos levados a uma outra antítese, a saber o orgânico e cultural. Segundo o autor, o homem necessita do suporte biológico, uma vez que, há necessidades que o ser humano tem que satisfazer. Contudo, a forma como cada pessoa leva a satisfazer essas necessidades varia de pessoa para pessoa. A esses comportamentos que levam a satisfazer essas mesmas necessidades são considerados culturais, ou seja, provêm de uma herança cultural. O homem é deste modo, resultado do meio onde está inserido, é considerado herdeiro de um passado, de uma experiência de outras gerações.

Para além do determinismo biológico, há ainda uma outra perspetiva designada como determinismo geográfico, em que se defende que as diferenças do ambiente físico condicionam e estão na origem de uma diversidade cultural. O que se retém deste determinismo, é que consoante o determinismo geográfico assim uma pessoa tem um determinado comportamento, ou seja, um comportamento vai ser determinado pelo local onde a pessoa se insere. No entanto, dentro do mesmo local podem existir comportamentos e determinações culturais diferentes. Para além disso, não é obrigatório encontrarmo-nos num outro lugar para percebermos a cultura dessa mesma localidade.

A cultura é então vista como um conceito complexo e, desta forma, tenta-se encontrar na cultura leis e variáveis de forma a que sejam considerados modelos únicos, tal como acontece com as ciências naturais. Pode-se definir cultura como uma ciência e, desta forma, ao contrário das ciências naturais quando se faz uma investigação de uma determinada cultura, não a fazemos com a mente vazia de preconceitos. O mesmo é dizer, que quando avaliamos uma cultura já possuímos preconceitos, preconceitos esses, que não saem de nós e, deste modo, não partimos do zero, de uma mente vazia. No entanto, quando se faz um estudo de uma determinada cultura não se pode realizar à luz dos nossos

---

<sup>3</sup> Keesing, F. (s.d.), apud, Geertz, C. (2008). *A Interpretação da Cultura*.

<sup>4</sup> Kroeber, A. (s.d.), apud, Geertz, C. (2008). *A Interpretação da Cultura*.

procedimentos. Esta questão epistemológica leva-nos ao problema que Popper descreve de Bacon. Popper refere que não podemos limpar as mentes, ou seja, quando se faz uma investigação, não podemos tentar verificar esse processo segundo as nossas ideias, uma vez que, assim o resultado estaria sempre manipulado.

É pelo facto de a cultura ser um conceito tão complexo, que se tentou “cingir” essa complexidade. No entanto, ao mesmo tempo que se tentam abarcar essas complexidades, deixam-se cair as particularidades que por ela são constituídas. Um dos autores que trabalhou no sentido de resumir essa complexidade de cultura foi E. B. Tylor<sup>5</sup>, o qual defende um conceito de cultura distinto de uma transmissão genética. Deste modo, conseguiu afastar o natural do cultural. Tylor, ao tentar definir as origens do conceito de cultura e sistematizar a noção, acaba por comparar o fenómeno cultural a um outro qualquer fenómeno natural, estando sujeito a regras. No entanto, Geertz<sup>6</sup> vai contrapor esta teoria de Tylor, dizendo que não é possível isso acontecer. O autor responde que é possível realizar um estudo sistemático em volta da cultura, não podendo suspender as suas causas e regularidades sobre o seu processo.

Só para Kroeber a cultura surgiu subitamente. Num certo momento em que os primatas tiveram a necessidade de dar um salto qualitativo, conseguiram-se exprimir e tiveram a capacidade de criar símbolos. Ao mesmo jeito que Kroeber, surge-nos o autor Levi Strauss<sup>7</sup>, afirmando que o homem surgiu no momento em que teve capacidade para produzir símbolos. Para além disto, afirma que a cultura surgiu justamente quando surgiu a primeira regra, nomeadamente a proibição do incesto. Contudo, Geertz contrapõe esta ideia, afirmando que é errado pensarmos e afirmarmos que há um momento certo em que a cultura surgiu, uma vez que, o homem é considerado produto e produtor de cultura e, deste modo, não existe um início temporal.

O conceito de cultura para Geertz é essencialmente semiótico. Tal como Max Weber<sup>8</sup> defende, Geertz entende também que a cultura é uma teia de significados que o próprio homem teceu, o mesmo é dizer, que tudo o que o homem faz é uma interpretação e criação de sinais. A estas “teias que o homem tece”, o autor designa como uma teoria simbólica da cultura, a partir da qual, considera a cultura como sendo dinâmica, tida como

---

<sup>5</sup> Tylor, E. (1977). *Cultura primitiva., volume 1- Los Origenes de la cultura.*

<sup>6</sup> Geertz, C. (2008). *A Interpretação da Cultura.*

<sup>7</sup> Strauss, L. (s.d), apud, Geertz, C. (2008). *A Interpretação da Cultura.*

<sup>8</sup> Weber, M. (s.d.), apud, Geertz, C. (2008). *A Interpretação da Cultura.*

um sistema de símbolos e signos. Consequentemente, a cultura é vista não como uma ciência experimental, mas como uma experiência interpretativa, que procura significados. Contrariamente às ciências naturais que procuram um só método, a cultura não se cinge a uma só regra. Geertz pretende procurar diferentes modos de organização da vida cultural.

O autor explica-nos a cultura numa perspetiva antropológica e interpretativa, uma vez que, o mais importante é olhar para a cultura de interpretação tendo em conta o contexto onde tudo ocorre. Para além disso, olha numa perspetiva de semiótica, como um sistema de integração de signos interpretáveis, segundo um determinado contexto.

A cultura para Geertz desenvolveu-se juntamente com o aparelho biológico do homem, ou seja, a cultura apareceu e evoluiu naturalmente da mesma forma que o homem foi evoluindo. Com a sua evolução, o homem foi produzindo cultura e assim ele é considerado produto e produtor de cultura.

Só para Gehlen<sup>9</sup>, é um autor que defende que o homem possui um défice a nível orgânico, ou seja, o homem nasce como um animal indefeso perante uma natureza hostil. Apesar de ser constituído por matéria orgânica, é pouco dotado da mesma.

O homem não se encontra preparado para se adaptar ao meio ambiente que o envolve, vai sempre depender da técnica, do material inorgânico, de utensílios. Por exemplo, o homossapiens criou utensílios para poder caçar naquela época e ao longo do tempo verificamos uma evolução no desenvolvimento da técnica e sucessivamente dos utensílios, pela necessidade que o homem teve em sobreviver.

Do ponto de vista inorgânico, somos o animal mais frágil, menos capaz de resistir às coisas. Apesar disso, somos o animal que se consegue melhor adaptar às necessidades e daí que consegue resistir ao orgânico e inorgânico. Sem este auxílio do material inorgânico que o homem cria, ele não seria capaz de sobreviver.

Sob a conceção do homem, Engels<sup>10</sup> é um autor que se assemelha a Gehlen, pois defende que o homem não é suficientemente forte nas suas capacidades e, desta forma, cria a técnica e os utensílios para seu suporte. Segundo o autor, a técnica tem

---

<sup>9</sup> Gehlen, A. (2009). Reflexões sobre o Ser Humano. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, 6 (1). 74-89.

<sup>10</sup> Engels, F., Geertz, C., Bauman, Z., Leontiev, A., Marcarian, E. (1980). *O papel da cultura nas ciências sociais*, p. 7 -20.

acompanhado o homem. Vejamos a criação das armas e do fogo, cujo objetivo é produzir calor: o carro, que nos leva mais rápido e longe, sem termos que andar, ao contrário “da besta de carga”, os animais. Isto mostra que o homem se supera, mas para isto precisa de muitas experiências.

Uma das maiores evoluções da cultura foi a substituição da madeira e da pedra pela metalúrgica, na idade do bronze e do fogo. O metal permite-nos a criação de armas, e foi o primeiro grande passo de superação imposta pela natureza. Assim, hoje em dia, substituímos a madeira pelo plástico e pelo ferro, e a luz da vela pela eletricidade.

O que aqui emerge é a relação do homem com a técnica, fruto da sua inteligência e movida pelo aumento das suas necessidades.

No entanto, denota-se que o ser humano, não está adaptado/preparado para um ambiente natural, ao contrário dos animais que têm órgãos e instintos especializados, considerado o seu instinto animal. Embora tal como os animais, o homem seja dotado de mãos e de cérebro, estes são distintos. Os animais são capazes de enfrentar os problemas imprevisíveis do mundo, ao passo que o homem necessita de criar instrumentos que o auxiliem.

Para Gehlen a origem da cultura está no trabalho, porque o homem sem utensílios não é capaz de trabalhar, o trabalho (ação intencional sob o ambiente em que se insere) vai permitir o desenvolvimento do corpo humano.

Havia um conjunto de primatas que se levantava em direção às árvores e, por isso, empregou os membros superiores, desenvolvendo aptidão com os objetos à sua volta para poderem utilizar os utensílios. A libertação dos membros superiores, quando se começaram a erguer, fez surgir a mão e, deste modo, o desenvolvimento do polegar oponível. Este polegar oponível permitiu ao homem a sua evolução, na medida que começou a utilizar instrumentos com os quais se podiam defender ou modificar o meio ambiente para melhor sobreviver. Só o homem tem capacidade de ter o polegar oponível, os outros animais não têm essa característica, o mesmo é dizer, que apenas o homem consegue desenvolver técnicas e máquinas para substituir tudo aquilo que não consegue alcançar.

Como o homem conseguiu desenvolver os seus membros superiores, adota assim, uma posição ereta e passar assim da locomoção das “quatro patas” apenas para duas. Ao

desenvolver os seus membros inferiores, o homem começou a andar e isso fez com que houvesse também um desenvolvimento a nível do cérebro.

Para além do desenvolvimento do cérebro, deu-se também o desenvolvimento da linguagem, uma vez que, o homem ao criar o trabalho teve necessidade de se organizar e para se conseguir organizar teve a necessidade de desenvolver a linguagem para poder comunicar.

Desta forma, Engels afirma que a cultura surge devido ao trabalho e à linguagem.

A descoberta do utensílio, a transformação do orgânico para o inorgânico e a linguagem fizeram a consolidação do sapiens para o homo sapiens.

Esta pequena incursão pelo termo cultura procura mostrar-nos que a sociedade e a cultura são consideradas resultados do trabalho do homem, ou seja, o homem retirou da natureza as condições da sua existência a partir do trabalho. Ao contrário dos animais, que agem por instinto e satisfazem as suas necessidades sempre da mesma maneira, o homem tem necessidade de criar novas formas de se satisfazer ao se relacionar com a natureza, no sentido de produzir condições para gerar um novo meio, neste caso designado como sociocultural. Assim sendo, podemos afirmar que a cultura e a sociedade são produtos da sobrevivência do Ser Humano. Para além disto, conclui-se também que o homem é o resultado do meio existente, ou seja, ele faz parte da natureza, mas ao mesmo tempo atua sobre esse meio, concebendo as condições necessárias para o seu desenvolvimento.

É desta forma, que o autor Geertz afirma que o desenvolvimento do homem e da cultura, advém da ligação do homem com o meio envolvente.

Naturalmente, este vínculo que o homem tem com a natureza produz um mundo que é considerado transformado, modificado e adaptado segundo as suas necessidades e o seu desenvolvimento. Daí que surgem os próprios modos de ser, de estar, de fazer e de saber fazer de cada indivíduo, que por sua vez, produz cultura com a capacidade que tem em inovar.

Já segundo o autor Malinowski<sup>11</sup>, cultura é considerada como o todo global consistente de implementos e bens de consumo, de cartas constitucionais para vários

---

<sup>11</sup> Malinowski, B. (1975). *Teoria Científica da Cultura*.

agrupamentos sociais, de ideias e ofícios humanos, de crenças e costumes. Quer a cultura seja considerada simples ou complexa, deparamo-nos com uma vasta aparelhagem quer numa vertente material, humana ou espiritual, com a ajuda da qual o homem é capaz de lidar com os problemas com que se defronta.

Estes problemas resultam do facto de que o homem tem um corpo sujeito a várias necessidades orgânicas e que ele vive num ambiente que é considerado propício para si, visto que, o ambiente tanto fornece as matérias-primas para o seu trabalho manual, como também é considerado seu inimigo, pois abriga muitas forças que se opõem.

O autor defende ainda que os seres humanos são uma espécie animal, estão sujeitos a condições elementares que têm que ser entendidas de modo a que os indivíduos possam sobreviver, a raça continuar, e os organismos, em conjunto, consigam manter-se em condições de funcionamento. Assim, o homem cria um ambiente secundário pela capacidade que tem de construir artefactos.

Malinowski conclui em primeiro lugar que as satisfações das necessidades orgânicas ou básicas do homem constituem uma série de condições impostas a cada cultura. Todas as necessidades de que o homem precisa são solucionadas pela construção de materiais inorgânicos, ou seja, pela criação de um ambiente secundário/artificial. Este ambiente pode ser descrito como sendo um novo padrão de vida, que depende do nível cultural da comunidade, do ambiente e da eficiência do grupo. Ao surgir este novo padrão, significa que novos imperativos vão surgir no comportamento humano. Contudo, a tradição cultural deve ser transmitida de geração em geração e, os mecanismos de carácter educacional devem existir em toda a cultura, assim como a ordem e a lei, pois só assim há cooperação na realização cultural.

Deste modo, o homem precisa de satisfazer as necessidades do seu organismo, tendo que criar condições e trabalhar para tal, nomeadamente para se alimentar, aquecer, vestir-se, entre outras, ou seja, para se proteger e organizar contra perigos externos. Estes perigos são solucionados com o uso dos utensílios, pela organização em grupos e pelo aperfeiçoamento do conhecimento: um sentido de valor e ética.

A análise científica da cultura pode também apontar para um outro sistema de realidades em que tenta definir a relação entre uma realização cultural e uma necessidade humana ou básica, que pode ser denominada como funcional – satisfação de uma

necessidade por uma atividade à qual os indivíduos cooperam, usam artefactos e consomem mercadorias. Assim, associa-se aqui um outro princípio: organização.

Para realizar um determinado objetivo/atingir um fim, os indivíduos têm que se organizar. A organização implica deste modo, um esquema ou estrutura bem definida, no qual os fatores são universais, pois aplicam-se a todos os grupos organizados. Malinowski chama a esta organização humana de instituições, implicando uma concordância sobre uma série de valores tradicionais, pelos quais os homens se reúnem – os homens agem e satisfazem alguns dos seus desejos deixando uma marca no ambiente que os envolve. Desta forma, as instituições pretendem responder às necessidades e desempenhar uma determinada função.

Contudo, estes dois esquemas, funcional e institucional, não vão definir que todas as culturas sejam idênticas, apenas vão defini-las de uma forma mais concreta.

Malinowski diz que os problemas fundamentais dos seres humanos são solucionados pelo indivíduo por utensílios (o que está de acordo com o Gehlen) e pela organização em grupos cooperativos, ou seja, é fundamental a cooperação e a divisão do trabalho.

A criação de um grupo, com a ideia de que haverá um líder e que há grupos que se dedicam a uma determinada função e outros a outras funções, é algo que é típico da conceção científica de cultura apresentada pelo autor.

Há um problema nas necessidades humanas, que começa quando o homem começa a satisfazer as suas necessidades, isto significa que as necessidades humanas geram novas necessidades humanas. À medida que vamos respondendo às necessidades, vão-se gerando automaticamente novas necessidades.

Assim, os utensílios passam a ser mais refinados e a capacidade de organização para trabalhar e responder a essas necessidades deve ser cada vez mais sofisticada.

Para o autor, há sempre um elemento organizativo e estrutural. A cultura é a imposição de condições organizativas e institucionais para satisfazer as necessidades do meio ambiente. Assim, a análise que Malinowski faz da cultura é simultaneamente *institucional e funcional*. É institucional porque significa que a resposta que a espécie humana vai dando ao meio ambiente, à sua adaptação e necessidade que o meio suscita, exige a presença de instituições e que essas mesmas instituições, à medida que a

complexidade vai aumentando vão-se especializando. Deste modo, as instituições desempenham funções diversas.

Malinowski insere-se numa corrente que se designa de funcionalismo, corresponde à ideia de que existem instituições ou sistemas que desempenham determinadas funções especializadas.

Deste modo, aquilo que está por detrás da existência humana é a ideia de organização especializada, criação de uma instituição que responda a uma necessidade e desempenhe uma determinada função. O homem ao longo de muitos anos, foi-se organizando em tarefas e funções e, assim, foi existindo uma diferenciação funcional e essa mesma diferenciação é o que caracteriza as culturas.

O autor defende que a cultura é uma mistura de instituições em partes autónomas. Cada cultura deve a sua autossuficiência ao facto de satisfazer as necessidades básicas. Mesmo quando não parece, a cultura está sempre organizada, tem um conjunto de instituições determinadas. As culturas podem não ter uma parte tecnológica, mas têm sempre uma diferenciação funcional, o mesmo é dizer, que há uma divisão de tarefas institucionalizadas para se poder afirmar que é verdadeiramente uma cultura. Deste modo, a cultura aparece também ligada à ideia de ordem.<sup>12</sup>

Como é referido anteriormente, a cultura é por si só um conceito amplo e diversificado, que se encontra presente em vários domínios da vida comum. A cultura é vista como diversidade nas sociedades humanas, ou seja, cada cultura tem uma visão própria do mundo. A visão da diversidade cultural, remete-nos também para a diversidade humana, uma vez que os aspetos culturais e físicos são essenciais para a singularidade de

---

<sup>12</sup> Diferença entre Malinowski e Gehlen: Gehlen dá importância a uma parte da história, ou seja, preocupa-se como e em que o homem satisfaz as suas necessidades orgânicas, ou seja, através da construção de utensílios, recorrendo ao inorgânico. Malinowski não insiste tanto nos artefactos e nos objetos, mas vai insistir numa coisa: para que esses objetos tenham um sentido, é necessário que exista a formação de uma organização. Insiste sobretudo que a cultura tem uma dimensão institucional e organizativa, porque o simples uso de objetos, só faz sentido quando estão enquadrados numa distribuição de tarefas e isso, implica a existência de organizações e instituições.

cada um de nós. Esta diversidade humana é considerada enriquecedora para a humanidade, como respeito e valorização da vida do homem.

De acordo com o livro “Metamorfoses da Cultura”<sup>13</sup>, esta tentativa de especificar o que é a cultura, adota um modelo que é o das ciências naturais, o mesmo é dizer, tentar definir o conceito de cultura visando apontar aspectos mais gerais e fundamentais, como um todo. Assistimos aqui a um esforço de desconstrução da lógica essencialista<sup>14</sup>, ou seja, à falta de empenho em visualizar a substância da cultura.

Fazendo uma leitura epistemológica entre ciência e cultura, confrontamo-nos com uma relação de proximidade e de distância. Primeiramente, a relação de proximidade consiste num sentido comum que aponta para a construção de modelos de inteligibilidade do real, ou seja, tanto a ciência como a cultura trabalham com abstrações da realidade. No entanto, há também uma relação de distância entre ciência e cultura, isto porquê? Esta distância surge-nos através da especialização e rigidez disciplinar que a ciência assim o exige, enquanto a cultura aparece-nos como um modelo multidisciplinar que faz parte da marca identitária das humanidades que auxiliam a investigação científica em vários domínios como comunicacional, epistemológico, tecnológico, político e identitário, sendo vista desta forma, como um “ecossistema”. Uma das dificuldades encontradas na investigação científica no que se refere à cultura, é aquilo que podemos considerar de “deriva essencialista”, ou seja, a procura de um conceito especializado e definitivo da cultura, que ponha fim a um conhecimento relativo da essência de cultura e às intermináveis queixas de juízo perante esta.

Com uma definição concreta do conceito de cultura, conseguia-se produzir uma síntese clarificadora onde pudesse englobar sem contradições, a abrangência própria da definição, o mesmo é dizer, que alcançasse os vários sentidos deste conceito, com a verticalidade que é exigida e com a dependência de sentido a uma definição analítica.

Este é um erro que atualmente está por delimitar, isto é, há uma enorme dificuldade em se obter uma única definição de cultura. Ao contrário das ciências naturais, há inúmeras tentativas de definir cultura, uma vez que há uma multiplicidade de conceitos. Todas estas definições mais já existentes do termo cultura, não serão capazes

---

<sup>13</sup> Sidoncha, U., Moura, C. (2017). *Metamorfoses da Cultura*.

<sup>14</sup> Indo ao encontro do significado de lógica essencialista, esta remete-nos para a existência das coisas em si mesmas, não exigindo qualquer atenção ao contexto em que existem, isto é, contempla as coisas em si mesmas, indo à substância das coisas.

de abarcar as diversas significações que o conceito tem e as problemáticas que levanta, nomeadamente no contexto das sociedades contemporâneas. Contudo, é notório que há definições mais superficiais que outras que tentam ir à raiz do carácter plurissignificativo da palavra.

A dificuldade de encontrar um conceito de cultura, vai ao encontro da complexidade dos seus processos, à pluralidade dos seus contextos e à especificidade dos seus valores, fatores pensados para uma definição compreensiva e abrangente. De acordo com Bachelard<sup>15</sup>, o que é “próprio das ciências propriamente ditas é serem ciências de objeto”, ou seja, quer seja ciência natural ou espiritual<sup>16</sup>, o que é próprio é o limite do seu campo temático, por outras palavras, a identificação do seu objeto (de estudo).

Contrariamente às disciplinas científico-naturais como por exemplo a biologia, a física, a matemática, entre outras, que são ciências às quais não há nenhuma contradição, enquanto o mesmo não acontece com a cultura, onde existe contradições, uma vez que é um conceito com várias tentativas de definição.

Nas ciências naturais não há contradição, nem um sentimento de ubiquidade, pelo facto que o objeto em estudo, do qual se concretiza uma investigação, é algo tangível, concreto e relativo a um fenómeno. Já a cultura não é considerada um objeto, uma “coisa” cuja verdade possa ser definida. Por outro lado, no campo da cultura a investigação não se faz de forma direta e que se possa apresentar como acontece nas outras ciências, neste campo, faz-se de forma indireta. Como nos diz Clifford Geertz<sup>17</sup> em relação à cultura, “não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura de significado”

---

<sup>15</sup> Bachelard, G. (s.d.), apud, Sidoncha, U., Moura, C. (2017). *Metamorfoses da Cultura*, p.201.

<sup>16</sup> Ciência Espiritual: compreensão do funcionamento das leis universais que regem a nossa existência multidimensional.

<sup>17</sup> Geertz, C. (2008), apud, in, Sidoncha, U., Moura, C. (2017). *Metamorfoses da Cultura*, p. 202-203.

### 3. Diversidade Humana

A história do Ser Humano está intimamente ligada ao diálogo que fazemos entre o que percebemos objetivamente de nós, dos outros e do mundo, assim como, do que os outros percebem. Para além de nos tentarmos compreender a nós próprios e aos outros, há também uma ligação importante com aquilo que vamos construindo, em relação a nós, aos outros e com o mundo.

Quando falamos de diversidade humana é fundamental ter em conta duas heranças, nomeadamente a herança genética gerada hereditariamente e a herança cultural que surge num processo social criado entre gerações.

É inevitável dizer que a diversidade humana é enriquecedora da cultura, e consequentemente o desenvolvimento de cada indivíduo ocorre neste âmbito, uma vez que, a diversidade humana permite que não haja duas pessoas iguais quer a nível fisiológico, quer a nível social. Segundo o Conceito Europeu da Acessibilidade (CEA)<sup>18</sup>:

“As diferenças individuais começam com a combinação dos genes. Assim, surge a diversidade humana que não é apenas uma realidade a nível social (somos todos diferentes), mas também a nível individual/pessoal: as outras pessoas são diferentes de mim e, eu próprio não sou a mesma pessoa no decorrer dos sucessivos estádios de minha vida.” (CEA, 2003, p. 28)

Desde sempre, o Homem demonstrou compreender as diferenças existentes entre si, uma vez que, cada um de nós é diferente/singular. O Ser Humano é definido por ser um Ser complexo, ou seja, um Ser dotado de grandes capacidades. Mas apesar de haver uma grande semelhança em nós, em muitos aspetos, há também diferenças que nos fazem ser distintos uns dos outros, nomeadamente a nível biológico, cultural e individual.

A nível biológico somos biologicamente diferentes devido à passagem genética que é transmitida de pais para filhos através do ADN e dos cromossomas, por conseguinte, a informação genética é diferente em todos os seres vivos. Para além deste nível biológico, somos culturalmente diferentes, o mesmo é dizer que, sem a cultura seríamos seres incompletos. O que possibilita o desenvolvimento do Homem, enquanto

---

<sup>18</sup> Aragall, F. (2003). *Conceito Europeu de Acessibilidade – CEA*.

ser, é o facto de estar inserido numa cultura, ou seja, nasce, cresce e desenvolve-se consoante essa mesma cultura. Apesar de nascermos e vivermos em contextos socioculturais bastantes diversificados, é também por esse motivo que o Ser Humano tem a capacidade de se desenvolver, devido à interação que tem uns com os outros. Os diferentes ambientes, a capacidade de criar, aprender e se transformar, é fundamental para o processo de adaptação do Homem na cultura e sociedade onde se encontra.

Desta forma, a integração numa sociedade e cultura é indispensável ao Homem, pois é assim que a diversidade cultural e os contextos socioculturais onde nos inserimos, se traduzem em diferentes formas de pensar, estar e agir.

É notório que os Seres Humanos são diversos na sua natureza biológica e cultural, assim como, diferenciam-se pela sua etnia, género, orientação sexual e as escolhas que vão sendo feitas ao longo da sua vida, nomeadamente escolhas religiosas, gostos musicais, gostos alimentares, entre muitas outras coisas. Neste sentido, é importante ter noção que apesar de os seres serem todos tão diferentes, essa mesma diversidade a nível individual é fundamental para a adaptação, respeito e compreensão que devemos ter por quem está ao nosso lado, mais propriamente dito, pela diferença.

Compreender a igualdade à luz da diversidade humana, é um processo muito complexo, pois significa (re)conhecer as diferenças e as especificidades das mesmas. Para além do mais, é importante o respeito pela peculiaridade de cada pessoa, para que cada uma delas, seja respeitada na sociedade onde está inserida, de forma a obter acesso aos meios que lhe permitam o exercício dos seus direitos.

Desta forma, a construção de uma sociedade justa e inclusiva, exige a participação de todos aqueles que dela fazem parte, fundamentalmente uma participação política, no que diz respeito a políticas públicas, e participação coletiva na formação e desenvolvimento de projetos e programas inclusivos.

Como comprovado, todos os seres são distintos uns dos outros, no que diz respeito a nível social como também a nível individual, ou seja, eu sou diferente dos outros e os outros são diferentes de mim. Contudo, nós próprios vamos sendo diferentes ao longo da nossa vida, segundo os estádios que decorrem desde que nascemos até que envelhecemos.

No decorrer do tempo, vão existindo mudanças dimensionais, biológicas e cognitivas que se alteram a elas próprias quando nos relacionamos com o nosso próprio corpo e com o meio físico onde estamos inseridos. Estas mudanças no nosso ciclo de vida são inevitáveis. Os diferentes estádios durante toda a nossa vida, são designadamente quatro, desde o estádio infantil, da infância, da adolescência até chegarmos a adulto. O Conselho Europeu de Acessibilidade (CEA, 2003, p.29) apresenta-nos uma breve explicação destes estádios:

<ul style="list-style-type: none"> <li>• O percurso que vai do estádio infantil até ao da criança, implica a aquisição de uma certa independência relativamente aos adultos. O grau de autonomia pessoal dependerá largamente do facto de as facilidades criadas no contexto ambiental permitirem tal desenvolvimento (fácil abertura de pacotes de bolachas ou de sumos, mesas e cadeira ajustáveis a diferentes níveis, etc.).</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Depois de passarmos pela infância, começamos a melhor conhecer a realidade social e o ambiente em que vivemos; os diferentes componentes deste meio físico adaptam-se, mais ou menos, às dimensões dos nossos corpos; aprendemos a ler, a escrever, a falar, a ouvir e a interpretar os vários sinais informativos que nos rodeiam e nos são direccionados.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contudo, quando se atinge a adolescência, esta traz consigo outros problemas de interação: os decorrentes do relacionamento entre pais e filhos, visitas a países cujas línguas e culturas são diferentes das nossas, a necessidade de desenvolver o nosso conhecimento cultural (museus, espetáculos, etc.) ou de ter contactos sociais e oportunidades de expressar as nossas ideias sociais, políticas e pessoais.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quando chegamos à idade adulta, temos um emprego de que gostamos e que nos motiva, um rendimento que nos permite fazer o que queremos, um lar que satisfaz as nossas necessidades, um meio que nos respeita e que nos motiva a reciprocamente respeitar e um nível cultural satisfatório. Caso tenhamos tudo isto, e desde que não exista qualquer deficiência de aprendizagem, física ou sensorial, então não teremos qualquer problema em inter-relacionarmos com o meio ambiente que nos rodeia até ao aparecimento dos primeiros sinais de envelhecimento biológico (perda de visão, de audição, de memória ou de capacidade motora, de alteração e mudança físicas, etc).</li> </ul>

Quadro 1. Diferentes estádios condicionantes no desenvolvimento humano



Imagem 1 – Mudanças no desenvolvimento humano

Estes quatro estádios constituem o ciclo da nossa vida, desde a nossa infância à velhice, tendo em conta que ao longo da nossa vida muitas adversidades vão-nos surgindo e ao nos confrontarmos com determinadas situações, podem modificar o modo como nos relacionamos com o espaço físico. Estas adversidades podem surgir do próprio meio onde nos inserimos, de nós próprios ou de situações decorrentes/mudanças circunstanciais. No que diz respeito às mudanças geradas do próprio meio, elas podem surgir-nos de diferentes formas, nomeadamente ruas molhadas ou com gelo, temperaturas altas, cortes de energia ou de gás, a tecnologia avançada a qual não sabemos manusear, etc. Relativamente às mudanças preconizadas pelo próprio indivíduo, podem advir de doenças, incapacidades, alergias, queimaduras, etc. Quanto às mudanças circunstanciais, estas podem ocorrer através de uma gravidez, de assistência a adultos com mobilidade reduzida ou com doença, etc.

Desta forma, a construção do meio físico tendo em vista a diversidade, beneficia o nosso modo de viver, seja qual for a circunstância em que nos encontramos no momento da nossa vida.

Toda a diversidade humana é consequência de uma vida que é feita em contacto de uns com os outros, mas tendo que ser vivida de uma forma respeitada e com toda a dignidade possível. Neste sentido, é importante que cada indivíduo trabalhe no sentido de criar um meio propício a esse respeito pela diferença.

“A coexistência humana baseia-se no respeito mútuo e na vontade de as pessoas se desenvolverem como indivíduos autónomos.” (CEA, 2003, p. 37)

Ao convivermos com outras pessoas torna-se uma forma de aprender e compreender a vivência e realidade dos outros, tendo em conta o fator de quanto maior for a diversidade que nos rodeia, mais enriquecedora será a nossa própria vida. Contudo, neste sentido, é importante saber que existem diferentes aspetos quando falamos de diversidade humana. Dentro desta diversidade, há âmbitos de elevada importância para compreendermos as diferenças existentes nos seres humanos. Quando falamos disso, refiro-me à diversidade dimensional, cognitiva, motora, percetiva e demográfica, como nos apresenta o relatório do Conceito Europeu de Acessibilidade (CEA, 2003, p.31).

Diversidade Dimensional	A diversidade dimensional diz respeito às diferenças existentes entre as pessoas, nomeadamente a altura, peso, tamanho das mãos/pés, largura de ombros, etc. Permite a elaboração de quadros antropométricos da população, ou seja, estes quadros possibilitam a conceção de produtos e/ou espaços para que possam ser usados por toda a população.
Diversidade Percetiva	Esta diversidade está relacionada com os sentidos, a perda de visão, do paladar, do ouvido, do cheiro ou do tato. Estes problemas podem interferir a pessoa diariamente com o meio físico. Por exemplo: a leitura do itinerário ou horário de um autocarro pode exigir um grande esforço às pessoas com visão reduzida.
Diversidade Motora	Quando falamos de dificuldades motoras, habitualmente associamos ao fator da cadeira de rodas ou de canadianas/bengalas. Contudo, temos que ter em vista outros fatores relacionados com problemas motores, nomeadamente pessoas que tem problemas em levantar as pernas, sentem dificuldade em subir escadas ou subir para um transporte público que não tenha um piso rebaixado.
Diversidade Cognitiva	Os problemas a nível cognitivo podem afetar a nossa capacidade de receção e processamento da informação. Estas alterações de natureza cognitiva revelam-se de diversas formas, nomeadamente através de problemas de orientação espacial, distúrbios de memória, problemas de orientação temporal, assim como as questões mais básicas da nossa vida, como a falta de habilidade para ler, escrever, falar ou para compreender as palavras. Estas dificuldades cognitivas, <u>afetarão</u> conseqüentemente o nosso estar com o meio físico onde nos envolvemos, quer a nível do comportamento, quer a nível de informação.

Diversidade Demográfica	A questão demográfica é um fator que contribui bastante para as alterações existentes quer a nível funcional, quer a nível cultural de qualquer espaço físico, devido ao aumento da imigração e ao aumento do envelhecimento da população. Considerada uma outra forma de incapacidade, torna-se fundamental criar espaços acessíveis a todos, independentemente de quaisquer que sejam as suas capacidades ou culturas.
-------------------------	--

Quadro 2. Fatores determinantes da diversidade humana

Tendo em conta todas estas incapacidades, principalmente ao nível motor, cognitivo, dimensional e percetivo, é fundamental criarem-se e desenvolverem-se nos espaços físicos, meios possíveis de concretizar a independência de todos. Todos têm o direito, a necessidade e o desejo de obter um modo de vida independente, sem que estejam impedidos por obstáculos existentes nos espaços públicos.

Desta forma, e por vezes sendo necessário meios específicos para ajudar problemas concretos através de canadianas, cadeiras de rodas, óculos, aparelhos auditivos, entre outras coisas, a acessibilidade em espaços públicos é essencial para a autonomia individual das pessoas, sem necessidade de recorrer a terceiros para seu auxílio.

Quando abordamos a acessibilidade em espaços públicos, temos que referir um conjunto de fatores que a autonomia de cada indivíduo assim o exige, no seu percurso do dia-a-dia, quer seja no caminho para o seu emprego, para as compras, em visitas a espaços culturais, etc. A este nível é fundamental termos em conta diversos aspetos, nomeadamente as informações, que devem estar clarificadas para qualquer pessoa, através de sinalética e guias; o serviço de transportes públicos que satisfaça as necessidades das pessoas, principalmente no acesso a estes mesmos veículos, edifícios e serviços públicos que ofereçam uma assistência competente. Favorecer a acessibilidade nos espaços públicos, é respeitar as necessidades das pessoas e fundamentalmente dar-lhes força para que consigam ser autónomas.

Por meio do acesso adaptado às pessoas com necessidades especiais, promove-se a igualdade de oportunidades e permite a interação entre todos. Todo este acesso é

possível através do surgimento dos meios físicos, através da diversidade cognitiva, dimensional, perceptiva, motora e cultural.

Desta forma e clarificando a mudança que ocorre ao longo da nossa vida, é importante criar uma sociedade sem discriminações. Tendo por base que não somos todos iguais e explicitando as distintas diversidades existentes do ser humano, torna-se fundamental compreender a história da deficiência e entender, como pessoas com deficiência têm necessidade de ter os mesmos direitos e igualdades sociais. Como será referido no próximo capítulo “A Deficiência”.

## 4. A Deficiência

Ao longo de vários anos, foram sendo registadas diferentes formas de ver as pessoas com deficiência/incapacidade, passando por distintas fases, desde o misticismo, abandono, extermínio, caridade, segregação, exclusão, integração e um período mais recente, uma fase de inclusão. Neste sentido, o percurso das pessoas com deficiência tem vindo a ser marcado por preconceitos e lutas, várias em favor dos direitos à cidadania, de acordo com cada cultura dentro das sociedades. Durante vários anos as pessoas com deficiência ficaram à margem dos grupos sociais, uma vez que, não havia por parte da sociedade uma inclusão para que este grupo de pessoas se sentissem integrados no meio onde se encontravam inseridas. No entanto, com o avançar do tempo a rejeição existente por parte da sociedade começou a dar lugar à preocupação e proteção, na medida dos direitos do homem em relação à igualdade e à cidadania. Consequentemente, a perceção relativamente às pessoas com necessidades especiais começou a mudar.

É importante fazer um enquadramento histórico-social da deficiência/incapacidade para o estudo da acessibilidade das pessoas com necessidades especiais à cultura, como forma de inclusão na área cultural, assim como, de relacionar as práticas sociais de hoje com as heranças do passado. É neste enquadramento histórico-social que nos deparamos com o processo histórico das pessoas com deficiência, no que diz respeito às limitações de atividade e à participação social, que se refletiu num processo de inferioridade na sociedade onde se inserem, bem como na exclusão social. Desta forma, é notório o adiamento ou a fraca importância dada à necessidade de formar uma organização social inclusiva. Este processo histórico-social das pessoas com deficiência é reflexo das histórias das desigualdades sociais, uma vez que, a trajetória marcada por preconceitos, discriminação e pela luta das pessoas com deficiência para o direito da cidadania dentro das sociedades, é visível ao longo de vários anos. Durante várias décadas as pessoas com deficiência raramente foram vistas de forma igualitária com os restantes membros da sociedade e, deste modo, do ponto de vista social o conceito de deficiência tem variado na forma como se traduziu no conjunto de valores coletivos.

Na história da humanidade a imagem que muitos deficientes carregavam era a imagem de deformação do corpo e da mente, uma imagem que denunciava a imperfeição

humana. Miranda<sup>19</sup> (2003) salienta quatro fases de desenvolvimento que descreve a trajetória da educação especial, como se designa “deficientes”.

A primeira fase diz respeito à era pré-cristã, onde os deficientes eram colocados à margem, ou seja, não recebiam qualquer tipo de atendimento. Esta foi uma época marcada pela negligência. O facto de não se saber lidar com os corpos diferentes, a solução era a sua eliminação. Durante o período feudal, na era cristã o corpo diferente continua a ser desprezado. Na religião católica os deficientes eram vistos como figuras representativas do pecado, colocando-as diante da fogueira da inquisição. A dicotomia existente entre alma e corpo diferente, reforçava a ideia da alma entendida como tempo de Deus, e a ideia de corpo como “oficina do diabo”.

Já a segunda fase, ocorreu na Alemanha no século XVIII, expandindo-se para França. Nesta fase começaram a surgir as instituições de “depósito” para todas aquelas pessoas que eram considerados deficientes. A ideia das instituições era com o objetivo de afastar este grupo de pessoas com deficiência das demais pessoas, uma vez que, não existia qualquer interesse no tratamento, cuidado e inclusão dessas pessoas na sociedade.

Relativamente à terceira fase, esta ocorreu no final do século XIX e início do século XX. Este tempo ficou marcado pela criação de escolas especiais que tinham como fundamento uma educação diferenciada às pessoas com necessidades especiais. A partir da década de 50 houve um alargamento das classes especiais, especialmente nas escolas públicas ou privadas, tudo isto sem fins lucrativos. Desta forma, o governo tornou-se isento da obrigatoriedade do atendimento e assistência aos deficientes. Esta fase de integração dos deficientes nas escolas tem como objetivo introduzir este grupo de pessoas na educação, até que a sua capacidade de entendimento seja possível. Consequentemente, o governo passa a investir financeiramente na educação destas pessoas, sendo que a educação para estas pessoas serve fundamentalmente para direcioná-los para postos de trabalhos específicos.

Posteriormente, surge a quarta fase, que se denominou por inclusão ao referir-se às pessoas com necessidades especiais que são inseridas na escola. A inclusão permite proporcionar a esse grupo de pessoas um ambiente favorável, contribuir para o

---

<sup>19</sup> Miranda, A. (2003). História, deficiência e educação especial. *A Prática Pedagógica do Professor de Alunos com Deficiência Mental*, 1-7.

desenvolvimento de cada indivíduo, bem como, fazer com que as diferenças sejam respeitadas.

Lowenfeld<sup>20</sup>, foi também um autor que considerou que a humanidade abordou a deficiência por quatro fases distintas, de acordo com os diferentes períodos históricos, a partir do momento da integração social da pessoa com deficiência. De acordo com o autor, as diferentes fases correspondem num primeiro momento à fase da separação, num segundo momento à fase da proteção, seguidamente a fase da emancipação, e por último, a fase da integração. Segundo Lowenfeld, à primeira fase correspondiam as classes antepassadas, ou seja, sociedades que agiam por eliminação ou veneração. Dentro deste período era aceite a morte ou o abandono dos recém-nascidos que tivessem algum tipo de deficiência e que não fossem capazes de contribuir para a subsistência. Este era também um período histórico em que o Homem vivia muito para a sua sobrevivência, o mesmo era dizer, que todos aqueles que não fossem capazes de ajudar para o sistema de uma sociedade, de um coletivo, eram desvalorizados, não serviam para nada. Como foi estudado na História Mundial, na antiguidade Grega e Romana, havia uma veneração pelo corpo humano, havia um culto pela beleza e pela perfeição do corpo, assim, todos aqueles que não fossem de acordo com certos padrões de beleza e de perfeição, eram extintos. Já neste período de tempo, havia casos de elevada importância, nomeadamente as pessoas surdas, uma vez que, se o ideal de beleza e perfeição era importante, a oralidade não ficava a trás. Todas as pessoas que sofressem de surdez, não eram consideradas seres humanos, sendo que a oralidade era considerada uma das condições fundamentais do ser humano.

Relativamente à segunda fase da história da deficiência, que corresponde nomeadamente à fase de proteção, esta teve por base um período medieval, ligado sobretudo ao cristianismo. O cristianismo foi uma religião que por um lado apoiava as pessoas com deficiência, por caridade, criando as “leis de proteção aos mais fracos”, no entanto, todas as pessoas que possuíssem alguma deficiência ou incapacidade, eram vistas como pessoas impuras ou como designavam, pessoas portadoras de castigos divinos, carregadas de pecados. É neste sentido que as pessoas com deficiência ou incapacidade continuavam a ter as suas limitações dentro da sociedade, encontrando-se sempre

---

<sup>20</sup> Lowenfeld, B. (1975), apud, Martins, P. (2014). *Museus (In) capacitantes: deficiência, incapacidades e inclusão em museus de arte*. (Tese de doutoramento – Universidade de Lisboa), p.43.

dependentes. Desta forma, continuava a existir uma discriminação de todos para este grupo de pessoas.

A terceira fase, designada como a fase da emancipação, ocorre nos séculos XVIII e XIX, nomeadamente quando há um avanço no que diz respeito à deficiência visual. É neste momento, que o francês Louis Braille<sup>21</sup> faz surgir um sistema de ortografia para pessoas invisuais. Na surdez, os avanços existentes, surgiram com o reconhecimento da língua gestual, desenvolvida pela francês Charles Michel de L'Épée<sup>22</sup>.

A última fase, segundo o autor, a fase de integração, ocorreu no seguimento de diversos acontecimentos, nomeadamente da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), uma vez que, causou um elevado número de pessoas com deficiência, pessoas essas, que estavam socialmente integradas numa sociedade. Neste período desenvolveu-se o Estado Providência e ampliam-se os direitos sociais das pessoas com deficiência ou incapacidade. Atribuiu-se subsídios e promoveu-se condições que mantêm este grupo de pessoas fora do contexto de trabalho, proporcionando-se assim uma exclusão social.

De forma geral, muitos foram os nomes atribuídos à deficiência, de modo a se referirem de uma melhor forma às pessoas com necessidades especiais.

Segundo Sasaki<sup>23</sup>, no começo da história e até ao século XX, as pessoas com deficiência eram consideradas inválidas, uma vez que, estes indivíduos eram considerados sem valor. As pessoas com deficiência eram vistas como inúteis, como um peso morto para a sociedade e para a família. A partir desta época até meados do século 60, houve uma evolução no sentido que os deficientes passaram a ver vistos como pessoas

---

<sup>21</sup> Louis Braille nasceu a 4 de janeiro de 1809 em Coupvray, França e faleceu em 1852, em França. Ficou reconhecido por elaborar um sistema ortográfico para as pessoas invisuais.

<sup>22</sup> Charles Michel de L'Épée nasceu a 25 de novembro de 1712 em Versalhes, França e faleceu a 23 de dezembro de 1789 em Paris, França. Ficou reconhecido por desenvolver uma base de comunicação entre as pessoas surdas, através de gestos, assim como, de criar um sistema de ensino direcionado para as mesmas. Um dos marcos importantes onde se destaca a sua influência foi no aparecimento do modelo bilingue – que refere que a língua gestual deve ser a língua utilizada pelas pessoas surdas. Em Portugal este modelo entrou em vigor no sistema de ensino a partir de 1922.

<sup>23</sup> Sasaki, R. K. (2003). Como chamar as pessoas com deficiência. *Vida Independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos*, 12-16.

incapacitadas. Este termo tinha como definição pessoas sem capacidade, que mais tarde progrediu e passou a significar pessoas com capacidade residual. Ao longo desta época foi reconhecida que a pessoa com deficiência poderia ter com capacidade residual, embora que fosse reduzida, o que os reduzia em vários níveis, nomeadamente a nível físico, psicológico, social e também profissional.

Dos anos 60 até aos anos 80, foram utilizados vários termos para se falar da diversidade dos indivíduos, nomeadamente “os defeituosos” a pessoas com deformidade, principalmente física, “os deficientes” a pessoas com deficiência a nível físico, intelectual, motor, etc e “os excepcionais” a pessoas com deficiência intelectual. Desde o final da década de 80 até ao início da década de 90 o termo utilizado era “pessoas portadoras de deficiências” o que se passou a ser um detalhe da pessoa, ou seja, o termo passou a ser um valor agregado à pessoa, o que era inaceitável para a própria pessoa. Após este confronto, alterou-se o termo deficiência por “necessidade”, que acabou por ser eliminado também, uma vez que, passou a ser um valor agregado tanto à pessoa com deficiência como a outras pessoas.

Após a década de 90 até aos dias de hoje, o termo que passou a ser utilizado foi “pessoas com deficiência” tendo como valores associados o uso de poder pessoal, ou seja, poder fazer escolhas, tomar decisões, assim como, a responsabilidade de contribuir com os seus talentos para a sociedade, no sentido da inclusão das pessoas com e sem deficiência.

## **4.1. O modelo social e o modelo médico da deficiência**

Os modelos de deficiência são modelos conceptuais para compreender o processo de inclusão das pessoas com deficiência ao longo dos anos. Estes modelos de deficiência são conhecidos em diferentes períodos históricos, nos quais houve registos de transformações originadas com base nas necessidades das pessoas com deficiência. O desenvolvimento destes modelos ocorreu com carácter humano, ou seja, evoluiu segundo as necessidades/dificuldades e concepções das pessoas com deficiência. Dois dos modelos mais conhecidos e importantes na história da deficiência, correspondem ao modelo médico e ao modelo social.

O século XVIII foi um século marcado pelo avanço da medicina e procurou a reabilitação das pessoas com necessidades, nomeadamente os feridos das guerras. Estas pessoas eram readaptadas às suas funções militares de acordo com as suas possibilidades, proporcionando um período de grandes conquistas a nível medicinal. Assim, a ciência começou a compreender de forma mais consciente a deficiência, no sentido de rejeitar a ideia de os deficientes estarem ligados a bruxarias, e começaram a desenvolver formas de cura para as suas patologias.

Assim, surge o modelo médico, um modelo desenvolvido por pessoas com deficiência ou incapacitadas, focando-se nos tratamentos dessas mesmas pessoas. Ao considerarem uma pessoa deficiente, consideravam a pessoa como sendo doente, incapaz de realizar tarefas ou trabalhar sem ajuda de uma outra pessoa. Consideravam ainda a deficiência como um problema singular, ou seja, cada pessoa era responsável por se adaptar, reabilitar e realizar tarefas estabelecidas pela sociedade, quer a nível social, quer a nível profissional. Desta forma, era notório a imposição de esforço individual das pessoas com deficiência, uma vez que, o único auxílio que pudessem ter seria dos seus familiares ou de qualquer outra instituição. Os indivíduos com deficiência tinham este esforço individual devido ao facto de a sociedade se permanecer alheia ao processo de integração das pessoas com necessidades especiais, ou seja, não lhes era incumbido qualquer esforço para as mudanças das práticas sociais, nos espaços físicos, assim como, mudança de atitudes dentro da sociedade.

“O modelo médico considera a incapacidade como um problema da pessoa, causado diretamente pela doença, trauma ou outro problema de saúde, que requer assistência médica sob a forma de tratamento individual por profissionais. O cuidado em relação à incapacidade tem por objetivo a cura ou a adaptação do indivíduo e mudança de comportamento. A assistência médica é considerada como a questão principal e, a nível político, a principal resposta é a modificação ou reforma da política de saúde.” (CIF, 2004, 21)

Com este modelo, as pessoas com deficiência sentiram que as suas necessidades não tinham resposta suficiente para a resolução dos seus problemas, antes pelo contrário, este modelo trouxe conseqüentemente a exclusão, na medida que se esperava das pessoas com necessidades especiais uma adaptação e autonomia muito elevada, dentro da sociedade. No fundo esperava-se que houvesse uma mudança individual dessas mesmas pessoas na participação enquanto membro da sociedade, ou seja, esta mudança deveria ocorrer a nível social, educacional e profissional. Conseqüentemente, a sociedade demonstrou uma determinada resistência na aceitação e abrigo no que diz respeito às diferenças das pessoas. É neste contexto, sob forma de discriminação e de exclusão social existente no modelo médico, que surgiu um novo modelo, designado como modelo social. Segundo a OMS<sup>24</sup>, o modelo social é definido como:

“O Modelo social de incapacidade, por sua vez, considera a questão principalmente como um problema criado pela sociedade e, basicamente, como uma questão de integração plena do indivíduo na sociedade. A incapacidade não é um atributo de um indivíduo, mas sim um conjunto complexo de condições, muitas das quais criadas pelo ambiente social. Assim, a solução do problema requer uma ação social e é da responsabilidade coletiva da sociedade fazer as modificações ambientais necessárias para a participação plena das pessoas com incapacidades em todas as áreas da vida social. Portanto, é uma questão atitudinal ou ideológica que requer mudanças sociais que, a nível político, se transformam numa questão de direitos humanos. De acordo com este modelo, a incapacidade é uma questão política.” (CIF, 2004, 22)

Desta forma, o modelo social surgiu em oposição ao modelo médico da deficiência, e encontra-se ligado à política. Este modelo surgiu na passagem da década dos anos 60 para a década dos anos 70 nos Estados Unidos da América, e mais tarde, no

---

<sup>24</sup> Organização Mundial de Saúde e Direção-Geral da Saúde. (2004). *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF*

Reino Unido, por uma iniciativa de pessoas com deficiência. O modelo social ocorre essencialmente para comprovar que maior parte das limitações pelas quais as pessoas com deficiência passam, são proporcionadas pela sociedade onde estão inseridas. Ou seja, é um modelo que se foca essencialmente no Ser Humano, descartando a ideia do indivíduo na origem da desigualdade e devolvendo-a à sociedade. Reconhece que as pessoas podem ter diferenças entre si, aos mais diversos níveis, nomeadamente físico, sensorial, intelectual, etc, que por sua vez, pode afetar a sua capacidade de funcionalidade dentro de uma sociedade. Deste modo, o modelo social defende que a sociedade é um fator importante para que certas e determinadas diferenças /dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência, são resultado da forma como a sociedade lida com estas limitações.

	Modelo Médico	Modelo Social
<b>A deficiência é um problema</b>	Pessoal/Individual/Privado	Social/Coletivo
<b>O eixo de intervenção é</b>	O tratamento médico/reabilitação	A ação e a integração social
<b>As soluções surgem ao redor da</b>	Intervenção profissional	Responsabilidade individual e coletiva
<b>Adapta(m)-se</b>	A pessoa com deficiência	Os ambientes às pessoas
<b>Registam-se</b>	Os desvios da norma/ os sintomas	Os preconceitos/ a discriminação/ o incumprimento dos direitos
<b>A ação mais importante é</b>	O cuidado / a cura	A promoção dos direitos humanos

25

Quadro 3. Distinção entre o modelo médico e o modelo social da deficiência (adaptado de Aznar, 2008, p. 32)

<sup>25</sup> Aznar, A., Castañón, G. D. (2008). *El campo de la discapacidad intelectual estudiado a través de recorridos múltiples.*

## 4.2. A deficiência desde os anos 90 até à atualidade

Ao longo dos anos tem-se notado uma diferença dentro da sociedade, no sentido em que se têm desenvolvido mais ações a favor dos direitos das pessoas com deficiência ou incapacitadas, assim como, a difusão de leis de antidiscriminação. Este desenvolvimento da inclusão das pessoas com deficiência/incapacitadas tem ocorrido quer a nível mundial, quer a nível europeu. Esta ação teve também como objetivo trazer o pensamento criado no modelo social, ou seja, implementar determinadas ideias nas práticas sociais, bem como na política. No decorrer do tempo, a indiferença pelas pessoas com necessidades especiais, foi modificando também com o apoio de diversas organizações e implementação de diversas ideias. Vejamos o seguinte quadro com as ações desenvolvidas pela União Europeia, no que diz respeito à deficiência e incapacidade desde os anos 90 até à atualidade.

<b>Ação</b>	<b>Ano e Duração</b>
Normas sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência	1993
Declaração de Salamanca: Princípios, Políticas e Práticas na área das Necessidades Educativas Especiais/ Enquadramento da Ação	1994
Fórum Europeu da Deficiência	1996
Tratado de Amesterdão	1997
Comunicação da Comissão Europeia: “Rumo a uma Europa sem barreiras para as pessoas com deficiência”	2000
Quadro Geral de Igualdade de Tratamento em Matéria de Emprego e de Trabalho	2000
Programa de Ação Contra a Discriminação	2001-2006
Declaração de Madrid	2002
Ano Europeu das Pessoas com Deficiência	2003
Plano de Ação Europeu – Igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência	2004-2010
Plano de Ação sobre a deficiência	2006-2015
Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos – para uma Sociedade Justa	2007
Estratégia Europeia para a Deficiência	2010-2020

Quadro 4. Síntese das ações desenvolvidas pela União Europeia

Com ajuda destas ações, a sociedade foi modificando a sua visão e comportamento relativamente às pessoas com necessidades especiais. Desta forma, houve uma mudança no conjunto de medidas direcionadas às pessoas com deficiência e incapacidade, ou seja, a sociedade começou a ganhar espaço e fortaleza para incluir e integrar este grupo na vida social. Este tornou-se um marco importante na vida destas pessoas, uma vez que começaram a sentir e fazer parte de uma sociedade, com os mesmos direitos e igualdades. Pretendeu-se assim, eliminar as desigualdades e atitudes discriminatórias, com vista a uma sociedade com mais princípios e oportunidades para todos. Esta ideia é desenvolvida e aprofundada no capítulo 5, que diz respeito à inclusão social.

## 5. Inclusão Social

Ao longo de várias décadas as pessoas com deficiência ou com incapacidade, têm recebido várias formas de tratamento. Na história da deficiência é notável que só a partir da década de 90, é que este grupo de pessoas começou a sentir alguns direitos sobre elas, começando a participar mais na vida em sociedade, ou seja, na vida civil. Só a partir desse momento é que a sociedade começou a empregar mais o termo “integração”. Este termo acaba por ser substituído por um outro termo, nomeadamente “inclusão social”, que tem por base a igualdade no meio da sociedade.

A inclusão social como o nome indica, está ligada à sociedade, na forma pela qual esta se estrutura, pela envolvimento e interação das pessoas que a constituem. Cada um de nós nasce, cresce e desenvolve-se dentro de uma sociedade e através das oportunidades que a mesma oferece. É através da comunicação e socialização de uns com os outros que cada indivíduo se constrói enquanto ser.

Falamos de inclusão social é falamos de um conjunto de fatores e de áreas que são fundamentais para a existência de uma igualdade social, como por exemplo ao nível do emprego, acesso a bens e serviço, igualdade educacional, qualificação social, justiça social, segurança, solidariedade social, programas institucionais e valorização do capital humano.<sup>26</sup>

Tendo em conta e desdobrando estes dois conceitos, verificamos que através do termo inclusão remetemos para o conceito “incluir”, e através do conceito social remetemos para o conceito de “sociedade”. Segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa<sup>27</sup>, “inclusão” tem como significado “*ato ou efeito de incluir (se), estado daquilo ou de quem está incluso, inserido, metido, compreendido dentro de algo, ou envolvido, implicado em; introdução de uma coisa noutra, de alguém num grupo, etc.*” (p. 4575). Relativamente ao conceito “incluir”, este significa: “*incluir em si, compreender, conter, abranger*” (p.4575). Já o conceito “social” tem como significado:

---

<sup>26</sup> Alvino-Borba, A., Mata-Lima, H. (2011). Exclusão e Inclusão Social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. *Serviço Social e Sociedade*, 106, 219-240.

<sup>27</sup> Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia. (2005). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Temas e debates.

*“concernente à sociedade, concernente à amizade e união de várias pessoas, relativo à comunidade, ao conjunto de cidadãos de um país; coletivo”* (p. 7419); por outro lado, o conceito “sociedade” refere-se a um *“agrupamento de seres que convivem em estado gregário e em colaboração mútua”* (p.7421).

Neste processo de inclusão é possível a cada indivíduo desenvolver as suas potencialidades e viver a sua vida de uma forma completa, conseguindo interagir e participar nos atos sociais. Segundo Candeias (2009)<sup>28</sup> *“a inclusão é um processo que respeita e valoriza a diferença e todos têm um papel a desempenhar na sociedade”*.

A questão da inclusão social é um grande desafio para a sociedade na medida que se pretende uma sociedade que valorize o seu próximo, uma sociedade mais justa e equilibrada. Pretende-se uma sociedade onde haja mais solidariedade, com direitos para todos, onde todos possam viver de igual forma, independentemente das suas características. A inclusão acaba por beneficiar a sociedade em geral no sentido de proporcionar um maior respeito uns para com os outros, mas fundamentalmente beneficia as pessoas com deficiência ou incapacitadas, no que diz respeito ao desenvolvimento individual de cada um, na integração e convivência com a sociedade.

Podemos afirmar que a inclusão é um valor essencial para a sociedade pois permite o movimento, uma vez que, tem o poder de movimentar todos os grupos de pessoas existentes na sociedade para um bem comum, a igualdade. Este paradigma de que falamos tem como fundamento reconhecer e aceitar a diferença, a diversidade existente na sociedade. Segundo o Relatório Mundial sobre a Deficiência:

*“O Relatório Mundial sobre a deficiência sugere ações para todas as partes interessadas, incluindo governos, organizações da sociedade civil, e organizações de pessoas com deficiência - para criar ambientes facilitadores, desenvolver serviços de suporte e reabilitação, garantir uma adequada proteção social, criar políticas e programas de inclusão, e fazer cumprir as normas e a legislação, tanto todo. As pessoas com deficiência devem estar no centro de tais esforços. A visão que nos move é a de um mundo de*

---

<sup>28</sup> Candeias, A. (2009), apud, Dias, L. (2011). *Inclusão Social de Cidadãos Portadores de Deficiência(s) residentes no Conselho de Miranda do Douro*. (Dissertação de Mestrado – Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Bragança), p.8.

*inclusão no qual todos sejamos capazes de viver uma vida de saúde, conforto e dignidade.”<sup>29</sup>*

Procurar a inclusão, nomeadamente a inclusão social, é procurar a defesa dos direitos humanos de forma a que todas as pessoas possam usufruir e participar de igual forma nos atos sociais. De acordo com a Constituição da República Portuguesa, o artigo 13.º - Princípio da igualdade: “1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei; 2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.”<sup>30</sup>

Neste sentido, também a Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou a Declaração Universal dos Direitos Humanos que teve como fundamento promover o respeito universal e efetivo dos direitos do homem e das liberdades fundamentais. Desta forma, foram reconhecidos direitos a todos os seres humanos, ou seja, para todos os povos e nações. De um modo geral o Artigo 1.º refere “*Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade;*” consequentemente o Artigo 2.º diz-nos, “*Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. [...]*”<sup>31</sup>

As pessoas com deficiência têm direitos como qualquer outra pessoa e a participação destas mesmas pessoas na sociedade é uma forma de afirmação social e pessoal. Para além disto, a inclusão social das pessoas com deficiência/ incapacitadas permite o seu desenvolvimento a vários níveis, nomeadamente a nível cultural, uma vez que, ao participarem mais na vida em sociedade é-lhes permitido a socialização com vários grupos de pessoas de diferentes culturas. Assim como também permite o desenvolvimento da família e da sociedade em geral, na medida que consegue educá-los

---

<sup>29</sup> Officer, A., Posarac, A. (2011). *Relatório Mundial sobre a Deficiência*. p.xi.

<sup>30</sup> Assembleia da República. (2005). VII Revisão Constitucional [2005]: <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx> .

<sup>31</sup> Diário da República Eletrónico. Declaração Universal dos Direitos Humanos: <https://dre.pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> .

e orientá-los para a diferença, tomando consciência que as pessoas com deficiência/incapacitadas são seres humanos iguais a todos os outros, com os mesmos direitos e deveres, independentemente da sua condição física/psicológica.

Desta forma, tem-se constatado que a evolução social da humanidade, no que diz respeito aos direitos humanos, ao respeito mútuo entre cidadãos, vem-se construindo ao longo dos tempos de uma forma não tão progressiva, mas na qual já se notam mudanças, principalmente no pensamento das pessoas. Consequentemente, esta evolução social, permite uma maior inclusão, caminhando-se assim em direção à igualdade entre as pessoas.

Para que a inclusão se faça sentir cada vez mais, são necessárias mais ações a nível individual, de grupos organizados e especializados, de modo a pressionarem a sociedade a impulsionar a mudança desejada e necessária.

## 6. Inclusão Cultural

Como temos visto, o presente estudo tem como objetivo demonstrar de que forma as pessoas com necessidades especiais têm acesso à cultura. O estudo realizado em torno deste tema, pretende apresentar a contribuição da inclusão das pessoas com deficiência numa área social de grande importância, uma vez que, a cultura é considerada um fator importante no que diz respeito ao desenvolvimento quer a nível social, quer ao nível individual de um indivíduo.

Quando se fala em inclusão no exercício de cidadania, pode-se falar em diversas vertentes, nomeadamente na área económica, nos bens sociais e nos bens culturais. Para além demais, o fator da inclusão tem também como objetivo demonstrar as dificuldades existentes para as pessoas com deficiência ou incapacitadas, neste caso, no setor cultural, assim como, proporcionar formas de ultrapassar essas mesmas barreiras.

Existem diversas razões pelas quais as pessoas excluem as outras dentro de uma sociedade. Na maioria das vezes acontece por falta de conhecimento ou até pelo receio de encarar e lidar com o ser diferente, com o desconhecido ou até com aquilo que exige da nossa parte um maior entendimento e aproximação. Torna-se uma tarefa difícil entrarmos e aproximarmo-nos no mundo do outro.

A cultura tal como mostrámos no capítulo II é bastante ousada, uma vez que, tem uma enorme capacidade de fazer divertir, proporcionar prazer, educar e consequentemente transformar cada indivíduo ao seu nível social, pois permite a troca de experiências entre pessoas. Desta forma, a cultura é também considerada um ponto de união, de encantamento e de reforço dos valores do indivíduo e da sua identidade. Assim sendo, é fundamental que as pessoas com necessidades especiais/incapacitadas sejam espetadoras e visitantes autónomas nas instituições culturais, permitindo-lhes uma vivência diversificada e enriquecedora. Este fator de conceder a cada indivíduo a experiência de usufruir o que a cultura tem para dar, propõe uma independência ao indivíduo, bem como o respeito pela individualidade.

Quando falamos dos espaços culturais, referimo-nos a espetáculos, oficinas, exposições, espaços de convivência, ateliers, galerias, entre outros. Desta forma, a acessibilidade a espaços culturais, deve ser realizada de forma a que todos,

independentemente da sua condição, possam usufruir de uma forma igualitária tendo por base a comodidade, as diversas formas de comunicação, assim como, uma percepção clara daquilo que se quer ver, ouvir ou sentir. Deste modo, os espaços culturais devem ser espaços onde a acessibilidade seja garantida, permitindo a inclusão das pessoas com necessidades especiais/ incapacitadas. Para além disso, estes mesmo espaços devem conter estratégias para esse público-alvo, permitindo que haja uma interação desse mesmo público com o ambiente que os envolve.

Desde sempre, uma pessoa com necessidades especiais/incapacitada é vista como sendo inferior perante todas as outras pessoas, proporcionando assim uma discriminação social e um afastamento entre os indivíduos. Segundo Gabriel, as barreiras existentes que impedem a acessibilidade das pessoas com deficiência a diversos lugares, leva-nos firmemente à ideia existente na sociedade, o mesmo é dizer, que as pessoas que foram diagnosticadas com algum tipo de deficiência ou incapacidade, são as mesmas pessoas que não podem participar na vida em sociedade por falta de acesso.<sup>32</sup>

A nível das instituições culturais é fundamental ter noção que a inclusão acontece principalmente através da acessibilidade, ou seja, permitir o acesso em diversos níveis para que as pessoas com deficiência ou incapacitadas, tenham o mesmo direito de participação cultural. Desta forma, é necessário reunir profissionais da área da cultura para elaborar, discutir e implementar ações necessárias para se adaptarem às novas exigências de uma sociedade com necessidades específicas. A cultura é uma área que tem uma elevada importância e um papel fundamental na vida das pessoas e, desta forma, há a necessidade de este setor se adaptar a uma realidade diferente e proporcionar a participação das pessoas com deficiência/incapacitadas na área da cultura, saindo da sua postura elitista e adotando uma outra de integração, tentando compreender as faltas existentes nos meios culturais e permitir uma mudança profunda e verdadeira.

Para além disto, é importante que ao longo dos tempos haja uma evolução nas políticas culturais, de forma a que sejam desenvolvidas e implementadas neste setor, com o intuito de operacionalizar programas de inclusão cultural.

---

<sup>32</sup> Gabriely, A. (2007). *Edifícios públicos tombados e a acessibilidade para pessoas com deficiência: um olhar multidisciplinar*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo).

Segundo Teixeira Coelho:

“A política cultural é entendida habitualmente como um programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento das suas representações simbólicas. Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do património histórico e ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável.” (Coelho, 1997, p.292)<sup>33</sup>

É desta forma que o património cultural, nomeadamente as instituições culturais, estejam em sintonia com o pensamento e com as políticas culturais contemporâneas, uma vez que, são políticas e pensamentos que reconhecem a diversidade existente quer a nível social, quer a nível cultural, assim como, tentam trabalhar de modo a dirigir os seus objetivos culturais para um sistema de inclusão social e, conseqüentemente, cultural.

Um outro aspeto a salientar é a necessidade de desenvolvimento, conhecimento/aprendizagem e readaptação dos agentes culturais e de todos os outros funcionários que trabalham nas instituições culturais, à realidade das pessoas com deficiência ou incapacitadas. Para um trabalho consciente, conciso e profissional, é essencial permitir o acesso a todo o tipo público a este património (cultural). A forma como muitas instituições culturais tratam esta forma de acesso, destina-se apenas à implementação da acessibilidade física, que conseqüentemente julgam terem por adquirido as bases necessárias para a existência de uma inclusão cultural. No entanto, e tendo em conta de um ponto de vista mais amplo e preciso, este acesso não garante a apreensão total dos conteúdos expositivos de qualidade, nem mesmo quando se consegue atingir de forma eficiente o objetivo desse mesmo conteúdo se tornar acessível. Isto acontece fundamentalmente porque as instituições culturais ao elaborar os seus textos

---

<sup>33</sup> Coelho, T. (1997). *Dicionário de Política Cultural*.

explicativos, partem do princípio que as pessoas já têm por adquirido os conhecimentos ou capacidades necessárias para conseguir atingir e interpretar aquilo que é transmitido.

Para além disto, o facto de muitas pessoas não apreenderem/adquirirem o conhecimento dos conteúdos expostos ou que muitas vezes são demonstrados por outras formas, é sobretudo devido às suas necessidades especiais ou às suas incapacidades. O acesso à cultura vai muito além da acessibilidade a espaços físicos, sendo que é fundamental pensar em todos aqueles que são portadores de deficiência visual, auditiva, motora e até mesmo a todos aqueles que possuem dificuldades de aprendizagem, com um desenvolvimento cognitivo baixo. Este sucesso só é possível se cada instituição perspetivar o acesso físico e intelectual do público.

Segundo o Instituto Português de Museus (IPM), a acessibilidade é definida da seguinte forma:

“Acessibilidade é aqui entendida num sentido lato. Começa nos aspetos físicos e arquitetónicos – acessibilidade do espaço - mas vai muito para além deles, uma vez que toca outras componentes determinantes, que concernem aspetos intelectuais e emocionais, a acessibilidade da informação e acervo.” (IMP, 2004, p.17)<sup>34</sup>.

Desta forma, é crucial que exista uma mudança de atitude face ao diferente e ao diverso, que é muitas das vezes o fator que nos faz afastar uns dos outros e de tudo o que nos rodeia. Assim sendo, é importante pensar na inclusão social no sentido que é indispensável o envolvimento de todos, bem como, a importância das políticas culturais em todas as esferas governamentais, relativamente ao governo, municípios, juntas de freguesia, de modo a procurar promover a inclusão cultural, a mudança de atitudes e a transformação das mentalidades das pessoas.

---

<sup>34</sup> Colwell, P., Mendes, E. (2004). *Temas da Museologia: Museus e Acessibilidade*.

## 7. A Acessibilidade Cultural

À luz do modelo social da deficiência, a acessibilidade remete-nos para uma experiência contextual da deficiência, ou seja, é um processo que ocorre com o cruzamento do indivíduo com necessidades especiais com o meio físico, informativo e comunicacional. Considera-se que a acessibilidade é um conceito que tem como significado a possibilidade de acesso às pessoas com uma determinada deficiência, quer ao nível físico, intelectual ou sensorial nas mais diversas horizontalidades, nomeadamente na via pública, nos transportes, na tecnologia de comunicação e informação, isto é, permitir que as pessoas com deficiência ou incapacitadas tenham acesso aos bens, serviços, produtos e equipamentos. Desta forma, permite uma maior autonomia e o uso dos meios que os envolve. De acordo com o Conceito Europeu de Acessibilidade: "*Acessibilidade é uma característica de um meio físico ou de um objeto que permite a interação de todas as pessoas com esse meio físico ou objeto, e a utilização destes de uma forma equilibrada, respeitadora e segura*".<sup>35</sup> (CEA, 2003, p.23)

Segundo a Direção Geral do Património Cultural (DGPC):

“A acessibilidade é hoje entendida como uma questão de direitos humanos reconhecidos nas leis de vários países do mundo - o direito à igualdade de oportunidades, à não discriminação, à inclusão e à participação em todos os aspetos da vida em sociedade. É essencial promover o acesso físico aos monumentos, palácios e museus, mas não é menos importante considerar também acesso intelectual, social, cultural ou económico. O nosso Património Cultural pertence a todos. Estamos a trabalhar para que o serviço público que oferecemos seja cada vez mais acessível a um maior número de visitantes, independentemente da sua condição de saúde (deficiência ou incapacidade), condição social, cultural ou económica. E entendemos a acessibilidade como um serviço público integrado, que deve atravessar todos os setores de atividade das instituições e implicar todos os seus funcionários.”<sup>36</sup>

---

<sup>35</sup> Aragall, F. (2003). *Conceito Europeu de Acessibilidade – CEA*.

<sup>36</sup> Direção Geral do Património Cultural. Acessibilidades: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/>

É notório a existência de uma desigualdade na sociedade face às pessoas com deficiência ou incapacitadas. Também a Organização Mundial de Saúde (OMS) considerou esta mesma situação, na medida que, considerou a influência das barreiras na vida das pessoas com deficiência/incapacitadas e do modo como estas barreiras dispõem de uma situação de desvantagem. Esta mesma situação é descrita por eles da seguinte forma:

“Pessoas com deficiência nem sempre conseguem viver de maneira independente e participar de forma integral em atividades comunitárias. A dependência das soluções institucionais, a falta de vida em comunidade, de acesso aos meios de transporte e a outras instalações públicas, e as atitudes negativas tornam a pessoa com deficiência dependente das demais pessoas e a isola das oportunidades sociais, culturais e políticas regulares.” (OMS, 2011, p.271)<sup>37</sup>

No entanto, segundo o relatório mundial sobre a deficiência, da OMS: “A evidência neste Relatório sugere que muitas das barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência são evitáveis e as desvantagens associadas à deficiência podem ser superadas.” (OMS, 2011, p. 271).

Nos dias que correm, uma pessoa com necessidades especiais é vista como sendo inferior, proporcionando assim uma discriminação social e um afastamento entre os indivíduos. Segundo Gabriel<sup>38</sup>, as barreiras existentes que impedem a acessibilidade das pessoas com deficiência a diversos lugares, leva-nos firmemente à presente ideia que ocorre na sociedade, o mesmo é dizer, as pessoas que tem mais necessidades para aceder a um determinado meio, são as mesmas pessoas que não podem participar na vida em sociedade por falta de acesso.

Deste modo, é fundamental promover as mesmas oportunidades a todos os cidadãos, neste caso específico na área da cultura. Segundo a legislação, todos os cidadãos têm direito à cultura. De acordo com a carta constitucional da República Portuguesa de

---

<sup>37</sup> Officer, A., Posarac, A. (2011). *Relatório Mundial sobre a Deficiência*.

<sup>38</sup> Gabriely, A. (2007). *Edifícios públicos tombados e a acessibilidade para pessoas com deficiência: um olhar multidisciplinar*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo).

1976, no que diz respeito a direitos e deveres culturais, “1. Todos têm direito à educação e à cultura.”; “3. O Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural (...)”.<sup>39</sup>

Um dos marcos históricos da garantia e promoção dos direitos humanos de todos os cidadãos em especial das pessoas com deficiência, foi a *Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*<sup>40</sup>. Esta Convenção reconhece que o conceito de deficiência é um conceito que se encontra em evolução e que a deficiência provém do contacto entre as pessoas com incapacidades e as barreiras comportamentais e ambientais. Consequentemente, estas barreiras existentes condicionam a participação plena e efetiva na sociedade em condições de igualdade com as outras pessoas. É desta forma, que a Convenção reafirma os princípios universais, nomeadamente o princípio de dignidade, integralidade, igualdade e não discriminação.

Referentemente à acessibilidade a *Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, dá uma singular importância à intervenção no sentido de melhorar o acesso em condições de igualdade, no que diz respeito às diferentes áreas do ambiente físico, englobando as estradas, edifícios, transporte, tecnologias de informação e comunicação, e outras instalações e/ou serviços que estão ao alcance do público. Desta forma, as pessoas com deficiência ou incapacitadas não serão capazes de beneficiar de forma plena e concisa de uma determinada área, se eventualmente as outras se encontrem ainda, por resolver. Assim, é de extrema importância ter-se em conta as facilidades criadas nos ambientes, quer ao nível do meio físico, social ou comportamental, uma vez que, podem seguir duas vertentes, ou seja, por um lado podem incapacitar as pessoas com deficiência/incapacidade, por outro podem promover e incentivar a sua participação e inclusão.

Chega-se à conclusão que é através da acessibilidade que se consegue alcançar uma qualidade de vida desejável. Estes dois conceitos encontram-se de certa forma ligados, na medida em que as pessoas com necessidades especiais melhoram de um modo

---

<sup>39</sup> Diário da República Eletrónico. (1976-04-10). Decreto de Aprovação da Constituição – Diário da República nº86/1976 Série I de 1976-04-10 Artigo 73º Educação, Cultura e Ciência: <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/337/202004291637/128038/diploma/indice>

<sup>40</sup> Serviço Nacional de Saúde. Convenção das Nações Unidas sobre os direitos das Pessoas Com Deficiência: <https://www.dgs.pt/em-destaque/convencao-das-nacoes-unidas-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia.aspx>.

significativo a sua participação na vida em sociedade, tendo em conta que o conceito de qualidade de vida está intimamente relacionado com as necessidades humanas.

Contudo, há que ter em conta que este conceito de qualidade de vida aborda outras questões pertinentes, nomeadamente na relação com as oportunidades que são disponibilizadas pelo meio como forma de satisfazer as necessidades existentes. Consequentemente, vai cruzar-se com um conjunto de ações políticas necessárias para assegurar e melhorar as estruturas de oportunidades.

No Decreto-lei 163-2006 de 8 de agosto de 2006 de Portugal, considera-se que:

“A promoção da acessibilidade constitui um elemento fundamental na qualidade de vida das pessoas, sendo um meio imprescindível para o exercício dos direitos que são conferidos a qualquer membro de uma sociedade democrática, contribuindo decisivamente para um maior reforço dos laços sociais, para uma maior participação cívica de todos aqueles que a integram e, consequentemente, para um crescente aprofundamento da solidariedade no Estado social de direito.”<sup>41</sup>

Desta forma, a acessibilidade a espaços culturais deve ser realizada de forma a que todos, independentemente da sua condição, possam usufruir do espaço e da cultura de igual modo, tendo por base a comodidade, as diversas formas de comunicação, assim como, uma perceção clara daquilo que se pretende ser transmitido.

Ao falarmos de espaços culturais, referimo-nos às várias vertentes que a cultura nos pode proporcionar, nomeadamente a espetáculos, oficinas, exposições, espaços de convivência, ateliers, galerias, entre outros. Assim sendo, estes espaços têm que ter uma acessibilidade suficiente para que seja possível as existências de uma inclusão cultural a pessoas com necessidades especiais, além demais, devem conter estratégias para esse público-alvo, permitindo que haja uma interação desse mesmo público com o ambiente que os envolve.

---

<sup>41</sup> Diário da República Eletrónico. (2006-08-08). Decreto de Lei n<sup>o</sup>163/2006, Diário da República n<sup>o</sup>152/2006 Série I de 2006-08-08: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/538624/details/normal?q=DecretoLei+n.%C2%BA%20163%2F2006%2C%20de+8+de+agosto>

## **7.1. A perspectiva da acessibilidade**

Para se caracterizar um espaço acessível é fundamental que este seja de fácil compreensão por parte do indivíduo e que, ao mesmo tempo, lhe permita a participação em todas as atividades, tendo por base a segurança, a autonomia e o conforto. No entanto, alguns dos espaços públicos/espaços culturais apresentam algumas divergências relativamente a este conceito, isto é, na existência de obstáculos que determinam a dificuldade do uso desses mesmo espaços e a falta de participação nas diversas atividades sociais e culturais.

Todo o indivíduo é um membro importante de uma sociedade e, como tal, possui direitos e obrigações. Contudo, para que esses direitos possam ser praticados, há que ter em atenção os princípios básicos de cada indivíduo, ou seja, é essencial que cada um de nós tenha a sua própria independência, autonomia e dignidade, devendo assim, abranger todos os indivíduos que fazem parte de uma sociedade.

Como é do conhecimento de todos, os espaços culturais são centros de várias funções artísticas, proporcionam ao artista a oportunidade de apresentar as suas obras/trabalho e a sua habilidade, assim como, concede um crescimento pessoal e profissional do mesmo. Além do mais, são considerados locais onde as pessoas se reúnem com um propósito, isto é, onde podem desenvolver as suas faculdades através da aprendizagem, criação, criatividade, divertimento, entretenimento e construção de ideias e opiniões sobre o que observam. Um centro cultural tem como função apresentar, oferecer, partilhar e dispor de conteúdos de qualidade, tal qual como o seu espaço e eventos. Desta feita, é fundamental um planeamento de estratégias e recursos que assegurem condições para que as pessoas possam usufruir e disfrutar das diferentes formas de arte e cultura apresentadas.

Salientar ainda, que de acordo com os programas culturais disponibilizados nestes espaços, bem como, as oportunidades que asseguram, nomeadamente a acessibilidade a todos, sem exceção, torna-se um fator elementar para o reconhecimento e destaque dessa mesma instituição. Desta forma, evidencia-se que um centro de âmbito cultural, é um elemento importante para o desenvolvimento de uma comunidade e é necessário eliminar as barreiras existentes para que esses espaços não sejam avaliados e considerados limitados a todas as pessoas que têm algum tipo de restrição.

Atendamos à figura 2:<sup>42</sup>



Imagem 2 - Possíveis utilizadores dos espaços culturais

A figura 2 mostra que os espaços culturais podem ser restritos não só para as pessoas com necessidades especiais, bem como para as pessoas que não têm qualquer tipo de deficiência. Desta forma, torna-se imperioso fazer uma distinção do conceito de deficiência com o conceito de restrição. Segundo a Classificação Internacional de Funcionalidade e Incapacidade e Saúde (CIF):<sup>43</sup>

“Deficiências: são problemas nas funções ou nas estruturas do corpo, tais como, um desvio importante ou uma perda.”

<sup>42</sup> Couto, F., Oliveira, S. Acessibilidade e Política de Atenção às Pessoas com Deficiência [Slideserve]: <https://www.slideserve.com/glenna/acessibilidade-e-pol-tica-de-aten-o-as-pessoas-com-defici-ncia>.

<sup>43</sup> A CIF pertence às classificações internacionais desenvolvida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para aplicação em vários aspetos da saúde.

“Restrições: na participação são problemas que um indivíduo pode enfrentar quando está envolvido em situações da vida real.” (CIF, 2004, p.13)

Nas restrições, podemos classificá-las segundo quatro grupos, nomeadamente restrições sensoriais, restrições físico-motoras, restrições psico – cognitivas e restrições múltiplas.

Nas restrições sensoriais referimo-nos à dificuldade na assimilação/compreensão das informações do meio onde o indivíduo está envolvido, devido às suas limitações sensoriais, nomeadamente auditiva, visual, olfato, orientação e do paladar. Relativamente às restrições físico-motoras falamos da proibição ou dificuldades que ocorrem no desenrolar da atividade e que vão depender da força física, coordenação motora, precisão ou mobilidade. No que diz respeito às restrições psico-cognitivas, remetemos para as dificuldades no procedimento e tratamento de informações recebidas ou da comunicação produzida através da linguagem, devido às suas limitações cognitivas. Por último, as restrições múltiplas ocorrem com mais de um tipo de restrição, ou seja, tendo em conta o exemplo de uma pessoa idosa que devido ao seu envelhecimento, consequentemente pode apresentar uma restrição sensorial, na medida que se encontra ligada às restrições físico-motoras.

Segundo um estudo concretizado em Portugal nas últimas estatísticas realizadas em 2001, sobre o número de pessoas com deficiência e consequentemente a especificidade da mesma, os dados recolhidos descrevem-nos a seguinte situação<sup>44</sup>:

	Números Reais	% da população
População Portuguesa	10.355.824	100%
População com Deficiência	634.408	6,1%
Deficiência Auditiva	84.156	0,8%
Deficiência Visual	163.515	1,6%
Deficiência Motora	156.364	1,5%
Deficiência Mental	71.056	0,7%
Paralisia Cerebral	14.977	0,1%
Outra Deficiência	144.340	1,4%

Quadro nº 5: População total com deficiência e os diferentes tipos de deficiência

<sup>44</sup> Censos 2011. (2002). Análise da População com Deficiência. *Ubibiorum*.

Nos dados acima evidenciados, é destacado que a deficiência com maior número de pessoas ocorre na deficiência visual e de seguida na deficiência motora. Os números mais baixos são apresentados na paralisia cerebral e na deficiência mental.<sup>45</sup>

Censo 2001	População	População com deficiência	Taxa de Deficiência
Total	10.355.824	634.408	6.13
- 16 anos	1.784.125	38.877	2.18
16-24 anos	1.352.106	47.886	3.54
25-54 anos	4.396.336	228.687	5.2
55-64 anos	1.121.137	1.56.211	9.47
+ 64 anos	1.702.120	212.747	12.5

Quadro nº 6: População total, população com deficiência e taxa de deficiência

É evidente que a taxa onde ocorre com menos incidência de pessoas com deficiência é na faixa abaixo dos 16 anos de idade, o mesmo não acontece na idade acima dos 64 anos, onde regista a maior percentagem com 12.5%.<sup>46</sup>

Regiões	População com deficiência (%)	Homens (%)	Mulheres (%)
Total	6.1	6.7	5.6
Norte	5.9	6.5	5.3
Grande Porto	6.3	6.9	5.8
Centro	6.7	7.4	5.8
Lisboa e Vale do Tejo	6.3	6.8	5.8
Grande Lisboa	6.4	6.9	6.0
Alentejo	6.1	6.3	6.0
Algarve	6.0	6.3	5.6
Região dos Açores	4.3	4.4	4.1
Região da Madeira	4.9	5.2	4.6

Quadro nº 7: Distribuição das pessoas com deficiência por região (%)

<sup>45</sup> 1º Plano de Ação para a Integração das Pessoas com deficiências e Incapacidades, p.26

<sup>46</sup> 1º Plano de Ação para a Integração das Pessoas com deficiências e Incapacidades, p.27

Relativamente à população com deficiência distribuída por regiões no território continental e nas regiões autónomas, destacamos a região do centro com os valores mais altos com 6.7%, seguindo-se da Grande Lisboa com 6.4%. O mesmo não acontece na Região dos Açores com 4.3% e na Região da Madeira com 4.9% que apresentam os valores mais baixos.

Nas estatísticas realizadas pelo instituto nacional de estatística (INE)<sup>47</sup> sobre deficiências ou incapacidades nos censos de 2011, teve como objetivo retratar as limitações das pessoas face a situações do dia-a-dia, que por sua vez, afeta a sua funcionalidade e participação na vida social. Nesta pesquisa substituíram a avaliação baseadas em diagnósticos de deficiência e privilegiaram uma avaliação à funcionalidade e incapacidade como resultado da interação dinâmica entre a pessoa e os fatores contextuais. Desta forma, os dados fornecidos pelo INE e de acordo com gabinete de estratégia e planeamento da República Portuguesa<sup>48</sup>, o estudo foi realizado a seis domínios da funcionalidade, nomeadamente à visão, audição, andar ou subir degraus, memória ou concentração, tomar banho ou vestir-se sozinho e compreender os outros ou fazer-se compreender.

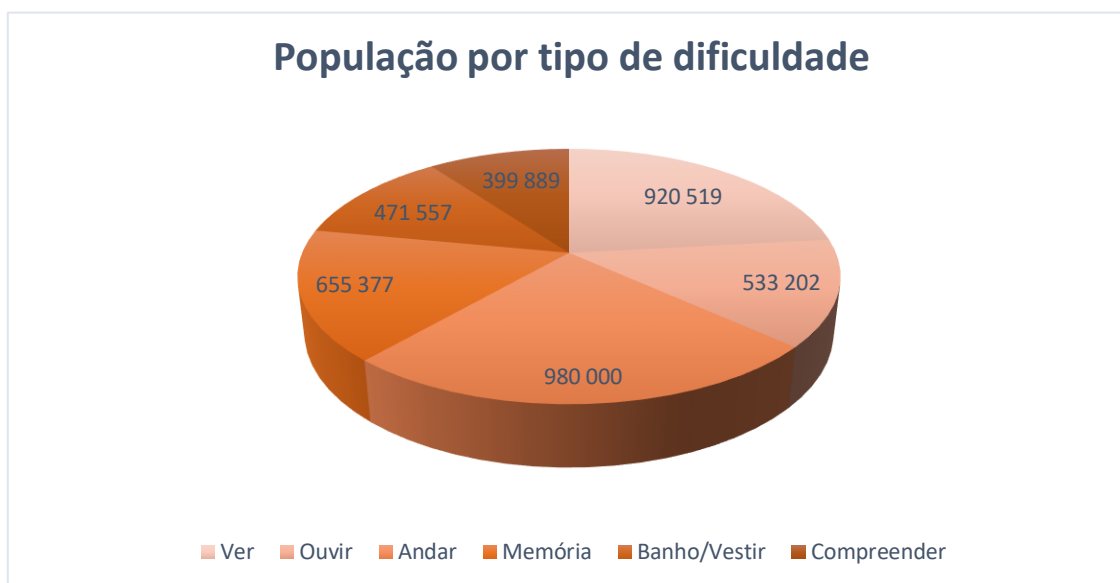


Gráfico 1 – Número de pessoas com tipo de dificuldade

<sup>47</sup> Instituto Nacional de Estatística. (2011): [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_faqs&FAQSfaq\\_boui=161489126&FAQSmodo=1&xlang=pt](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_faqs&FAQSfaq_boui=161489126&FAQSmodo=1&xlang=pt)

<sup>48</sup> República Portuguesa - Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social. (2016). Estatísticas sobre Deficiência e Incapacidade.

Tendo por base o gráfico, conclui-se que a maior incidência na população está ligada ao andar, 980 mil pessoas com pelo menos uma dificuldade, não conseguem ou têm muita dificuldade no andar. Relativamente às outras dificuldades, estima-se que 1,5% da população não consegue tomar banho ou vestir-se sozinha; 1,0% não consegue andar; 1,0% não consegue memorizar ou concentrar-se; 0,7% não consegue compreender os outros ou fazer-se compreender; 0,3% não consegue ver e 0,3% não consegue ouvir.

Com a apresentação destes dados estatísticos, pretende-se acabar com as barreiras existentes para as pessoas com deficiência ou incapacitadas e incluir estas pessoas com necessidades especiais na acessibilidade aos espaços culturais. Pretende-se também que nos foquemos bem nos números reais e que consigamos corrigir a falta de informação e apoiar todos os profissionais da área cultural, para que seja garantido o acesso a todas as pessoas. Desta forma, é importante perceber que a acessibilidade começa nos aspetos físicos e arquitetónicos, nomeadamente na acessibilidade do espaço, mas esta vai muito além disto, isto é, deve-se pensar num âmbito mais alargado, tendo em conta nomeadamente os edifícios, o design constituinte, os serviços e materiais disponíveis e, ainda, a comunicação que é realizada. Quando pensamos em barreiras no determinado local, o nosso pensamento leva-nos imediatamente para um exemplo muito comum, designadamente a possibilidade de uma pessoa com cadeira de rodas encarar um lanço de escadas. A solução para este problema, é a construção de uma rampa para que essa pessoa se possa deslocar para um outro lugar. No entanto, a criação de uma rampa só faz sentido se servir de ligação do sítio onde estamos para um outro sítio onde queremos ir, ou seja, de que adianta ter uma rampa no exterior do espaço cultural se no seu interior desse mesmo espaço não estão asseguradas as questões de acessibilidade? De que adianta haver uma rampa de acesso ao interior do espaço cultural, se no interior da infraestrutura não há condições que satisfaçam todo o tipo de dificuldades/incapacidades/deficiências?

A acessibilidade é um direito e um recurso para que todos os indivíduos, independentemente de possuírem ou não deficiência/ incapacidade, possam usufruir dos direitos que lhes assistem, de modo a desfrutarem dos equipamentos, produções artísticas, arte, entre muitas outras coisas, proporcionando-lhes assim as mesmas oportunidades de bens e serviços.

Tendo em conta esta questão da acessibilidade cultural, é fundamental pensarmos na mobilidade de cada indivíduo, ou seja, na autonomia e segurança que cada um deve ter, de modo a usufruir da cultura, pois a mobilidade é um direito universal. É fundamental

pensarmos num público com deficiência ou com incapacidade, isto é, que não dispõe da mesma vulnerabilidade no contacto com a cultura/criação artística. Este determinado público deixa de aceder e frequentar espetáculos, exposições e outras áreas ligadas à produção de arte e cultura, devido à falta de espaços acessíveis em lugares onde se diz ser para todo o determinado público, com o objetivo de difundir cultura. Desta forma, um espaço acessível é um local onde se deve criar condições de oportunidades a todos sem exceção. Um indivíduo só consegue disfrutar do espaço cultural se esse mesmo espaço potenciar condições, isto é, as condições de oportunidades surgem no ambiente que os envolve, nada tem a ver com os indivíduos.

Um espaço cultural deve por ora manter um ambiente acessível, de forma a oferecer uma melhor qualidade de vida, uma maior segurança e proporcionar assim uma inclusão cultural, não exclusivamente às pessoas com necessidades especiais, como também a todas as outras. Criar um ambiente sem barreiras, é criar a simplicidade das coisas, isto é, ter como objetivo simplificar e melhorar a vida das pessoas com deficiência ou incapacidade, facilitando a utilização a um maior número de espaços e produtos culturais. Para além disto, a acessibilidade acontece quando se criam maneiras de combater as barreiras existentes, devem ser encaradas com uma questão de direitos humanos que levam à inclusão e ao aumento de novos públicos. Acima de tudo, a acessibilidade é um meio para alcançar um objetivo maior, de possibilitar a participação a todos independentemente da sua condição, possibilitando ainda a independência de cada um.

Relativamente a esta questão da acessibilidade, é importante perceber-se que esta não se define exclusivamente à forma como uma pessoa se desloca de um determinado ponto para outro, quer dizer, dentro da acessibilidade há outros aspetos que são fundamentais para esta seja assegurada, nomeadamente os aspetos políticos, aspetos culturais e aspetos sociais. Contudo, nos espaços culturais nem sempre isto acontece, pois na maioria das vezes os preços que aplicam para se ter acesso a um determinado espaço cultural, são demasiado excessivos e condicionam a entrada a um grande grupo de pessoas. Lisboa, é um dos locais onde esta realidade se verifica, nomeadamente no Mosteiro dos Jerónimos, Centro Cultural de Belém, Teatro D. Maria II, Teatro Politeama, entre outros espaços culturais, onde o preço dos bilhetes são geralmente superior a 10€. Noutras situações, os espaços culturais não se encontram preparados para receber pessoas cegas, surdas ou mudas, entre muitas outras situações. É notório que há abundantes

obstáculos que impedem o usufruto do património cultural, desde diversas barreiras arquitetónicas que surgem de entrada aos locais ou ao longo de um percurso expositivo, à falta de comunicação que é notável através da documentação de apoio e contextualização dos acontecimentos/exposições, à sinalética e ainda na identificação daquilo que é exposto. Assim, é importante ter em atenção tudo o que diz respeito à acessibilidade dos espaços, dos equipamentos, dos acervos, dos serviços, da comunicação e das atividades realizadas, tendo em vista certificar a acessibilidade a todos os cidadãos através das novas tecnologias bem como de outras diretrizes que sejam necessárias.

Assim sendo, e de acordo com o Conceito Europeu da Acessibilidade (CEA, 2003, p.20)<sup>49</sup>, importa referir os requisitos mínimos a ter em conta para que os espaços culturais possam assegurar a acessibilidade a um maior número de pessoas, tendo sempre por base que a cultura é para todos e esta deve ser acessível a todos. Então, um espaço cultural acessível deve ser:

- 1- Respeitador: deve respeitar a diversidade dos utilizadores. Ninguém deve sentir-se marginalizado a todos deve ser facilitado o acesso.
- 2- Seguro: deve ser isento de riscos para todos os utilizadores. Assim, todos os elementos que integram um meio físico têm de ser dotados de segurança (evitar-se chão escorregadio, saliências, ter em mente as dimensões, etc).
- 3- Saudável: não deve constitui-se, em si, um risco para a saúde ou causar problemas aos que sofrem de algumas doenças ou alergias. Mais ainda, deve promover a utilização saudável dos espaços e produtos.
- 4- Funcional: deve ser desenhado e concebido de tal modo que funcione por forma a atingir os fins para que foi criado, sem problemas ou dificuldades. Por exemplo, seria absurdo criar um centro médico sem ter em conta a largura dos corredores que permitisse o cruzamento simultâneo de duas macas ou que as portas não dessem passagem a uma maca.

---

<sup>49</sup> Cardoso, E., Cuty, J. (2012). *Acessibilidade em ambientes culturais*.

- 5- Compreensível: todos os utilizadores devem saber orientar-se sem dificuldade num dado espaço e, por conseguinte, é fundamental:
- A- Uma informação clara: utilização de símbolos comuns a vários países, evitando as palavras ou abreviaturas da língua local que podem induzir em erro e conduzir a confusões; por exemplo, ao empregar-se a letra C nas torneiras, significa Frio (cold) em Inglês, mas quente (caliente) em Espanhol.
  - B- Disposição dos Espaços: deve ser coerente e funcional, evitando-se a desorientação e confusão.
- 6- Estético: o resultado deve ser esteticamente agradável, o que provavelmente poderá agradar a um maior número de pessoas (tendo sempre presente e em mente os cinco pontos mencionados anteriormente).

## **7.2 Acessibilidade: condição fundamental para o benefício de todos**

A cultura, como temos visto, é o resultado da interação do homem com o meio ambiente, onde se estabelecem relações entre si, convivem, partilham ideias e experiências, ou seja, se definem os seus valores e significados. Desta feita, a cultura é fundamental para cada um de nós, a qual deve estar ao alcance de todos para que em conjunto, consigamos construir uma sociedade com costumes, tradições e referências históricas. Contudo, tudo isto é transmitido e adquirido através do conhecimento e da informação que é transmitida de uns para outros, pelas mais diversas formas a nível cultural. Esta transmissão de cultura acontece sobretudo a nível de espaços culturais, ou seja, é necessário criar condições espaciais para que se possa oferecer à sociedade um conhecimento e uma experiência cultural a todos, independentemente da sua condição, idade ou estatuto social.

Estes locais permitem a cada indivíduo a possibilidade de entrar em contacto com a cultura, experienciar, inventar e criar ideias, permitindo desta forma, a aproximação do indivíduo com as diversas formas de cultura, assim como a convivência entre as pessoas, permitindo a inclusão cultural.

O acesso à cultura não se destina somente aos teatros, museus ou bibliotecas, é muito mais que isto, pode-se definir como espaço cultural um local onde se possa criar, inventar, observar e adquirir conhecimento, quer seja dentro de uma sala de exposições, numa fábrica, numa rua, entre outros locais. Desta forma, podemos afirmar que cultura se interliga com os espaços, no intuito de passar a cada pessoa que participa neste encontro com a cultura, aquilo que esta pretende transmitir, havendo uma harmonização entre o espaço e com a arte que decorre.

Assim sendo, é primordial intensificar uma pesquisa sobre equipamentos, técnicos, serviços, recursos e estratégias de acessibilidade, com o objetivo de promover o acesso a todas as pessoas, de bens culturais produzidos nos diversos segmentos da cultura. É importante criar ambientes, produtos e serviços que permitam abranger todos os grupos sociais, desde crianças, a idosos e pessoas com deficiência ou incapacidade. Outrora, todos estes espaços destinados à produção e demonstração de cultura, têm que estar capacitados para que cada utilizador/visitante seja capaz de ter autonomia e

independência durante a sua visita. Pretende-se assim, que disponibilizem serviços de forma simples, com um mínimo de esforço na sua utilização, com informação exata e de fácil compreensão, assim como, que ofereçam serviços de acesso assegurado, com uma dimensão e espaço adequado ao manuseamento e deslocação das pessoas, independentemente da sua condição.

Um serviço com estas e outras características está ligado ao Design Universal ou Desenho para Todos, que justamente tem como preocupação a conceção de objetos, equipamentos e estruturas do meio físico que permita às pessoas, independentemente da sua condição, a utilização dos espaços, equipamentos, informação e comunicação de forma mais adequada, tendo como objetivo facilitar a vida das pessoas de forma autónoma. Assim, o design universal tem como finalidade fazer chegar todos estes serviços ao maior número de pessoas, por um custo baixo. Segundo o Instituto Nacional de Reabilitação (INR)<sup>50</sup>, a realização de um projeto em Design Universal obedece a 7 princípios:

1. Utilização equitativa: pode ser utilizado por qualquer grupo de utilizadores;
2. Flexibilidade de utilização: engloba uma gama extensa de preferências e capacidades individuais;
3. Utilização simples e intuitiva: fácil de compreender, independentemente da experiência do utilizador, dos seus conhecimentos, aptidões linguísticas ou nível de concentração;
4. Informação perceptível: Fornece eficazmente ao utilizador a informação necessária, qualquer que sejam as condições ambientais/físicas existentes ou as capacidades sensoriais do utilizador;
5. Tolerância ao erro: minimiza riscos e consequências negativas decorrentes de ações acidentais ou involuntárias;
6. Esforço físico mínimo: pode ser utilizado de forma eficaz e confortável com um mínimo de fadiga;

---

<sup>50</sup> Instituto Nacional de Reabilitação. Design Universal: <http://www.inr.pt/design-universal>

7. Dimensão e espaço de abordagem e de utilização: Espaço e dimensão adequada para a abordagem, manuseamento e utilização, independentemente da estatura, mobilidade ou postura do utilizador.

Este desenho designado para todos, tem como intuito favorecer a acessibilidade e promover a inclusão de todos no meio social.

Neste sentido do bem-estar e inclusão de todas as pessoas, o Conceito Europeu da Acessibilidade tem como objetivo fazer o reconhecimento, aceitação e promoção dos direitos humanos a todas as pessoas da sociedade. A eliminação de barreiras existentes nos meios edificados, é uma das preocupações e um objetivo, para uma acessibilidade com padrões e normativas concretas, proporcionando aos espaços que detenham condições que se adaptem aos seus utilizadores.

“Um meio edificado acessível constitui elemento chave para o funcionamento de uma sociedade assente em direitos iguais, dotando os seus cidadãos de autonomia e de meios para a prossecução de uma vida social e economicamente ativa.” (CEA, 2003, p.21)<sup>51</sup>

Garantir a acessibilidade nos espaços públicos e nos edifícios públicos, torna-se uma forma de promover uma melhor qualidade de vida para todos, sobretudo para as pessoas com necessidades especiais, como já referido anteriormente, uma vez que promove uma participação cívica de todos.

Segundo a Lei de bases de Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação das Pessoas com Deficiência, alínea b) do 3º artigo, (Lei nº 38/2004, 18 de agosto) define: “*A promoção de uma sociedade para todos através da eliminação de barreiras e adoção de medidas que visem a plena participação da pessoa com deficiência.*”<sup>52</sup>

Neste sentido, e de forma a permitir uma sociedade mais inclusiva, existe uma legislação para clarificar as técnicas utilizadas na acessibilidade aos edifícios. Esta

---

<sup>51</sup> Cardoso, E., Cuty, J. (2012). *Acessibilidade em ambientes culturais*.

<sup>52</sup> Diário da República Eletrónico. (2004-08-18). Decreto de Lei 38/2004, Diário da República nº194/2004 Série I-A de 2004-08-18: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/480708/details/maximized>

legislação surge posteriormente ao Decreto de Lei 123/97 de 22 de maio, nomeadamente o D.L.163/2006 de 8 de agosto. Esta legislação é fundamental para ser aplicada, de modo a construir e desenvolver cidades e vilas portuguesas com mais inclusão, de acordo com projeto 2010 – Europa Inclusiva. Nesta sequência, surge o guia “Acessibilidade e Mobilidade para Todos”<sup>53</sup>, como forma de ajudar/apoiar os profissionais que têm a cargo a conceção dos diversos espaços públicos, edifícios e equipamentos coletivos. Este guia tem por base reforçar a ideia do decreto de lei 163/2006 de 8 de agosto em vigor e *“contribuir para a sua divulgação e exemplificação clara da sua aplicação, supondo-se que agora, finalmente, se possa caminhar no sentido de um parque edificado verdadeiramente respeitador de todos os cidadãos.”* (Monteiro, 2006, p. 6)<sup>54</sup>

O guia “Acessibilidade e Mobilidade para Todos”, de acordo com o decreto de lei 163/2006 de 8 de agosto<sup>55</sup>, apresenta-nos diversos setores onde estas normas técnicas podem ser aplicadas, para melhorar a acessibilidade das pessoas com deficiência ou incapacidade:

Na Via Pública:

- Percurso Acessível;
- Passeio e caminhos de peões;
- Escadarias na via pública;
- Escadarias em rampa na via pública;
- Rampas na via pública;
- Passagens de peões de superfície;
- Passagens de peões desniveladas;
- Outros espaços de circulação e permanência de peões.

---

<sup>53</sup> Teles, P. (2007). *Acessibilidade e Mobilidade para Todos*. <http://www.inr.pt/documents/11309/59516/Acessibilidade+e+mobilidade+para+todos/69ec738b-10a8-40e0-9370-e6aa9d8cf395>

<sup>54</sup> Teles, P. (2007). *Acessibilidade e Mobilidade para Todos*.

<sup>55</sup> Diário da República Eletrónico. (2006-08-08). Decreto de Lei n.º163/2006, Diário da República n.º152/2006 Série I de 2006-08-08: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/538624/details/normal?q=DecretoLei+n.%C2%BA%20163%2F2006%2C%20de+8+de+agosto>

#### Nos Edifícios e Estabelecimentos em Geral:

- Percurso Acessível;
- Átrios;
- Patamares, galerias e corredores;
- Escadas;
- Rampas;
- Ascensores;
- Plataformas elevatórias;
- Espaços para estacionamento de viaturas;
- Instalações sanitárias de utilização geral;
- Vestiários e cabinas de prova;
- Equipamentos de auto - atendimento;
- Telefones de uso público;
- Bateria de recetáculos postais.

#### Nos Edifícios, Estabelecimentos e Instalações com usos específicos:

- Disposições específicas;
- Edifícios de habitação – espaços comuns;
- Edifícios de habitação – habitações;
- Recintos e instalações desportivas;
- Edifícios e instalações escolares e de formação;
- Salas de espetáculos e outras instalações para atividades sócio - culturais;
- Postos de abastecimento acessível.

#### Percurso Acessível:

- Zonas de permanência;
- Alcance;
- Largura livre;
- Zonas de manobra;
- Altura livre;
- Objetos salientes;
- Pisos e os revestimentos;
- Ressaltos no piso;

- Portas;
- Portas de movimento automático;
- Corrimãos de apoio;
- Comandos e controlos;
- Elementos vegetais;
- Sinalização e orientação

## 7.2.1 – Edifícios Públicos

Tendo em conta a acessibilidade a todos os indivíduos, o Conceito Europeu de Acessibilidade (CEA)<sup>56</sup> afirma, tal como o nome indica, que os edifícios são direcionados para o público. Estes devem totalmente acessíveis, e posto isto, esclarecem-nos medidas fundamentais a ter em conta nas instituições culturais, de modo a possibilitar a receção de todo o tipo de público.

- Entrada: deve ser feita ao nível da rua ou eventualmente ter uma rampa com uma ligeira inclinação;
- Informação: na receção da entrada das instituições culturais deve existir um mapa que mostre a disposição do edifício, os andares, o local onde nos encontramos, a localização das escadas, rampas, saídas de emergência, casas de banho elevadores. Deve existir também a informação relativa a outros serviços existentes no local;
- Sistemas de apoio ou assistência personalizada;
- Elevadores: devem ter um espaço suficiente, devem estar equipados com informação visual, sonoro e tátil. Para além disto, ter em conta a diferença entre o elevador e o chão;
- Rampas: devem ser leves e harmoniosas, ou seja, devem ter pouca inclinação, para que não haja uma grande diferença;
- Corredores: devem ter uma largura suficiente que permita o cruzamento de pessoas em simultâneo, que permita a passagem de uma cadeira de rodas e eventualmente, caso seja necessário, manobrar a cadeira de rodas para sentido contrário;
- Sanitários: devem existir casas de banho em cada andar do edifício (caso haja diversos andares), uma das casas de banho deve ser destinada ou ter espaço e equipamento para pessoas com cadeira de rodas ou para qualquer outra deficiência/incapacidade;
- Evacuação em caso de emergência: deve existir alternativas para o caso de incêndio, nomeadamente detetar o fogo através de alarmes, sinais visuais, para a

---

<sup>56</sup> Aragall, F. (2003). *Conceito Europeu de Acessibilidade – CEA* p. 69-75.

fuga ou proteção contra o fogo. Deve existir em qualquer local que faça parte do mesmo edifício;

- Sinalética: os sinais informativos devem ser claros e descrever o serviço que integram, evitando designs que causem confusão para o utilizador/visitante. Para as pessoas com deficiência deve ser utilizada uma sinalética própria;
- Iluminação: deve-se garantir uma iluminação suficiente, leve e deve estar exposta de forma a constituir um guia de itinerário a seguir;
- Paredes sem obstáculos: deve-se ter em conta as pessoas com deficiência visual para que se consigam orientar bem;
- Elementos perigosos e que não são necessários: espelhos/vidraças, pavimentos demasiado encerados, tapetes que não estejam presos ao chão, balcões de atendimento ao público com arestas salientes, superfícies refletoras, entre outras;
- Nos cinemas, teatros, salas de concerto e museus:
  - . As bilheteiras devem estar a uma altura em que todos tenham acesso;
  - . Nas salas de cinema devem ter espaços para pessoas com cadeira de rodas, um sistema de indução de som que permita o som ser difundido em FM e um sistema sonoro para que possa ser transmitido para pessoas com deficiência visual;
  - . Todos os eventos públicos devem incluir uma tradução simultânea para a língua local ou para outra língua, assim como, a língua gestual para pessoas com deficiência auditiva;
  - . Nos museus as pessoas devem deslocar-se conforme o itinerário da exposição e as peças expostas devem encontrar-se em lugares acessíveis, com informação relevante ao lado. Esta informação deve ser disponibilizada em formato visual, sonoro e tátil, de acordo com as peças em exposição.

Para além dos edifícios públicos, os edifícios históricos que se encontram incluídos na área da cultura, são espaços com uma certa resistência face à introdução de adaptadores para uma maior acessibilidade dentro dos mesmos, argumentando que a herança histórica fica afetada, tentando preservar os traçados originais, tendo disponível aos visitantes somente sanitários e eletricidade. No entanto, e partindo do princípio da inclusão de todos, as pessoas com necessidades especiais têm direito de aceder a estes edifícios como qualquer outra pessoa. Desta forma, os responsáveis por estes espaços devem promover uma visita virtual através de uma apresentação interpretativa. Para as pessoas com dificuldades visuais é possível a experiência através de um monumento tátil.

### 7.3 – Acessibilidade em três dimensões

Nesta dissertação pretendemos focar-nos na acessibilidade a três níveis: na acessibilidade física, a de comunicação e informação e na acessibilidade atitudinal. Estas são as barreiras que consideramos como sendo as principais e que privam as pessoas do usufruto e acesso aos serviços disponíveis dentro de uma sociedade. É primordial ter em atenção que as instituições públicas, onde estão incluídas as instituições culturais, disponham de condições fundamentais para proporcionar a possibilidade de todas as pessoas, mesmo com deficiência ou incapacidade, possam participar numa vida comum.

O Conceito Europeu de Acessibilidade afirma:

“A nossa sociedade assenta na diversidade, que exige a construção de um meio físico sem barreiras e que não crie deficiências e incapacidades. Significa que a acessibilidade é uma preocupação de todos, não só de uma minoria com necessidades especiais. Numa sociedade cada vez mais diversificada e a envelhecer, o objetivo traduzir-se-ia e traduzir-se-á na promoção e adoção crescente da acessibilidade para todos.” (CEA, 2003 p.21)<sup>57</sup>

O modo como as pessoas com necessidades especiais têm acesso aos espaços culturais deve ser estudado de forma a que todos possam usufruir das suas estruturas. Deste modo, é necessário investigar todo o funcionamento que permite este acesso a um público-alvo diferente, identificando as faltas que os espaços têm.

Segundo Sasaki<sup>58</sup>, as barreiras à acessibilidade são:

- 1- Acessibilidade arquitetónica: sem barreiras físicas nos espaços públicos, equipamentos coletivos, edifícios públicos e habitação;
- 2- Acessibilidade comunicacional: constitui a falta de obstáculos na comunicação interpessoal, comunicação escrita e comunicação visual;

---

<sup>57</sup> Aragall, F. (2003). *Conceito Europeu de Acessibilidade – CEA*.

<sup>58</sup> Sasaki, R. K. (2009). Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, mar./abril. 2009, 10-16.

- 3- Acessibilidade programática: comporta a ausência de barreiras invisíveis integradas em políticas culturais, normas, regulamentos, decretos, leis políticas públicas e outras peças escritas;
- 4- Acessibilidade metodológica: baseia-se na omissão de barreiras de métodos e técnicas de lazer, de trabalho e de educação;
- 5- Acessibilidade instrumental: ausência de barreiras nos instrumentos, utensílios, ferramentas de trabalho e de lazer;
- 6- Acessibilidade atitudinal: não existência de preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações para pessoas com deficiência.

Posto isto, é notório que a acessibilidade se torna um aspeto fundamental inerente à condição humana.

São vários os obstáculos do acesso à cultura a pessoas com necessidades especiais. Contudo, os obstáculos mais recorrentes no que diz respeito à acessibilidade em instituições culturais, surge-nos através quer da vertente física, de informação e comunicação e na vertente atitudinal. Neste sentido, é importante pensar na estrutura e capacidade que as pessoas possuem enquanto indivíduos.

No que se refere aos espaços físicos, os constrangimentos podem surgir desde logo nos parques de estacionamento, quer dos parques próprios das instituições quer nos que se encontra à volta desta, por falta de estacionamento para estas pessoas ou até mesmo pela falta de espaço para saírem do carro. Para além disto, e talvez um dos aspetos mais importantes a nível físico, é a falta de rampas ou elevadores que possibilitem as pessoas com mobilidade reduzida chegarem ou circularem dentro dos espaços culturais, bem como a altura do balcão de atendimento que não é pensado para pessoas baixas ou com cadeira de rodas, e ainda a altura a que muitas vezes as exposições estão concebidas.

Na vertente de informação e comunicação, é importante ter em atenção a forma como as exposições ou espetáculos estão formatados para o público, uma vez que as pessoas portadoras de deficiências não têm a mesma compreensão e perceção do que é exposto ou retratado. Mesmo no que diz respeito à sinalização, por vezes esta não é a mais perceptível, o que consequentemente, impossibilita este grupo de pessoas de percorrerem um determinado caminho numa exposição ou chegarem a um determinado local de espetáculo devido à incompreensão ou falta de sinalização. Ainda assim, há também um fator importante a ter em conta, nomeadamente a existência de diferentes

estímulos ao mesmo tempo, o que pode criar dificuldades na compreensão do que se vê ou se ouve.

Já no que se pode referir à vertente sensorial, é essencial pensarmos nas pessoas que possuem problemas quer visuais quer auditivos. Por exemplo, uma exposição deve ser pensada nestes dois âmbitos, ou seja, atualmente é importante que exista infraestruturas que permitam a pessoa escolher entre ver e ouvir ou entre ver e tocar no objeto exposto. Neste sentido, as exposições devem ser pensadas de forma a que possam desfrutar da exposição, tendo em conta a preparação dessa mesma exposição para os diferentes públicos. Quem fala em exposições, fala na projeção de espetáculos que devem ser idealizados de forma a que as pessoas captem toda a informação e mensagem transmitida. Existem algumas soluções para que cada pessoa possa experienciar o espaço cultural, através do braille, de animações de multimédia, através de vídeos, de ampliações auditivas ou visuais e ainda gravações de áudio.

Relativamente à vertente atitudinal é fundamental a sensibilização de todas as pessoas que trabalham nas instituições públicas, nomeadamente nas instituições culturais. Posto isto, por vezes, torna-se necessário formações que consciencializem todos os profissionais da cultura para a inclusão das pessoas com necessidades especiais, de forma à resolução dos problemas existentes e à não discriminação deste grupo de pessoas. Segundo o Instituto Português da Museologia:

“Todos os funcionários devem ser sensibilizados para a diversidade e para a diferença dentro da sociedade em geral e, em particular, dentro da comunidade das pessoas com deficiência.” (IPM, 2004, p.23)<sup>59</sup>

Atendamos mais pormenorizadamente estas três dimensões, nos próximos tópicos deste capítulo, de forma a entender as questões que se deve ter em conta para uma maior e melhor acessibilidade nas instituições culturais.

---

<sup>59</sup> Colwell, P., Mendes, E. (2004). *Temas da Museologia: Museus e Acessibilidade*.

### 7.3.1 – Acessibilidade Física

As barreiras físicas constituem uma forma de exclusão para as pessoas com deficiência ou incapacidade. A eliminação das barreiras físicas tem por base a garantia da melhoria de qualidade de vidas das pessoas com necessidades especiais. Neste trabalho tem-se como objetivo avaliar as barreiras arquitetónicas ou designadamente às barreiras físicas, nos edifícios públicos, mais propriamente nas instituições culturais.

Ao abordarmos o tema de pessoas com necessidades especiais, falamos de pessoas que têm uma mobilidade reduzida/condicionada, como por exemplo pessoas com cadeiras de rodas, as pessoas com deficiência auditiva e visual, pessoas que não conseguem fazer um percurso com grandes distâncias ou até mesmo pessoas que estão com mobilidade por um curto tempo, nomeadamente grávidas e crianças.

Um dos maiores entraves existentes nas instituições culturais, vão de encontro às barreiras físicas e sensoriais, as que sobretudo impedem o acesso das pessoas com necessidades especiais à maioria estes espaços. Quando falamos de barreiras físicas, diz respeito ao acesso físico quer no exterior das instituições culturais, quer no seu interior.

Como se tem vindo a constatar ao longo deste trabalho, a acessibilidade aos espaços culturais é um direito que assiste às pessoas com deficiência ou incapacidade e é fundamental que estas mesmas pessoas se desloquem e usufruam os serviços disponíveis, de forma autónoma e independente dentro dos edifícios culturais.

Desta feita, é fundamental ter em conta várias questões relativamente à acessibilidade de um espaço cultural. Uma dessas questões é, nomeadamente o ambiente urbanístico que permite o acesso até ao edifício. Reunir essas barreiras existentes que impede o acesso aos espaços culturais, permite arranjar soluções. O decreto de lei 163/2006 de 8 de agosto<sup>60</sup>, reúne as normas essenciais adotar para uma acessibilidade sem restrições.

---

<sup>60</sup> Diário da República Eletrónico. (2006-08-08). Decreto de Lei n.º 163/2006, Diário da República n.º 152/2006 Série I de 2006-08-08: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/538624/details/normal?q=DecretoLei+n.%C2%BA%20163%2F2006%2C%20de+8+de+agosto>

Relativamente ao espaço exterior, em volta das instituições é importante ter conta as seguintes situações:

- Transportes / deslocação:

A localização das instituições culturais pode ser considerada uma barreira física no que diz respeito ao deslocamento do visitante ao edifício cultural ou outro qualquer local com atividades culturais. Esta situação passa pela rede de transportes públicos e pelo envolvimento dos poderes locais para a possibilidade de uma parceria com as empresas de transportes, de forma a assegurar a acessibilidade até ao destino desejado. Permite assim, uma oportunidade de as pessoas se deslocarem em segurança, podendo participar ativamente nos eventos culturais.

- Estacionamento:

O estacionamento deve conter pelo menos dois lugares, um ao lado do outro, reservados para pessoas com necessidades especiais. Estes lugares devem ser marcados no pavimento com cor que contraste com a restante superfície, geralmente é em amarelo ou azul. Para além disto, deve conter uma placa indicativa de acessibilidade. As dimensões destes lugares devem ser no mínimo a largura de 2,50 m e um comprimento de 5 m.

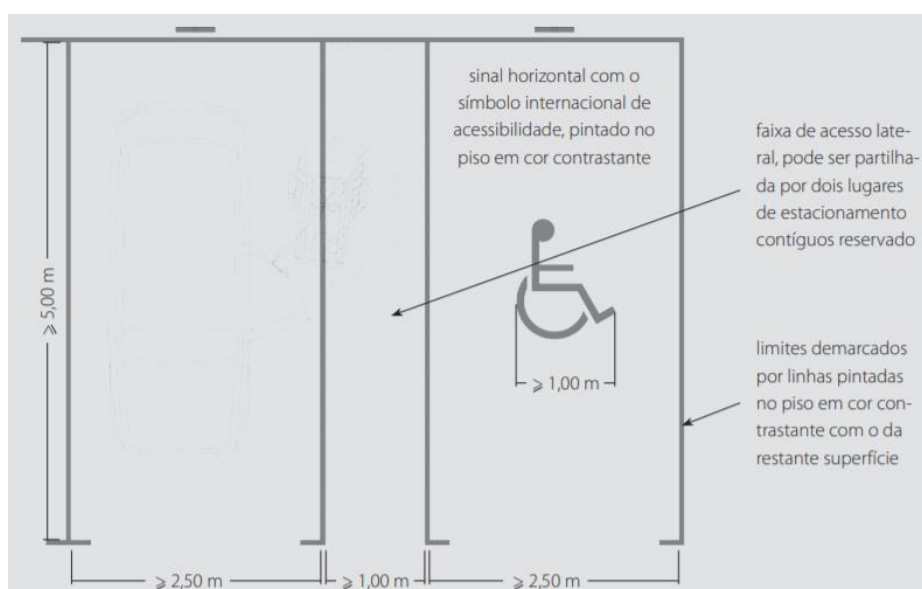


Imagem 3: Estacionamento para pessoas com necessidades especiais

Deve conter uma faixa de acesso lateral com uma largura útil não inferior a 1 m. Estes lugares devem estar localizados o mais próximo possível da entrada e saída da instituição cultural.



Imagem 4: Símbolo Internacional da Acessibilidade

Lugares de estacionamento	Lotação de estacionamento
1 lugares	Lotação de 10 lugares
2 lugares	Lotação de 11 a 25 lugares
3 lugares	Lotação de 26 a 100 lugares
4 lugares	Lotação de 101 a 500 lugares
1 por cada 100 lugares	Lotação superior a 500 lugares

Quadro 8: Número de lugares consoante a sua lotação

- Passeios junto às vias principais e passagem para peões:

A deslocação desde o estacionamento até à entrada da instituição deve estar assegurada, o que se torna importante ter em atenção os passeios e as vias de acesso, tendo em conta a sua circulação contínua e desimpedida de obstruções. Desta forma, também é fundamental a largura dos passeios junto às vias principais, que não deve ser inferior a 1,50 m junto, assim como, relativamente à zona de colocação de mobiliário urbano, ou seja, de árvores, placares informativos, caixotes do lixo, etc. O recomendável é a existência de uma zona com todas essas infraestruturas, de modo a libertar o restante espaço do passeio para as pessoas circularem livremente sem obstruções, sobretudo para pessoas com cadeira de rodas ou pessoas com mais restrições no andar.

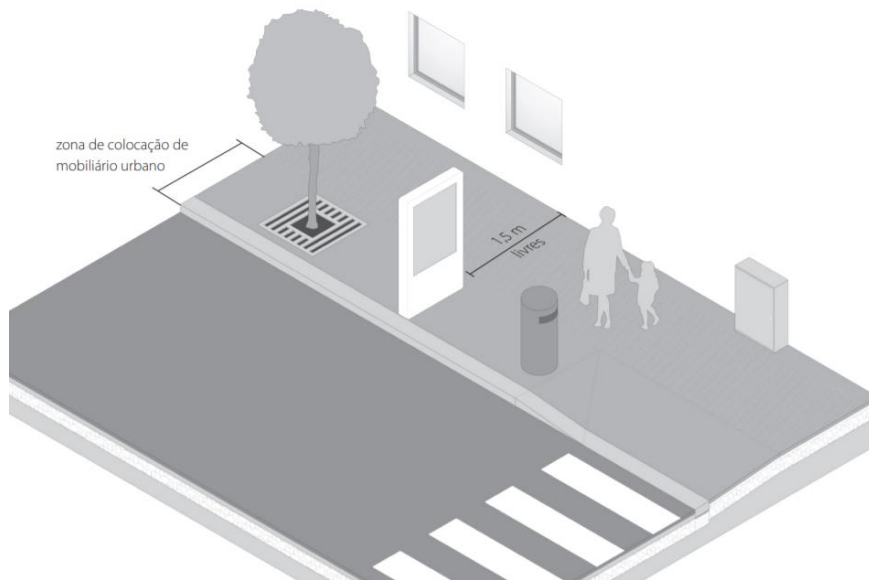


Imagem 5: Passeios junto das vias principais com acessibilidade

Um outro aspeto a ter em conta são os lances da passagem de peões que ajudam a subida das pessoas para o passeio. Estes devem ser rebaixados a toda a largura da passagem para peões, com uma altura que não deve ser superior a 0,02 m. O pavimento junto da passagem de peões deve ser rampeado com uma inclinação não superior a 8% na direção da passagem de peões e não superior a 10% na direção do lancil do passeio, para não se haver uma grande diferença entre o passeio e a passagem para peões. Caso haja a questão de um separador central na zona de passagem para peões, este deve ter uma largura de 1,20 m ou mais, uma vez que se torna um espaço curo para uma pessoa com cadeira de rodas ou com carrinho de bebé. Deve também conter uma inclinação de 2% numa largura equivalente à largura da passagem de peões. Para além disto, os passeios e vias de acesso devem ser revestidos com um pavimento de material compacto, permitindo uma melhor aderência, principalmente para pessoas com cadeiras de rodas.

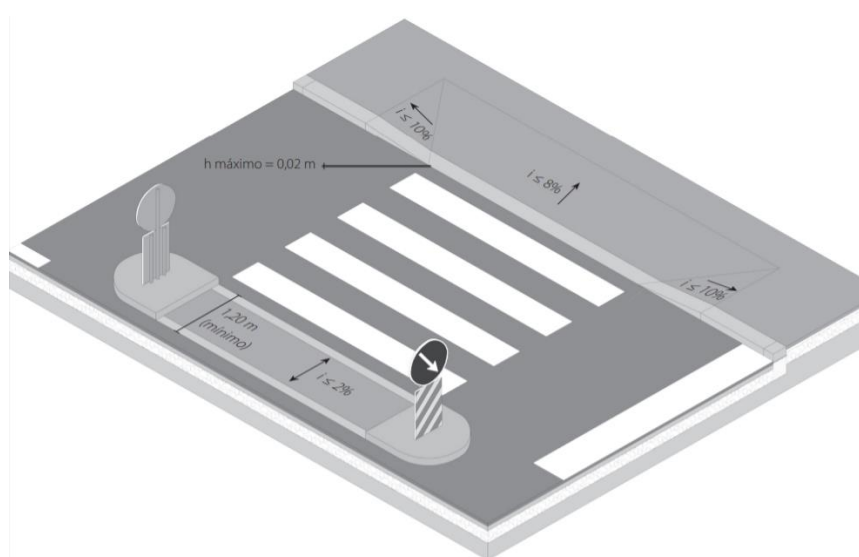


Imagem 6: Passagem para peões com acessibilidade

No caso de as passagens para peões terem semáforos, nomeadamente os que sinalizam manualmente, devem conter os botões a uma altura entre 0,8 m e 1,2 m. Para além disto, o sinal verde deve estar acionado num tempo suficiente que permita que as pessoas com maiores dificuldades cheguem ao outro lado do passeio. Ainda nos sinais, devem existir um sinal sonoro que é emitido quando este passa a verde, de modo a que as pessoas com deficiência visual tenham perceção de quando podem passar.

Relativamente no caso de se realizarem obras de construção, reconstrução ou mudança na passagem de peões, estas devem ter os limites assinalados no piso através de uma textura diferente e de uma cor que faça contraste ao restante pavimento. Neste caso a cor mais utilizada é a cor bordeaux, uma vez que se distingue no meio envolvente. Um outro aspeto a ter em conta é nas passeadeiras que devem ter o início e o fim marcado no piso dos passeios através de uma sinalização tátil, e ainda, ter uma grelha de escoamento de águas para não haver uma acumulação naquele local.

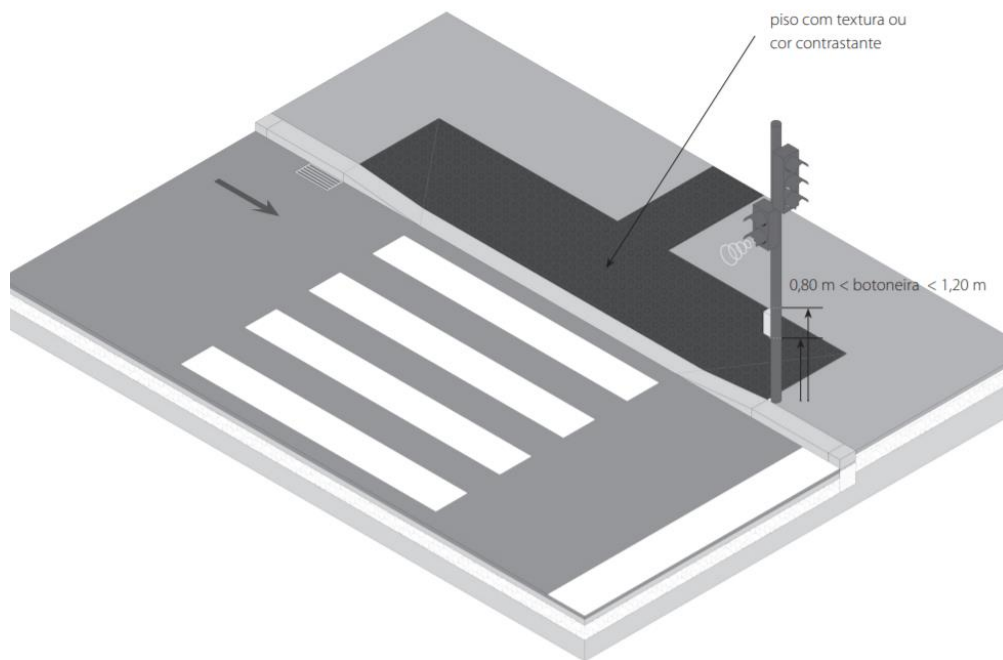


Imagem 7: Passagem para peões com semáforos

- Passeios num percurso acessível:

No seguimento do tópico anterior as dimensões não têm grande alteração. No entanto, a preocupação de assegurar um percurso acessível até à instituição cultural, é relevante nomear alguns aspetos, nomeadamente nos seus percursos pedonais. A largura dos passeios deve ser de 1,2 m, sem qualquer tipo de obstáculo que impeça a passagem segura e de forma cómoda das pessoas. Os obstáculos existentes nos passeios, como referido anteriormente, vão desde bocas de incêndio, as caixas de eletricidade, a papelarias, etc. Os pavimentos dos passeios e vias de acesso devem ser compactos e as suas superfícies devem conter um material que tenha boa aderência, sobretudo para as cadeiras de rodas.

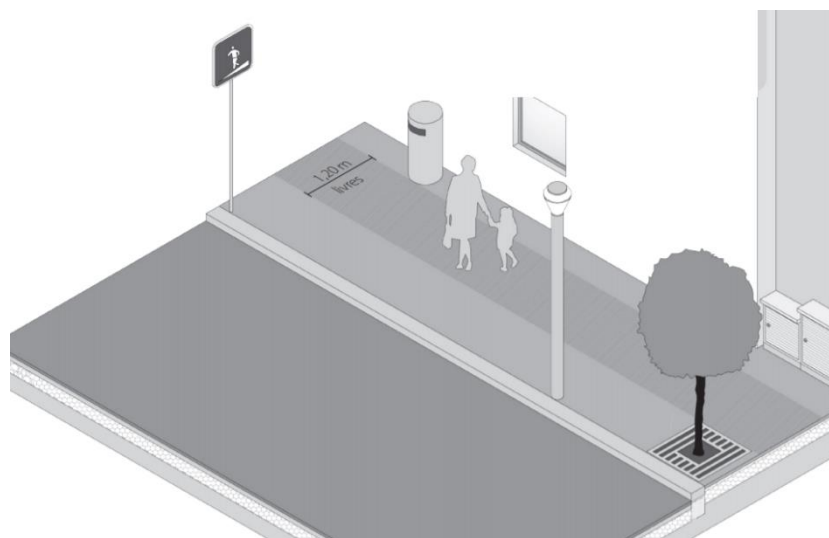


Imagem 8: Percurso pedonal acessível

- Rampas na via pública:

As rampas na via pública, devem ser específicas tal e qual como no tópico dos desníveis e rampas dentro de um edifício, como se poderá ver mais à frente. Salvo as que tiverem um desnível de 0,4 m, devem ter corrimãos nos dois lados da rampa ou um duplo corrimão central, se a largura da rampa for superior a 3 m ou ainda ter corrimãos em ambos os lados da rampa ou um duplo corrimão central, se a largura da rampa for superior a 6 m.

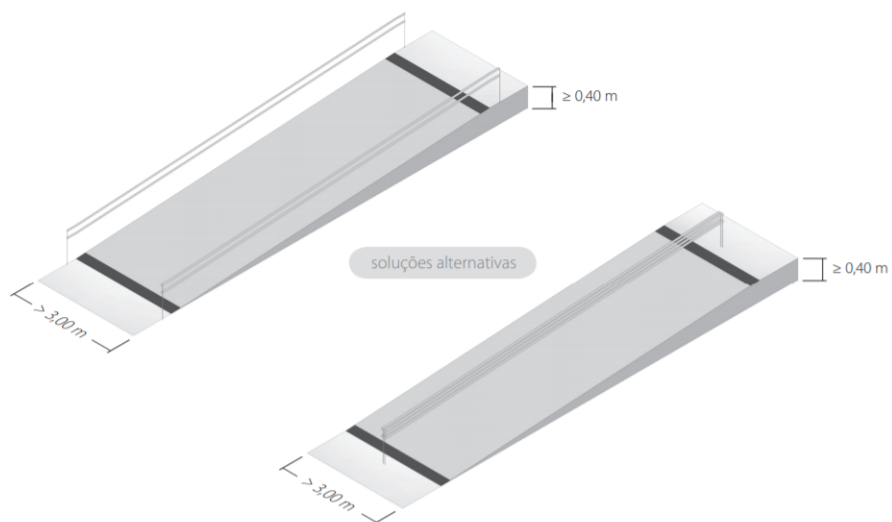


Imagem 9: Rampas com acessibilidade na via pública com 3 m

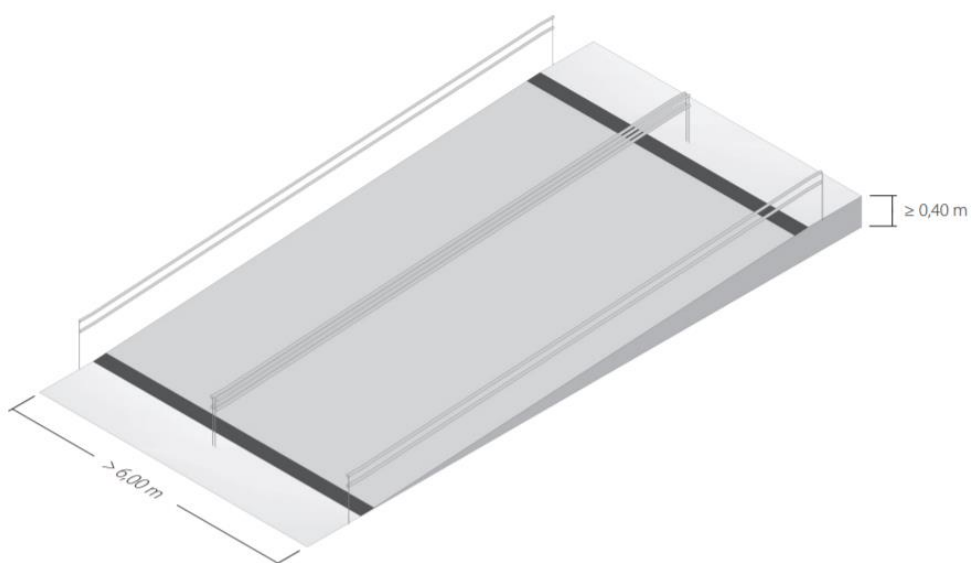


Imagem 10: Rampas com acessibilidade na via pública com 6 m

- Átrios das instituições

Fora de um edifício público, neste caso concreto, numa instituição cultural é importante alguns aspetos que permitem uma melhor deslocação/ movimentação dentro e fora do local. Desta forma, os átrios são espaços que devem estar livres de degraus e alguns desníveis acentuados. No lado exterior do átrio deve existir um piso plano, com inclinação inferior a 2%, onde seja permitida uma rotação de 360° a pessoas com cadeira de rodas. No lado interior do átrio deve existir um mesmo espaço, onde seja permitida a mesma rotação. Um outro aspeto a ter em conta é relativamente as portas. As portas de entrada e saída dos edifícios devem ter uma largura não inferior a 0,87 m entre a face da porta e a patente da porta quando aberta.



Imagem 11: Portas de entrada e saída

Outra questão fundamental no que diz respeito à acessibilidade física, é nomeadamente o ambiente físico do edifício, mais propriamente o acesso interior do espaço, a forma como cada um de nós se desloca/movimenta no seu interior. Nesta situação devemos ter em conta vários aspetos como:

- Portas e corredores:

Um outro aspeto a ter em conta é relativamente as portas. Relativamente aos vãos das portas devem ter uma medida não inferior a 0,74 m entre a face da porta quando aberta e a guarnição do outro lado da porta. Caso a porta seja batente ou pivotante deve-se ter em conta a abertura da porta a 90°. Relativamente à altura da mesma, não pode ser inferior a 2 m.



Imagem 12: Portas de batente e pivotante

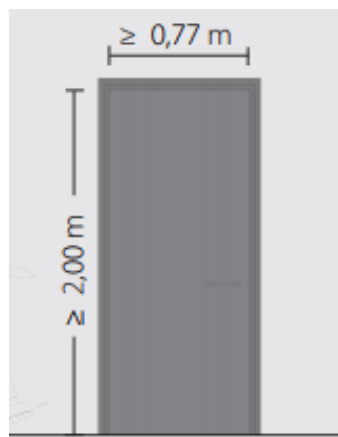


Imagem 13: Largura e altura das portas

As portas automáticas também são aceitáveis desde que assinaladas e com sensor para abertura da porta e dispositivos de fecho automático, de forma a controlar a velocidade do fecho da porta, ou seja, detetor de movimentos. Deve-se evitar portas giratórias, salvo se existir uma outra porta de acesso. Nas portas os manípulos, puxadores

e fechaduras devem oferecer uma resistência mínima, devem estar a uma altura do chão entre 0,8 m e 1,10 m e a uma distância da porta não inferior a 0,05 m.

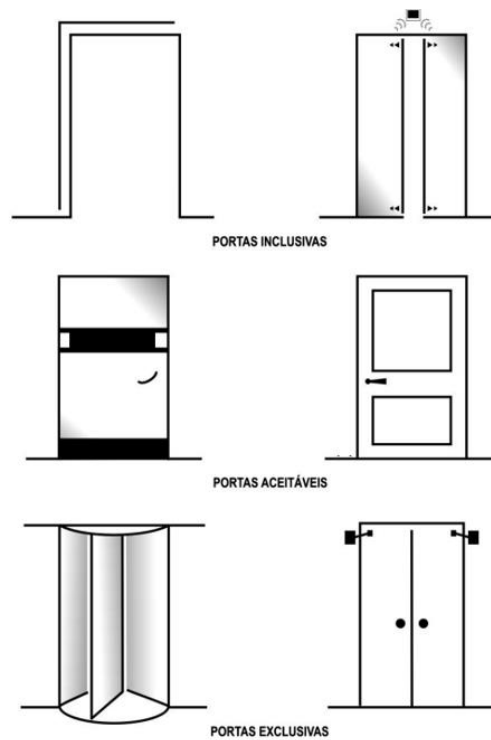


Imagem 14: Portas com maior e menor acessibilidade

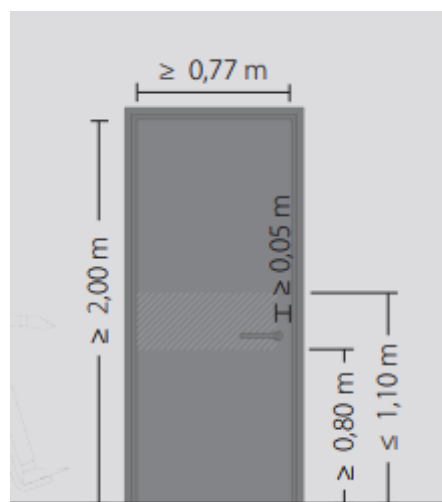


Imagem 15: Altura dos manípulos ou fechaduras

No que diz respeito aos corredores e galerias num espaço cultural, é importante ter em conta a circulação das pessoas em dois sentidos, com um espaço de manobra para o retorno das pessoas e sobretudo para manusear em pleno uma cadeira de rodas. Assim sendo, a largura para um corredor ou galeria deve ser não inferior a 1,20 m.



Imagem 16: Largura de galerias ou de corredores

Caso existam corredores ou galerias em que a largura seja inferior a 1,50 m, devem ser colocadas zonas onde a manobra possa ser 360° ou uma mudança de direção de 180°, para pessoas com cadeiras de rodas. Se nos corredores ou galerias existir um corrimão de apoio, este deve estar a uma altura de 0,9 m e deve acompanhar o trajeto todo mesmo que sejam curvados.

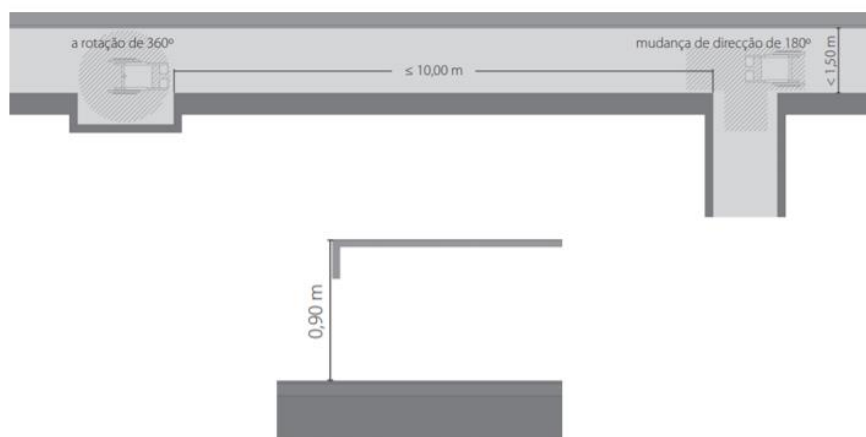


Imagem 17: Zonas de manobra nos corredores ou galerias

- Escadas:

Dentro de qualquer instituição é normal a existência de escadas, sobretudo quando o espaço é constituído por dois ou mais andares. No entanto, há que ter em conta diversos aspetos importantes para garantir a acessibilidade de todos. Assim sendo, a largura dos lanços e patamares das escadas não devem ser inferiores a 1,2 m. Os patamares superiores e inferiores devem ter uma profundidade medida no sentido do movimento, ou seja, 1,2 m.

Os degraus no seu lado designado como cobertor deve ter uma medida não inferior a 0,28 m, uma altura (espelho) não superior a 0,18 m, a aresta do focinho da escada deve ter como raio de cobertura entre 0,005 m e 0,01 m. Para além disto, devem possuir faixas antiderrapantes e com uma sinalização visual tendo uma largura não inferior a 0,04 m, junto ao focinho dos degraus.

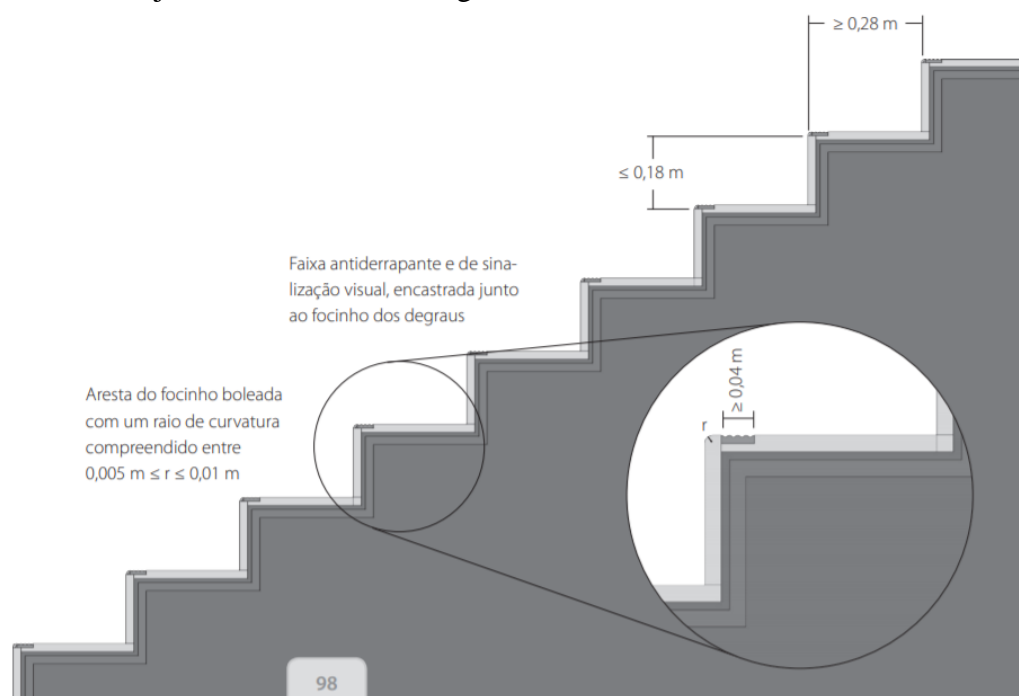


Imagem 18: Escadas Acessíveis

Nas escadas não deve existir qualquer elemento saliente entre o espelho e o cobertor, assim como as escadas que possuïrem um desnível de 0,4 m devem conter corrimãos em ambos os lados a 85 cm / 90 cm de altura, de forma a permitir uma maior estabilidade e segurança aos visitantes. Os corrimãos devem-se prolongar por mais 0,3 m para além do último degrau do lanço de escada e na base antes do primeiro degrau com a mesma inclinação das escadas. É recomendado que estes devem ser constituídos por material de madeira e com 4 cm de diâmetro.

É relevante realçar o pavimento junto ao lanço de escadas, que deve ser diferente ao restante pavimento, de modo a sinalizar que estamos perto de um local com escadas/inclinação.

Caso a instituição não garanta a possibilidade de elevador para as pessoas com cadeiras de rodas, as escadas devem conter como equipamento uma cadeira adaptada para a pessoa conseguir subir.

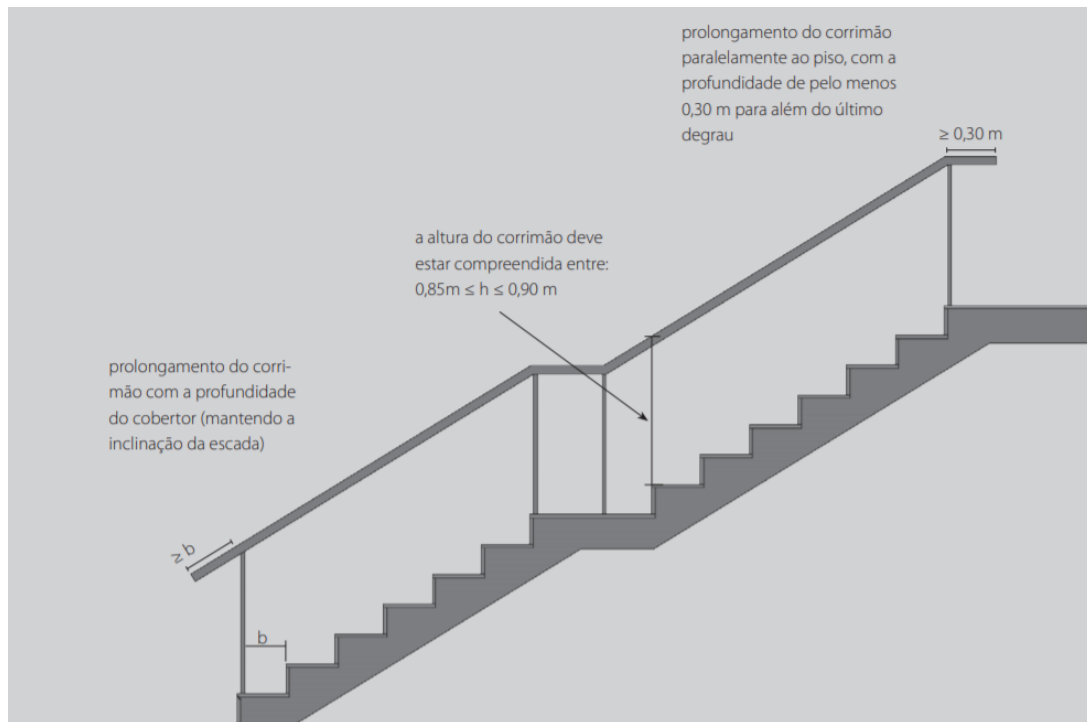


Imagem 19: Degraus com acessibilidade

- Desníveis e rampas:

Num espaço público deve-se ter em conta os seus desníveis para não condicionar a deslocação e movimento das pessoas e até dos funcionários que lá trabalham. Deste modo, é importante perceber o tipo de desnível de que falamos, ou seja, as rampas com inclinação de 6% devem vencer um desnível máximo de 0,6 m e deve ter uma projeção horizontal máxima de 10 m. Caso as rampas tenham uma inclinação de 8% devem vencer um desnível de 0,4 m e deve ter uma projeção horizontal de 5m.

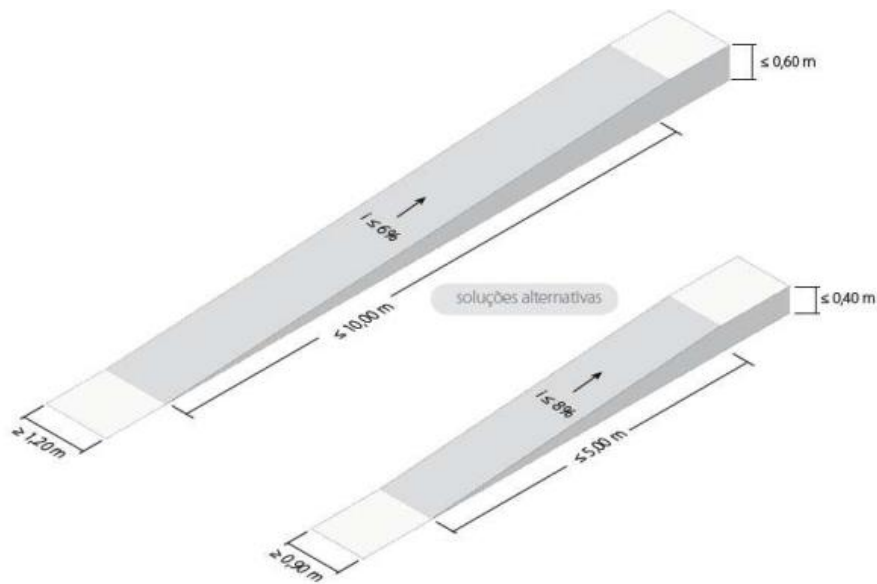


Imagem 20: Rampas com acessibilidade

Relativamente aos edifícios que tenham que sofrer obras de alteração ou de conservação cuja dimensões do espaço determinem uma inclinação superior, deve-se ter em conta o seguinte: uma inclinação de 10%, vence-se um desnível de 0,2 m e deve ter uma projeção horizontal de 0,2 m; uma inclinação de 12% vence-se um desnível de 0,1 m e deve ter uma projeção máxima de 0,83 m.

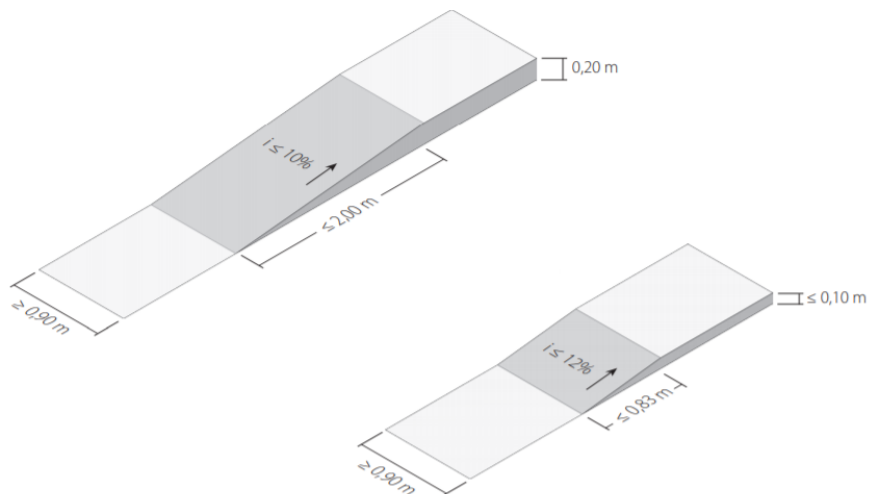


Imagem 21: Rampas com acessibilidade

As rampas devem possuir uma largura não inferior a 1,2 m, salvo se a rampa não tiver uma projeção horizontal inferior a 5m ou se existirem duas rampas para o mesmo percurso, apenas estas exceções é que podem ter largura não inferior a 0,9 m.

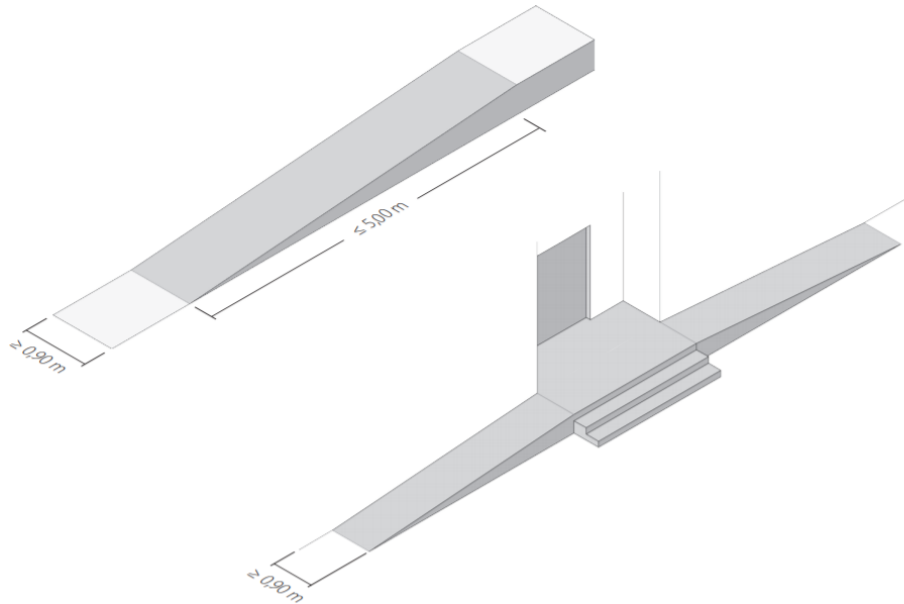


Imagem 22: Rampas com acessibilidade

Em rampas em que a sua inclinação seja inferior a 6% deve existir apenas um corrimão a uma altura de 85 cm a 95 cm, caso a inclinação seja superior a 6% deve existir dois corrimãos, um com uma altura de 70 a 75 cm e o outro com uma altura de 90 a 95 cm. Os corrimãos devem prolongar-se 30 cm antes do início da rampa e depois do fim da rampa.

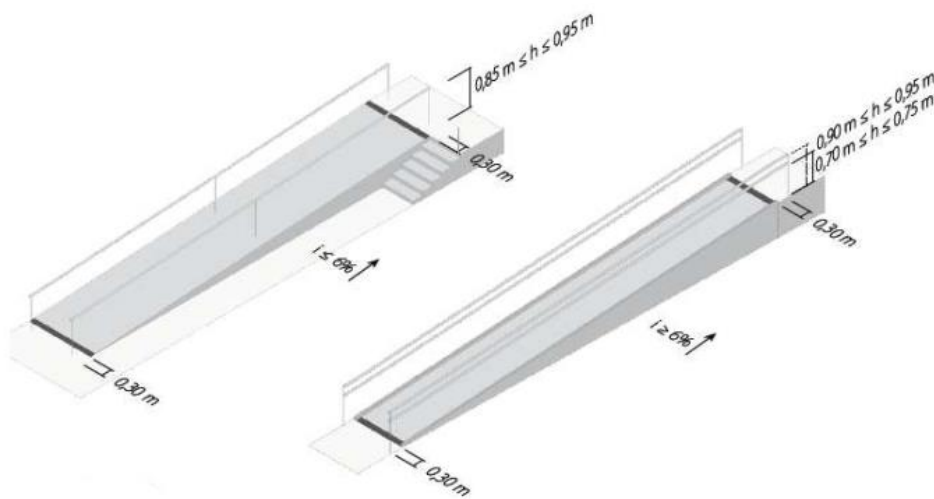


Imagem 23: Rampas com acessibilidade

Devem possuir um piso com uma boa aderência e o seu início e o seu fim devem estar sinalizadas com cor contrastante. As rampas devem ter em cada base e no topo de cada lanço uma plataforma de descanso que deve medir 1,0 m.

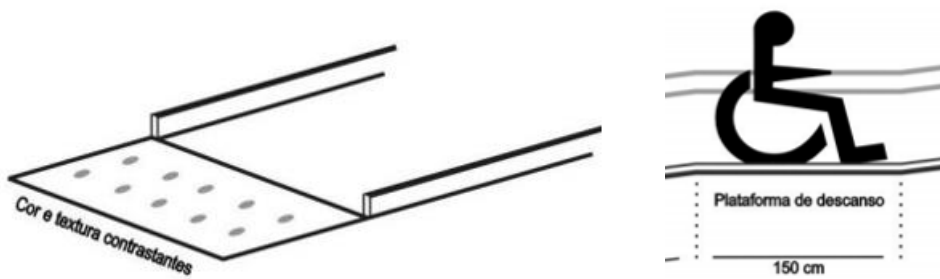


Imagem 24: Rampas com acessibilidade

- Elevadores:

Nas instituições culturais nem sempre há um elevador de utilização pública, e nesta situação, a própria instituição deve disponibilizar o elevador destinado ao serviço para as pessoas com restrições à subida de escadas, quer seja através de cadeira de rodas ou com mobilidade reduzida. O patamar diante da porta do elevador deve ter no mínimo de 1,50 m por 1,50 m, que permita uma rotação de 360°. Em frente ao elevador não deve existir desníveis, degraus ou obstáculos que dificultam o acesso das pessoas ou impeçam a passagem das pessoas com cadeiras de rodas.

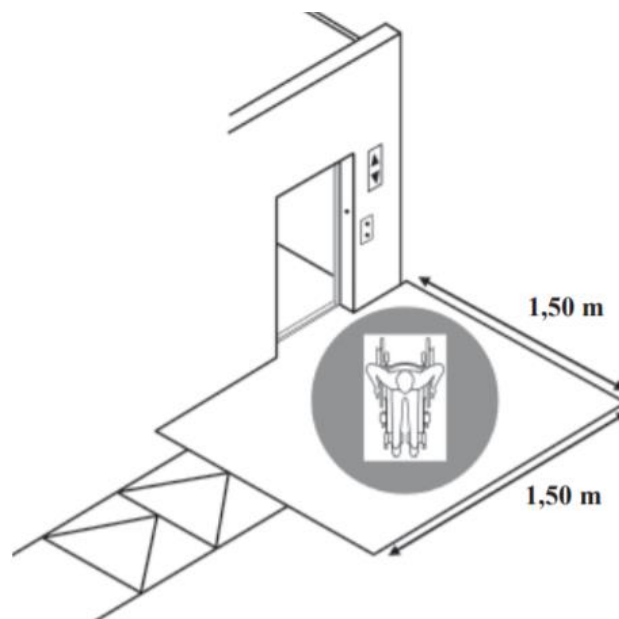


Imagem 25: Dimensão do patamar em frente ao elevador

No que diz respeito à largura dos vãos da porta não devem ser inferiores a 80 cm e o interior da cabina deve ter 110 cm de largura e 140 cm de profundidade. Os elevadores devem ter uma paragem muito próxima ao nível do patamar, com mais ou menos 0,02 m. Ter um espaço entre a cabina e o patamar não superior a 0,035 m.

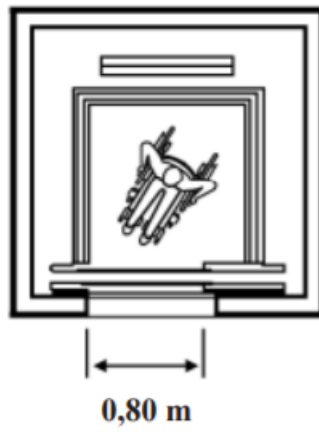


Imagem 26: Dimensões da largura dos vãos da porta

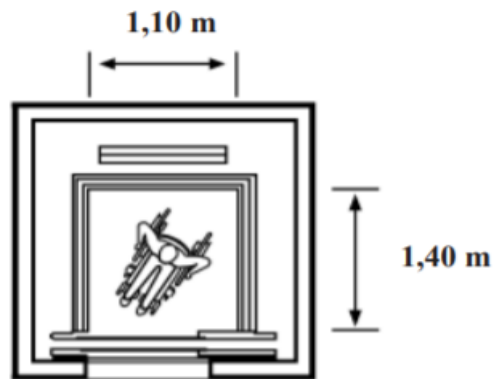


Imagem 27: Dimensões do interior da cabina

Já os botões onde os passageiros podem carregar têm que estar entre 0,9 m a 1,2 m de altura nos patamares e estar entre 0,9 m a 1,3 m de altura dentro da cabina, os quais devem ter alguma referência tátil, através de relevo ou braille.

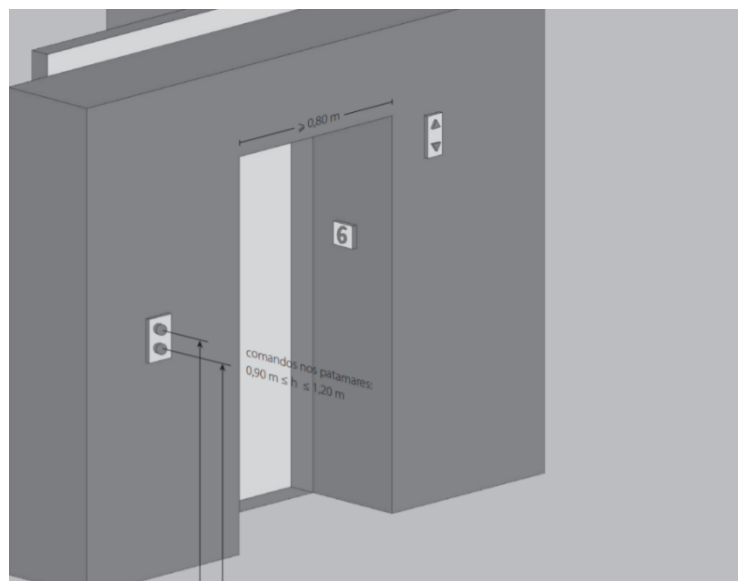


Imagem 28: Dimensões dos botões no patamar do elevador

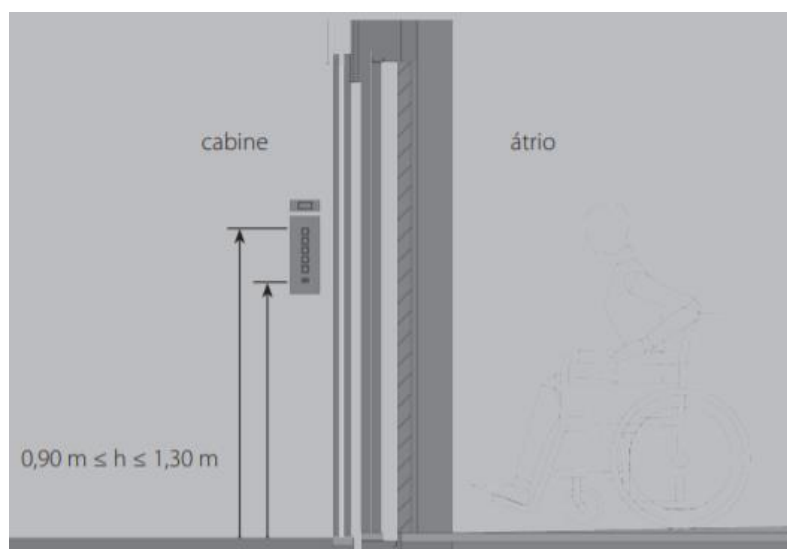


Imagem 29: Dimensões dos botões no interior do elevador

Deve existir barras de apoio às pessoas, as quais devem estar a uma altura entre 0,88 m a 0,90 m do chão e a 0,04 m a 0,05 m da parede da cabine. Os elevadores devem ainda conter uma luz standard para imobilizar as portas e o andamento da cabina.

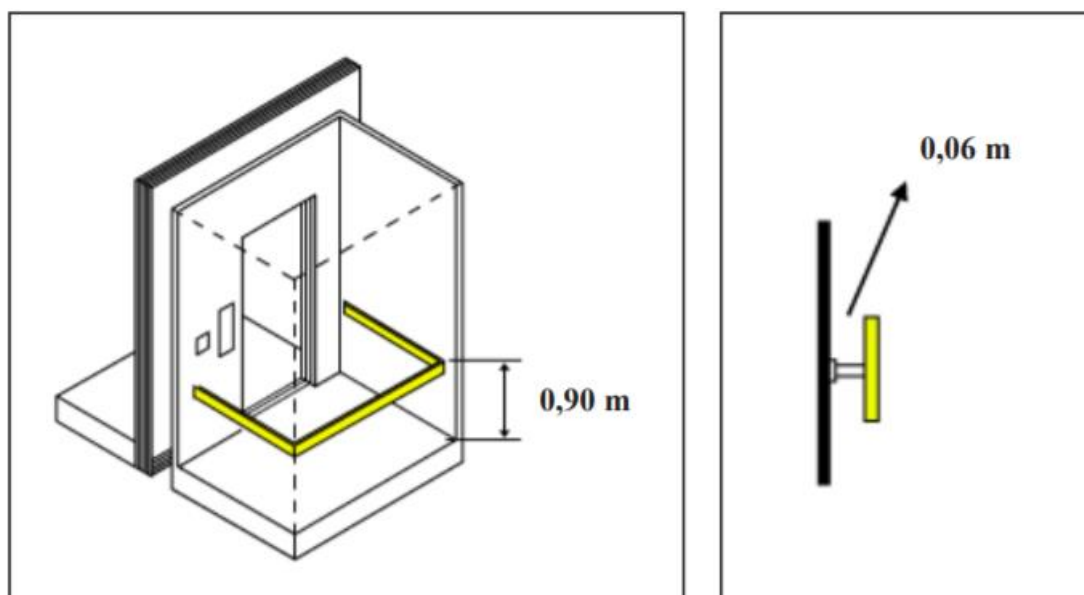


Imagem 30: Dimensões das barras de apoio dentro do elevador

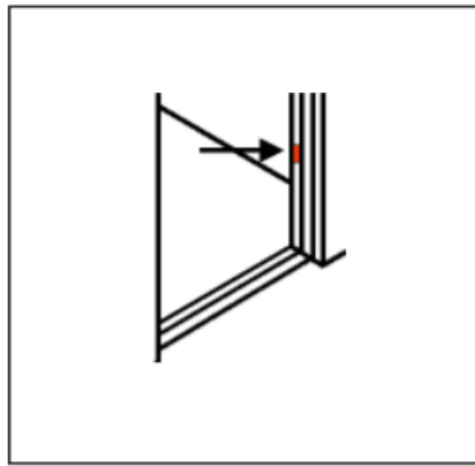


Imagem 31: Luz Standard para imobilizar as portas.

Relativamente às plataformas elevatórias devem ser utilizadas por uma pessoa com cadeira de rodas e devem ter como dimensões não inferiores a 0,75 por 1 m. A paragem das plataformas elevatórias em relação ao piso do patamar deve ser mais ou menos de 0,02 m. Caso o desnível entre a plataforma e o piso for superior a 0,75 m, deve-se colocar uma barra de proteção de acesso à plataforma, as quais devem ser acionadas pelo visitante. Para além disto, também é fundamental uma zona livre de entrada e saída dos visitantes da plataforma elevatória, com uma profundidade não inferior a 1,2 m e uma largura não inferior à plataforma. A plataforma deve ter anteparos de proteção com cerca de 0,1 m, exceto aqueles que não querem.

Caso estas plataformas sejam usadas nas escadas para permitirem a subida de escadas as pessoas com cadeira de rodas ou com restrições no andar, devem ser rebatidas sempre que não seja necessário o seu uso. Os controlos das mesmas devem estar bem visíveis e ao alcance dos visitantes que a usarem.

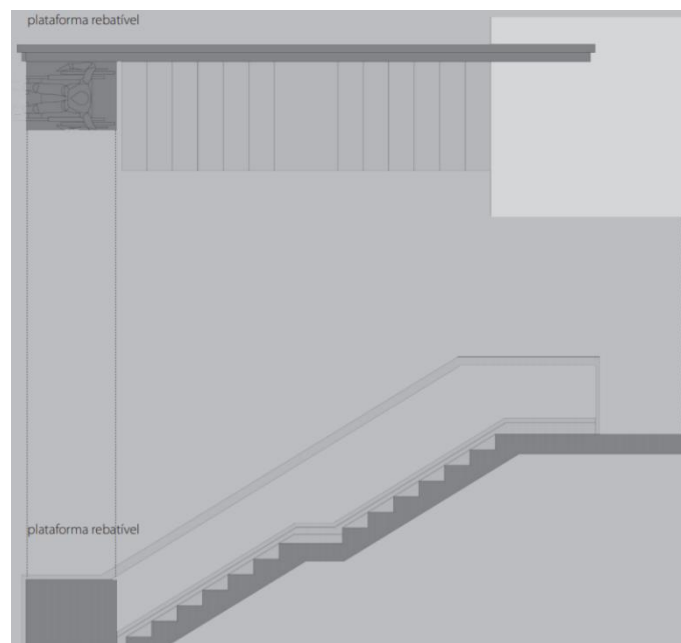


Imagem 32: Plataformas elevatórias nas escadas

- Casas de banho:

Quando falamos nas casas de banho, falamos na necessidade de existir uma sinalização que distinga as diferentes casas de banho, como já referido anteriormente. No entanto, é também de realçar a importância de uma casa de banho para pessoas deficientes a qual pode ser utilizada pelo sexo feminino e pelo sexo masculino. Esta deve ter como dimensões 2,20 m x 2,20 m, para a possibilidade de haver uma zona de manobra de 360°. As sanitas acessíveis desde o piso até ao rebordo superior da sanita, deve ter uma altura de 0,45 m, com uma tolerância de 0,01 m, o bordo frontal deve estar a 0,75 m da parede. Estas sanitas devem conter umas barras laterais rebatíveis que irão servir de apoio e devem ultrapassar o bordo frontal entre 0,20 m e 0,45 m.

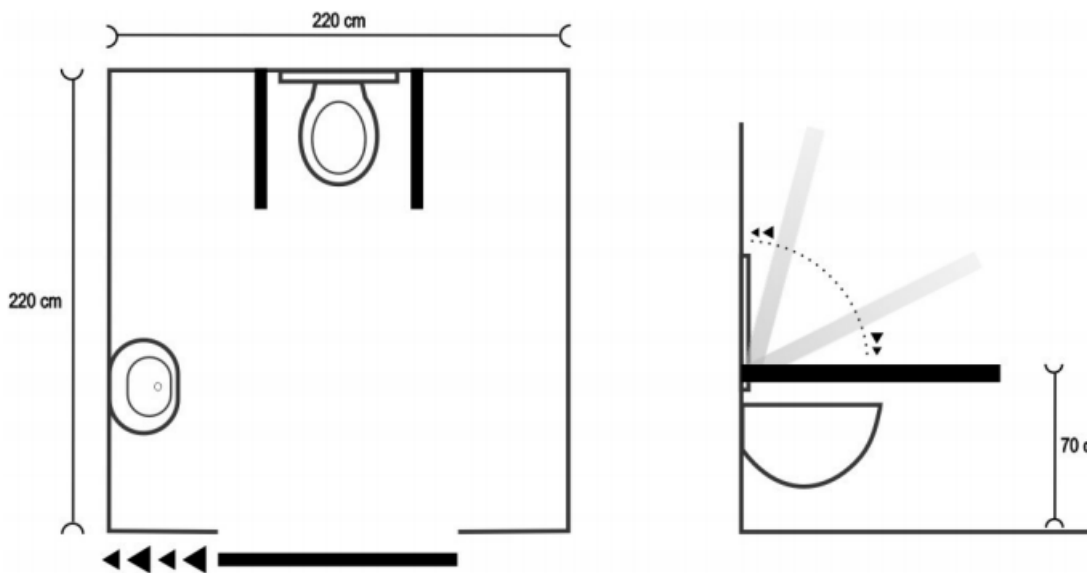


Imagem 33: Casas de banho acessíveis

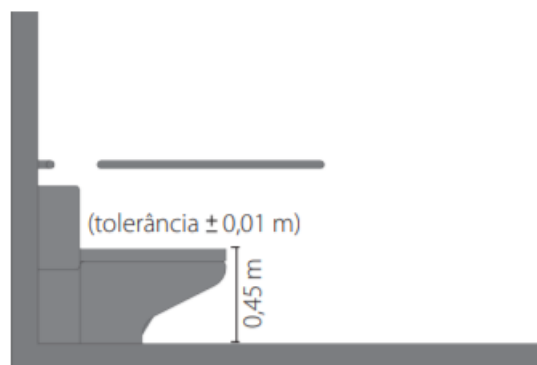


Imagem 34: Sanitas acessíveis

No que diz respeito aos urinóis acessíveis estes devem estar colocados no piso ou fixos na parede, a uma altura do piso até ao seu bordo inferior de 0,6 m a 0,65 m. Se os urinóis tiverem botão de descarga devem estar localizados a uma altura de 1 m em relação ao chão. Devem existir barras verticais de apoio, fixadas com um afastamento de 0,3 m do eixo do urinol, a uma altura de 0,75 m do chão e um comprimento não inferior a 0,7 m.

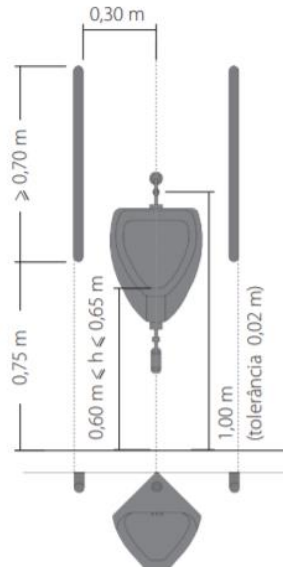


Imagem 35: Urinóis acessíveis

Para além disso, os lavatórios devem estar a 0,80 m do chão, com uma tolerância de 0,02m e as torneiras devem ser automáticas. Sob o lavatório deve existir uma zona livre com largura de mais ou menos 0,7 m e uma altura não inferior a 0,65 m. A profundidade deve ser medida a partir do bordo frontal e deve ser inferior a 0,5 m.



Imagem 36: Lavatórios acessíveis

Também numa casa de banho é importante a existência de espelhos para que as pessoas se consigam ver. No entanto, é fundamental ter em conta a sua posição, ou seja, se forem fixos numa posição vertical devem estar colocados com a sua base inferior a 0,90 m do chão, se estiverem colocados com uma inclinação regulável devem estar com a sua base inferior a uma altura não superior a 1,1 m. Já o seu bordo superior deve estar sempre a uma altura do chão 1,80 m do chão.

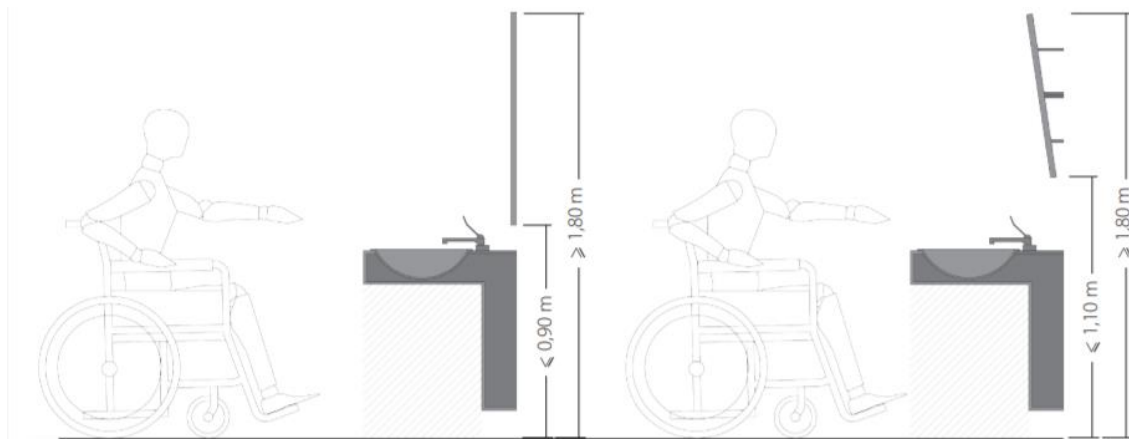


Imagem 37: Espelhos acessíveis

Todas essas casas de banho devem ter um sistema de alarme com sistema de alerta sonoro ou luminoso para o exterior. Os sinais de do sistema de aviso devem estar localizados de forma a estarem ao alcance de todos, ou seja, devem estar entre 0,4 m a 0,6 m do chão. Caso haja uma queda de uma pessoa dentro da casa de banho, ela tem de conseguir carregar nesse botão para pedir ajuda. Quanto às barras de apoio estas devem conseguir suportar um peso de cerca 150 kg.

Relativamente às portas das casas de banho estas devem abrir para o exterior ou devem ser portas de correr.

- Balcões e mesas:

Em qualquer instituição cultural há um balcão de atendimento ao público, quer seja para dar informações aos visitantes ou para a venda de bilhetes. Estes balcões ou guichês de atendimento têm de ter uma altura entre 0,75 m e 0,85 m e devem ser abertos na parte inferior do balcão, de forma a que pessoas com cadeira de rodas se consigam aproximar o máximo possível do tampo. Em frente a qualquer balcão ou guichê de atendimento deve haver um espaço livre de 0,75 m x 1,20 m que permita a aproximação.

Relativamente a mesas que possam existir nos espaços culturais para qualquer eventualidade, a nível de atividades, tarefas, jogos, etc, devem ter espaço suficiente por baixo, para que uma pessoa com cadeira de rodas. Qualquer sinalética ou qualquer outro objeto existente por cima dos balcões/guichês ou mesas deve-se localizar a 2 m do chão.

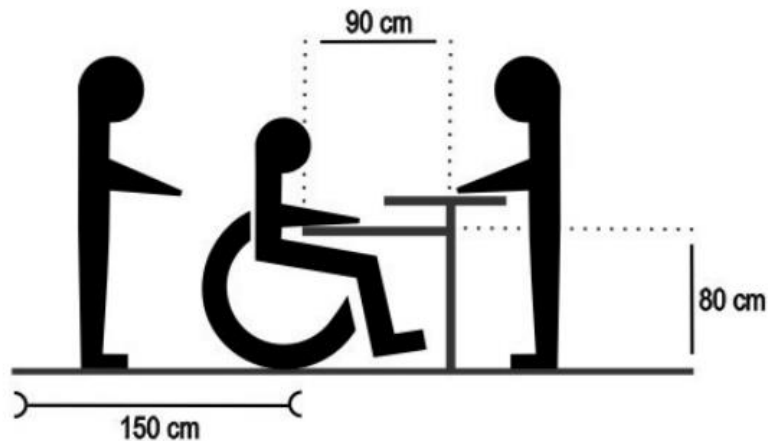


Imagem 38: Balcões ou guichês de atendimento com acessibilidade

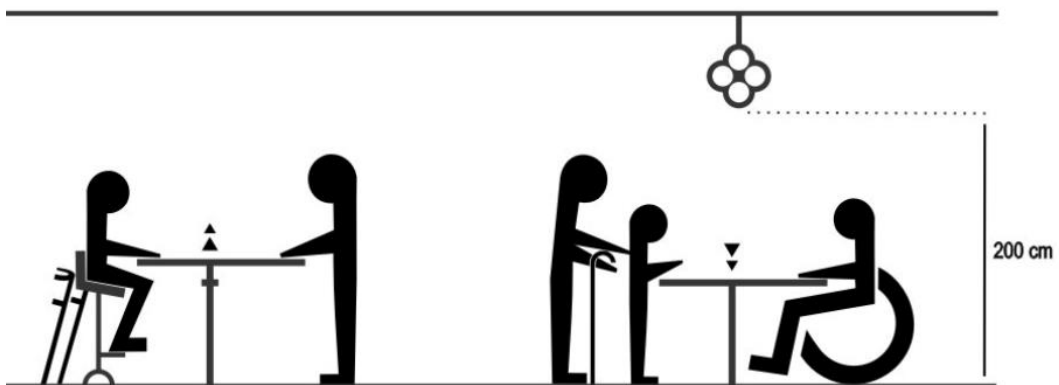


Imagem 39: Mesas com acessibilidade

- Auditórios:

É frequente vermos num auditório lugares destinados a pessoas com cadeira de rodas localizados na primeira fila ou na última fila, ao lado da coxia. Isto permite muitas vezes que as pessoas com cadeira de rodas fiquem distanciados das pessoas que os acompanham. Desta forma, é importante a existência de vários lugares espalhados pelo auditório, devendo estar localizados sempre ao lado da coxia numa zona de piso horizontal, assim como, alguns perto da saída. Devem ter uma zona livre de permanência com uma dimensão mínima de 0,8 m x 1,20 m e uma zona livre à frente a atrás da zona de permanência de 0,3 m, devendo assegurar o conforto, segurança, visibilidade e acústica de igual modo a todos os espectadores.

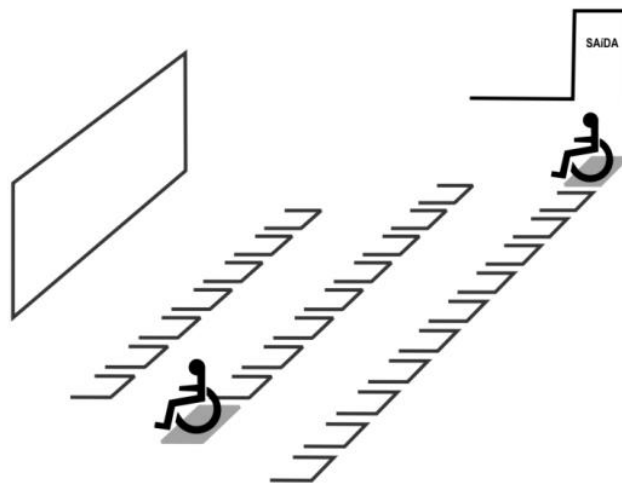


Imagem 40: Auditório com acessibilidade

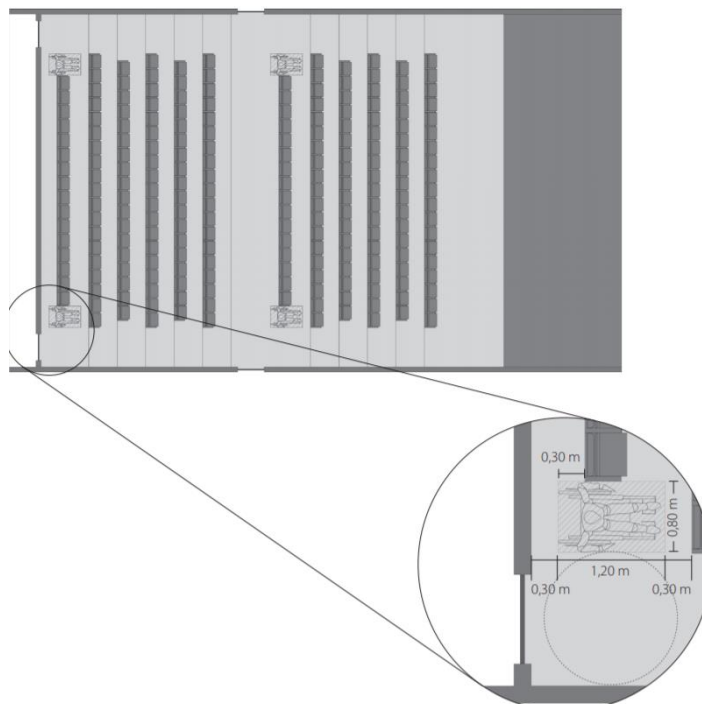


Imagem 41: Dimensões da cadeira dentro de um auditório

Os lugares com cadeira de rodas não devem ser inferiores ao devido.

Atendamos a seguinte tabela:

Número de lugares para cadeiras de rodas	Número de capacidade de lugares de uma sala/auditório
1 lugares	25 lugares
2 lugares	26 a 50 lugares
3 lugares	51 a 100 lugares
4 lugares	101 a 200 lugares
2% do número total de lugares	201 a 500 lugares
10 lugares mais 1%	501 a 1000 lugares
15 lugares mais 0.1%	+ 1000 lugares

Quadro 9: Auditório com acessibilidade

Há outros aspetos fundamentais a ter em conta dentro do interior das instituições culturais, nomeadamente a utilização dos elementos que fazem parte dos espaços culturais, por exemplo, as atividades previstas dentro de uma instituição, um percurso expositivo ou qualquer outro serviço que integre no local. De acordo com o Instituto Português da Museologia<sup>61</sup>:

- Sinalética:

Qualquer seja edifício público de que falamos, deve estar devidamente sinalizado. Esta sinalização deve ocorrer através de mapas de orientação, que por sua vez devem ser simples e com informação clara, de forma a permitir que a orientação da pessoa seja realizada de forma autónoma e independente. Para além disso, é fundamental uma instituição cultural assinalar o tipo de acessibilidade que o espaço disponibiliza ao visitante.

---

<sup>61</sup> Colwell, P., Mendes, E. (2004). *Temas da Museologia: Museus e Acessibilidade*, p.39 – 48.



Imagem 42: Símbolos que indicam a acessibilidade da instituição cultural

De forma a que o visitante consiga desfrutar de um espaço cultural sozinho, é importante que as instituições disponham de símbolos visuais e táteis de fácil compreensão, indicando os percursos e/ou uma outra indicação necessária. Uma das formas de facilitar esta funcionalidade pode acontecer através das cores, ou seja, a própria instituição pode utilizar cores para cada área diferente, de maneira a explicitar o fim que se destina cada um dos espaços, dos locais de saída e entrada, assim como, as mudanças de nível e/ou escadas.

Um outro aspeto a ter em conta é nomeadamente a sinalização das casas de banho que devem ser distinguidas com uma sinalização apropriada para os sanitários das mulheres, dos homens e das pessoas com deficiência.

Dentro de uma boa sinalização, é imprescindível que a leitura de uma informação seja fácil, de maneira a não confundir o leitor, por exemplo, os painéis informativos nos quais são utilizadas setas, devem ter o alinhamento da seta a indicar a direção a seguir.



Imagem 43: Painéis informativos com setas

Para além disto, e ainda dentro da importância da informação, é crucial facilitar a compreensão de quem lê, o mesmo é dizer, deve existir um contraste cromático forte entre as letras e o fundo da placa informativa, assim como, entre o fundo da placa informativa e o seu suporte, seja ele numa parede, num expositor, numa prateleira ou simplesmente num caminho. Desta feita, é importante o local de fixação, a cor de fundo da placa e a cor das letras. A este respeito deve-se ter em conta o local onde irá ser fixado a placa e seleccionar a cor de fundo da placa, consoante esse local.

Relativamente às letras das placas informativas é também importante optar por letras básicas, ou seja, sem efeitos 3D, com sombras, pois só dificulta a legibilidade. No que se refere ao tamanho da letra, esta vai variar consoante a distância do leitor.

Assim sendo, na sinalética que se encontra suspensa no teto deve ter as letras maiúsculas com 7,5 cm de altura e nas tabelas de 1 a 3 cm. As letras grandes, nomeadamente o nome da instituição no exterior do edifício, devem ter pelo menos 15 cm de altura.

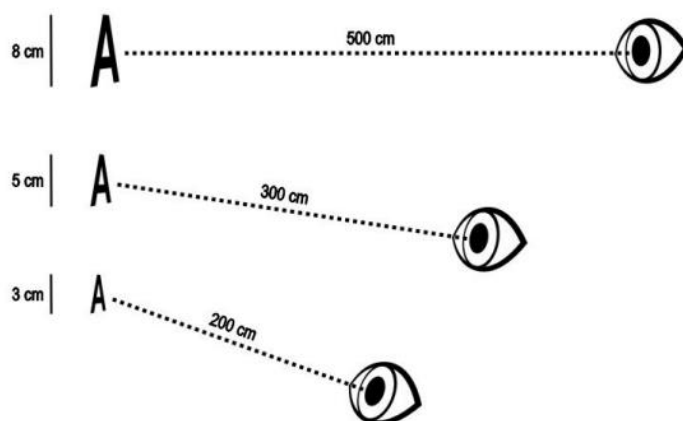


Imagem 44: Tamanho de letra consoante a distância

Nas placas informativas deve ser usado letras maiúsculas e minúsculas na mesma palavra, de forma a não confundir quem lê, uma vez que as letras todas maiúsculas dão sensação de um retângulo. No que diz respeito a pequenos textos de informação, a existência de muitas palavras pode confundir o leitor, por isso, considera-se importante não ultrapassar os 50 caracteres. Todos os textos explicativos, tabelas de expositores ou qualquer outra informação importante da instituição e/ou eventos que estejam a decorrer, devem estar também em braille, para as pessoas com deficiência visual.

- Expositores:

Uma das coisas mais comuns em certas instituições culturais, nomeadamente nos museus, é existência de expositores. Desta feita, também é fundamental ter em atenção alguns aspetos importantes que permitem uma melhor acessibilidade aos objetos expostos. Assim sendo, deve-se ter em conta que os objetos devem ser colocados com uma certa inclinação de forma a permitir uma boa visibilidade. As peças mais pequenas devem ser expostas à frente, para possibilitar que as crianças, pessoas de estatura baixa ou pessoas com cadeira de rodas consigam ver.

Já os objetos que são colocados / expostos no chão, devem-se encontrar a uma distância mínima de 150 cm. Outros aspetos a ter em conta são:

- Os expositores e os objetos expostos devem ter as laterais até ao chão, de forma a que pessoas invisuais detetem através da sua bengala;
- Os expositores que se encontram 5 cm distantes da parede, devem-se prolongar até ao chão;
- Os expositores que se encontram a 10 cm distantes da parede, devem ter uma abertura por baixo de 70 cm, de maneira a proporcionar a aproximação de pessoas com cadeira de rodas;
- Os objetos que se estão expostos / colocados no chão, devem ter uma altura mínima de 30 cm, de modo a que as pessoas não tropecem neles.

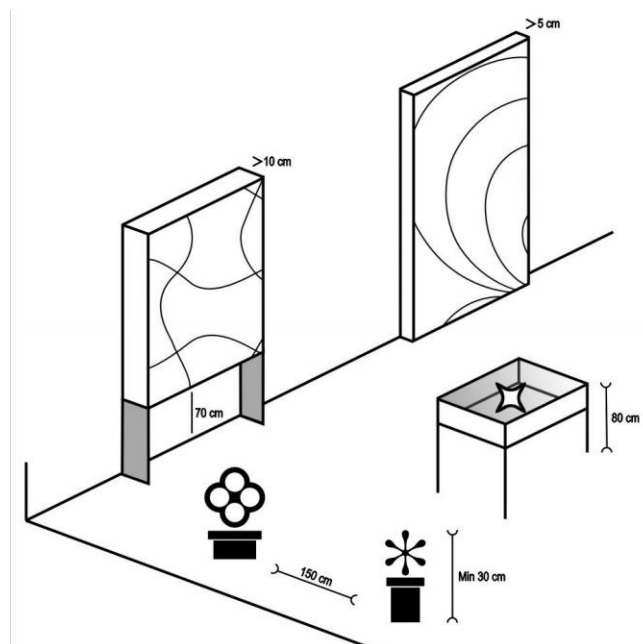


Imagem 45: Sala de exposição com acessibilidade

- Iluminação:

A iluminação é um fator crucial nas instituições culturais em vários sentidos. Vejamos, uma boa iluminação pode eliminar sombras fortes que eventualmente podem ser confundidas com obstáculos. No entanto, deve-se ter o cuidado de não eliminar por exemplo superfícies / pavimentos com certo brilho, de maneira a não encadear/ofuscar as pessoas. Deve-se colocar uma boa iluminação para os cantos das salas das instituições, uma vez que deve estar posicionada para não ofuscar os visitantes ou fazer sombra sobre os objetos que estão a ver. Assim como, deve haver uma boa iluminação nas escadas, para as pessoas terem uma boa visibilidade.

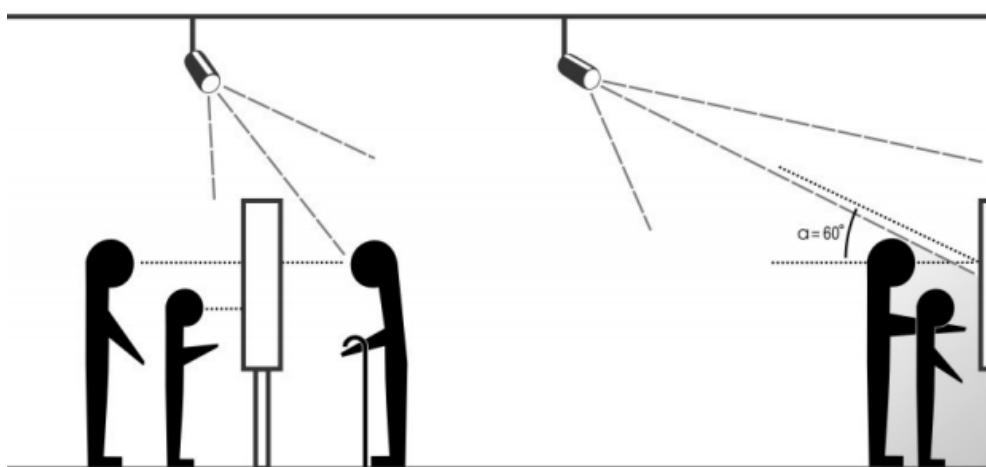


Imagem 46: Iluminação mal posicionada

Relativamente às instituições que dispõem de um guia, como por exemplo os museus, durante uma visita guiada é necessário ter em conta o local para o guia parar e dispor a sua explicação, ou seja, deve ser um sítio que detenha de uma boa luz para a cara do guia ser bem iluminada para ser bem visível e permitir uma leitura labial. Também ao lado das peças expostas deve existir um local bem iluminado para a necessidade de um intérprete gestual. Segundo o Instituto Português de Museus (IPM)<sup>62</sup>, cada área deve ter uma certa iluminação:

Luz de ambiente	50-300 lux
Sinalética	100-300 lux
Rampas, escadas	100-300 lux
Percursos, corredores	100-300 lux

Quadro 10: Iluminação para as diversas áreas

<sup>62</sup> Colwell, P., Mendes, E. (2004). *Temas da Museologia: Museus e Acessibilidade*, p. 46.

Todos nós sabemos, que sobretudo num museu há objetos que têm que ser conservados de forma rígida e muitas vezes a luz é um fator que influencia essa conservação. Desta feita, é fundamental ter em atenção este aspeto quando as peças/ objetos expostos não podem ser iluminados com mais de 50 lux. Consequentemente, o museu ou qualquer espaço cultural que detenha desse problema, deve arranjar soluções para que a exposição seja garantida com uma boa iluminação. Algumas soluções para esse problema passam por:

- Utilizar uma iluminação de 50 lux<sup>63</sup> para toda a sala de exposição e não estra diretamente direcionada para o objeto;
- Deve-se ter em conta o local onde serão expostos os objetos, de forma a que as paredes e tetos sejam de cor clara para ajudar a realçar os objetos;
- Atrás de qualquer peça pode-se colocar um fundo, de maneira a fazer contraste;
- Caso contrário, colocarem a exibição dessas peças / objetos de forma alternativa, utilizando fotografias ou vídeos e que possa ser visto numa outra sala, por exemplo.

No caso de o local da exposição ter que ser necessariamente escuro, deve existir um corrimão desde o início até ao término da mesma, para auxiliar as pessoas que veem mal no escuro.

- Percurso tátil e acessível:

Nos percursos de qualquer instituição cultural deve existir um contraste tátil e cromático no chão que serve de guia para as pessoas com deficiência visual. Caso o chão detenha desníveis ou for irregular, deve-se evitar utilizar pavimentos com padrões, para não ocultar estas irregularidades e para não dificultar o movimento das pessoas.

Não havendo a possibilidade de o chão estar devidamente marcado para as pessoas com deficiência visual, deve existir um corrimão de apoio.

---

<sup>63</sup> 50 Lux equivale a uma boa iluminação de uma rua à noite.

- Áreas de pausa e descanso:

Em espaços culturais de grandes dimensões deve existir locais de descanso para as pessoas fazerem uma pausa e poderem descansar. Derivado ao facto de as pessoas terem estruturas diferentes e diversos graus de mobilidade, é importante ter haver áreas com bancos e/ ou cadeiras com alturas e formatos diferentes. A altura de um assento deve ser de 43 cm – 51 cm, sempre com um encosto com 45 cm de altura. Alguns desses bancos e/ou cadeiras devem conter braços de apoios, outros com braços rebatíveis. Deve-se ter em atenção o local onde estão colocados os bancos e cadeiras, uma vez que não devem estar por baixo de painéis, extintores ou outros objetos, nem junto de portas para não condicionar a passagem das pessoas, sobretudo as pessoas com cadeiras de rodas. Junto a estas cadeiras e ou bancos, deve haver um espaço para cadeira de rodas.

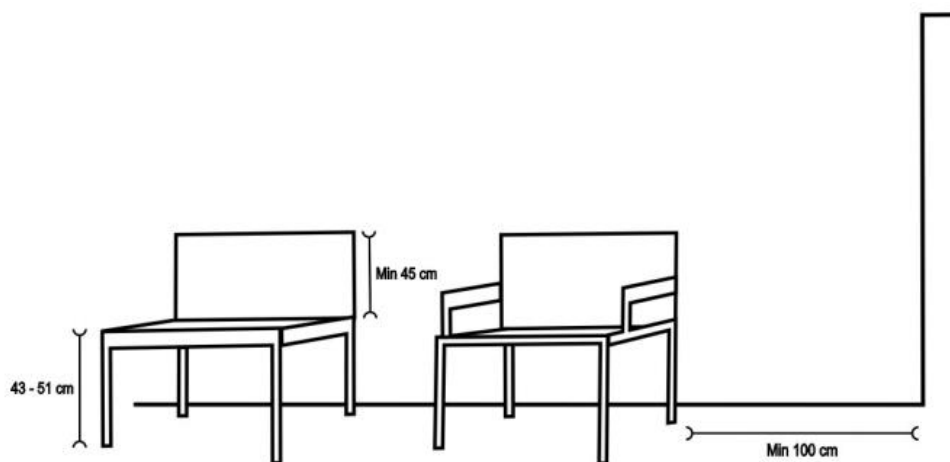


Imagem 47: Área de descanso

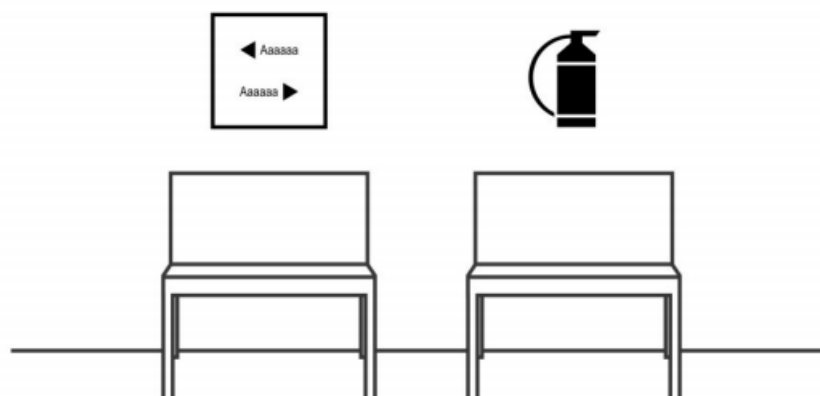


Imagem 48: Área de descanso mal localizada

Desta feita, conclui-se que na acessibilidade física é crucial ter em atenção os elementos que constituem um espaço cultural, de modo a transmitir segurança, conforto e acessibilidade a cada visitante que utiliza o local. Assim sendo, deve-se ter em conta quatro aspetos a considerar, para os vários tipos de deficiências ou incapacidades.

- 1) Verificação dos elementos e áreas: tem como objetivo servir para o desenvolvimento e cumprimento das suas funções. O facto de um destes elementos ou áreas falharem, irão proporcionar uma barreira para uma acessibilidade disponível ou para o uso de algo. Por exemplo: os objetos como extintores, telefones ou outros objetos que estejam pendurados, dificilmente serão detetados por um invisual, mesmo que use uma bengala. Assim, se for colocado um outro objeto por baixo desses, nomeadamente um vaso ou outro tipo de obstáculo, facilitará às pessoas com deficiência visual a deteção de objetos naquele local, uma vez que através da bengala o indivíduo vai-se aparecer de um elemento saliente presente no chão, evitando deste modo, ir contra o objeto pendurado.
- 2) Verificação global do espaço: o facto da existência de barreiras arquitetónicas no local, não depende dos defeitos existentes dos elementos da arquitetura. Deve-se ter noção sobretudo da possibilidade de alternativas que assegurem a acessibilidade, bem como, a relação do ambiente do edifício com essas mesmas alternativas. Isto ocorre especialmente na deslocação / movimento das pessoas.
- 3) Classificar as barreiras existentes: ter noção do grau de dificuldade das barreiras existentes, que vai depender da pessoa e da sua deficiência ou incapacidade. Deve-se por ora ter em conta os graus segundo as seguintes situações:
  - a) Impossível ou intransitável;
  - b) Muito difícil – quando o acesso ou uso só é possível com ajuda de outra pessoa;
  - c) Difícil – quando é possível o acesso ou uso, mas com alguma dificuldade.
- 4) Propostas de soluções: avaliar e arranjar soluções para as barreiras existentes nos edifícios.

### **7.3.2 - Comunicação e formas de informação**

Desde há bem pouco tempo que as únicas fontes de informação existentes, se baseavam nos jornais, na televisão, na rádio e no telefone. Estes eram os meios responsáveis pela difusão de qualquer tipo de informação, nomeadamente de eventos e acontecimentos locais, nacionais e mundiais. No entanto, com o tempo as fontes de informação, comunicação e divulgação, foram sendo desenvolvidas através das novas tecnologias. Apesar de os meios de informação mais antigos continuarem a fazer parte do dia-a-dia de todos nós, é através dos novos media que procuramos e obtemos a informação que mais necessitamos. Este novo paradigma fez com que atualmente seja conhecida como a sociedade de informação, ou seja, qualquer pessoa com computador, com telemóvel que se encontre ligado à internet, pode obter qualquer informação de um outro qualquer lugar e até de uma outra língua. Tudo isto ocorre através de um simples clique.

Este avanço na tecnologia permitiu também que uma pessoa, independentemente da sua condição física, mental ou sensorial, possa ter acesso à mesma informação que é transmitida à restante população. Contudo, esta procura de informação de acordo com a sua deficiência ou incapacidade, tem que ser realizada especificamente segundo a sua condicionante. As novas tecnologias permitem a existência de métodos que se adaptem a estas pessoas com necessidades especiais, nomeadamente um motor de busca para pessoas com deficiência visual, sintetizadores de voz/som, informação escrita, textos em diferentes línguas e teclados em braille, o que permite auxiliar as pessoas com mais necessidades neste aspeto.

De forma intuitiva, estas parecem ser as soluções perfeitas para a resolução de problemas/barreiras das pessoas com necessidades especiais, no entanto, é necessário ter em conta que este facto é bem distinto da realidade. Se tivermos em conta todas estas soluções nem sempre estão ao alcance de todos e até nos questionamos se para maior parte delas, algum dia estarão. Isto porquê? Atendendo por exemplo a uma pessoa com deficiência visual, questionamo-nos o custo de um computador adaptado com braille e de como é possível aprender a manuseá-lo sozinho.

É de extrema importância ter noção que estes novos meios permitem a minimização na alfabetização, proporcionam a aquisição de competências e comunicação das pessoas com deficiência, não só visual, como todas as outras.

Através do desenvolvimento de recursos de acessibilidade, é possível o combate aos preconceitos e às limitações existentes, permitindo às pessoas com necessidades especiais uma oportunidade de interagir e integrar os meios comuns nos dias de hoje. Proporciona a participação destas pessoas na vida social através das novas formas de informação e comunicação, minimizando as diferenças existentes. Desta feita, torna-se imprescindível que estas novas formas de informação e comunicação sejam adaptadas/ajustadas de maneira a darem apoio às pessoas com vários tipos de deficiência, de forma a que estes novos meios não se tornem uma deficiência social, na medida de não permitirem às pessoas com necessidades especiais as mesmas oportunidades.

Assim sendo, é indispensável a criação de condições de acessibilidade a estes novos meios, pois torna-se um fator fundamental para a participação destas pessoas, construindo-se deste modo, um quadro mais regular no que diz respeito à acessibilidade. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS):

“A internet é cada vez mais um canal de transmissão de informação (...) o acesso a informações online permite que as pessoas com deficiência superem potenciais barreiras físicas, de comunicação, transporte e no acesso a outras fontes de informação. É necessária para que as pessoas participem plenamente da sociedade.” (OMS, 2011, p.192)<sup>64</sup>

Desta feita, quando abordamos a acessibilidade de informação e comunicação referimo-nos a elementos que permitem o acesso a conteúdos de comunicação, programação e de produção de qualquer espaço cultural. É importante que as instituições culturais transmitam a informação de forma a que chegue a todo o público, daí que os agentes culturais têm um papel fundamental na função comunicativa e mediadora entre a mensagem que se pretende dar a conhecer e o seu público com as suas diversidades., tendo como objetivo a participação de todos.

---

<sup>64</sup> Officer, A., Posarac, A. (2011). *Relatório Mundial sobre a Deficiência*.

Deve-se ter em conta os vários tipos de comunicação, ou seja, pode ocorrer de forma direta através de atividades culturais/educativas ou de forma indireta através de textos expostos, objetos e outros recursos de apoio.

A acessibilidade à informação tende de alcançar formas de interação entre o público e o espaço ou qualquer outro meio demonstrativo da cultura, sob forma de peças de teatro, concertos, etc. É importante ter em conta, no que diz respeito a este aspeto da informação, a interação da pessoa com a mensagem que se pretende transmitir. Tem que acontecer de forma clara, permitindo fazer chegar de forma correta a mensagem.

Deste modo, é necessário criar condições através de estratégias e instrumentos para um determinado público, para que este, nomeadamente pessoas com deficiência ou incapacidade, possam usufruir de uma experiência e captar um conhecimento dos conteúdos propostos.

A mensagem transmitida pelos agentes culturais nem sempre é recebida de igual modo pelos visitantes dos espaços, pelas suas diversidades e especificidades. Assim, é fundamental arranjar outras alternativas para satisfazer todas as pessoas, sobretudo as pessoas com necessidades especiais. Segundo o Instituto Português de Museologia<sup>65</sup>, a informação deve estar disponível segundo as seguintes propostas.

- Ampliações Visuais:

Relativamente para as pessoas com baixa visão, é importante ter os textos ampliados, de forma simples e clara, ou seja, com letras de tamanho 18 ou 20, sem negrito nem itálico e com um fundo simples. Pretende-se que essas pessoas retenham a mensagem de uma forma facilitada. A versão ampliada deve estar disponibilizada junto da receção, dos expositores ou de qualquer outro local que seja necessário transmitir uma informação. É também importante disponibilizar aos leitores essa informação em suporte papel, de forma a que o leitor transporte consigo essa informação e leia na posição mais cómoda para ele. Para estes papéis é crucial ter em conta um contraste cromático e um papel que não tenha uma superfície brilhante para não fazer confusão na leitura. Para além disto, a

---

<sup>65</sup> Colwell, P., Mendes, E. (2004). *Temas da Museologia: Museus e Acessibilidade*, p.57.

instituição pode disponibilizar uma lupa aos visitantes com baixa visão, que aumente 2,5 vezes os objetos pequenos ou um texto que não possa ser ampliado.

- Ampliações sonoras:

Em qualquer instituição cultural, deve estar disponível ampliações sonoras para pessoas com deficiência auditiva. Estas ampliações devem ser disponibilizadas na bilheteira (se for o caso), na receção, no auditório e salas onde se seja necessário a apresentação de algo em concreto. Neste caso, deve existir m anel de indução magnética ou outro dispositivo que permita a colocação de um auricular. No entanto, é importante não fazer interferência com outro local da instituição.

- Braille:

Nos espaços culturais é fundamental a existência de textos em braille para as pessoas com deficiência visual. Estes textos devem ser simples, sem negrito ou itálico para salientar informação. Caso haja a possibilidade de os textos terem imagens, estas podem ser eliminadas, caso sejam apenas como forma de decoração. Já as imagens que transmitem informação, devem ser transcritas para texto. O braille deve estar incluído nos painéis informativos.

- Gravações áudio:

As gravações áudio devem estar disponíveis em qualquer espaço cultural, com sistemas de informação. Estas gravações são disponibilizadas para as pessoas invisuais ou com baixa visão. Podem ser ativadas através de um botão ou através de um sensor que deteta a pessoa dentro do espaço.

O inconveniente destas gravações é o facto de as reproduções auditivas não se adequarem ao ritmo de cada visitante. O locutor deve procurar falar pausadamente e fazer pausas entre as frases, para a mensagem ser explícita.

- Gravações vídeo:

Para as pessoas que têm mais dificuldade de leitura e compreensão de textos, as gravações em formato de vídeo tornam-se um suporte importante para que a mensagem seja bem recebida pelo visitante. As instituições culturais podem realizar os próprios vídeos através das novas tecnologias. No entanto, é fundamental criar um vídeo em que a mensagem seja transmitida de forma clara e coerente, assim como, os textos e as imagens não devem mudar repentinamente. Para além disto, os vídeos devem conter uma legenda e fundamentalmente deve existir vídeos em língua gestual para as pessoas com deficiência auditiva, de forma a obterem a informação de igual modo. Estes vídeos devem ainda estar disponíveis em todas as línguas.

- Formato Digital

A informação relativa ao espaço / instituição cultural deve estar disponível em formato digital, que poderá ser consultada antes de qualquer visita ao espaço cultural. Se as instituições culturais adquirirem um website preparado para as pessoas com necessidades especiais e se cada instituição detiver de equipamentos informáticos também eles adaptados, poderá beneficiar essas pessoas na questão de comunicação, quer seja feita à distância ou presencialmente. Estes sistemas de informação através das novas tecnologias, proporciona ao visitante uma hierarquização de informação que vão corresponder às preferências das pessoas.

- Multimédia e internet

Durante uma exposição ou qualquer evento cultural, os elementos interativos devem estar acessíveis às pessoas que possuem apenas um braço ou que tenham dificuldades musculares. Nestes elementos interativos, caso seja necessário um comando, este deve ser de fácil acesso, ou seja, não devem ser enroscados ou pesados. Devem ter uma dimensão pequena, aproximadamente de 7,5 cm, a uma distância do chão entre 80 cm a 90 cm, devem também ter uma boa aderência através de borrachas, assim como, um suporte para apoio dos cotovelos ou pulsos. A distância entre a pessoa e o comando não deve ser superior a 50 cm. No caso de no elemento interativo ser preciso um comando

falado ou de audição, deve ser ajustado à altura desse equipamento, nomeadamente entre 80 cm a 180 cm.

Relativamente a elementos interativos que sejam de ecrãs tácteis, estes devem incluir uma versão sonora da informação ou atividade realizada, que será acionada com um toque em um dos cantos. Estas zonas onde a pessoa poderá acionar deve ter um diâmetro cerca de 7,5 cm. Maior parte das vezes estes ecrãs são acionados pelo contacto do dedo ou por outro lado, pelo retirar do dedo, sendo que este se torna mais acessível para as pessoas com deficiência visual, uma vez que permite deslizar com o dedo no ecrã à procura da função que pretende, sem desta forma, acionar uma indesejada. Estes ecrãs devem ser reguláveis consoante a pessoa que utilize. À frente destes mesmos ecrãs deve existir um espaço que permita a aproximação de uma pessoa com cadeira de rodas, ou seja, com 90 cm de largura e 100 cm de comprimento e por baixo destes elementos interativos deve haver um espaço com 70 cm de altura, 80 cm de largura e 50 de profundidade.

Como referido anteriormente, a internet é hoje um elemento fundamental para a circulação de ideias, isto é, um produto de comunicação de massas. Deste modo, um website torna-se acessível para as pessoas com necessidades especiais quando a informação, a navegação e a interatividade são alcançáveis por todos de igual modo. Para além da acessibilidade no website, é também importante as tecnologias estejam adaptadas para a utilização de muitos visitantes, nomeadamente com deficiência. Alguns dos exemplos para melhorar a acessibilidade neste sentido deve passar por as imagens presentes em diversos elementos de multimédia ou internet, devem ser acompanhados de um texto explicativo. Noutra sentido, nomeadamente em imagens como logótipos, vídeos de língua gestual, ícones ou discursos gravados, tornam-se instrumentos de apoio para pessoas com dificuldade na leitura e compreensão de textos.

Na concretização de um website é fundamental deve em conta todos os seus possíveis utilizadores, sobretudo as pessoas com deficiência a nível auditivo, visual, motora e cognitiva. Desta forma, deve-se ter em atenção os computadores a navegação da internet adaptada consoantes as características da pessoa com deficiência. A acessibilidade à internet deve ser garantida por distintas tecnologias quer de hardware ou software, ou seja, modelos tecnológicos que permitem a resolução da informação de um órgão de sentido para outro. Isto acontece por exemplo a pessoas com deficiência visual, isto é, o monitor do computador pode ser substituído pelo tato, através de uma barra de

braille ou através de sínteses de sonoras vocais para invisuais, e ainda, nomeadamente através de documentos de áudio. Para além disto, uma outra forma de compensar as pessoas com visão baixa, é através da ampliação de textos no computador.

Um outro aspeto importante na concretização de websites surge para as pessoas que não conseguem fazer uma distinção de cores, ou seja, é fundamental o contraste nítido entre o texto e o fundo.

Ainda para as pessoas que sofrem de epilepsia, é necessário assegurar o movimento das imagens nos elementos de multimédia e da internet. Caso a movimentação das imagens seja de forma rápida, pode provocar uma crise epilética a pessoas mais sensíveis neste sentido.

Desta feita, as instituições têm que criar conteúdos interpretativos que vão de encontro à aprendizagem dos diversos públicos, o mesmo é dizer, ações que pretendem complementar e contribuir para a informação e experiência de qualquer evento cultural.

Como é referido anteriormente, há soluções que podem beneficiar as pessoas com deficiência, como por exemplo a leitura de livros infantis pode ser transmitida em DVDs, através de língua gestual para crianças surdas. Assim como, qualquer matéria ou questão cultural pode ser transmitida através da língua gestual quer seja para crianças, jovens ou adultos, de forma a dar a conhecer, aprender e aprofundar o conhecimento deste teor.

Um outro exemplo muito comum, é nomeadamente num museu ou outro espaço de exposição, onde seja necessária a apresentação de visitas com interpretes gestuais ou áudio-guias em língua gestual para um público surdo. Além do mais, as pessoas invisuais devem ter uma áudio-descrição das peças ou objetos expostos, caso não seja permitido o toque direto nas mesmas. No entanto, de modo a conservar os objetos expostos, a possibilidade de uma réplica seria fundamental para os invisuais poderem tocar e perceberem de uma forma mais detalhada cada peça. O toque direto possibilita de forma mais precisa os detalhes do que está exposto, ou seja, a textura das peças /objetos, a dimensão, a técnica utilizada e os materiais usados, transmitindo sensações aos visitantes. No caso de serem quadros ou imagens expostas, devem conter relevo para uma leitura tátil, que proporcione uma compreensão facilitada.

Nestes espaços podem ainda serem desenvolvidas atividades de artes plásticas para pessoas com deficiência visual e auditiva, o que motiva o acesso às linguagens

artísticas, provoca uma reflexão sobre a função da arte, permite o aumento do repertório cultural e da visão do mundo de cada um.

Este método de visita torna-se motivador e atraente, o que conseqüentemente, aumenta o interesse e o número de visitas por parte deste público-alvo. Proporciona uma programação cultural acessível, que contribui para o acesso à informação de qualidade e útil a pessoas com necessidades especiais, com o objetivo de contribuir para aprendizagem e conhecimento deste grupo de pessoas.

### 7.3.3 – Acessibilidade Atitudinal

A acessibilidade atitudinal, tal como o nome indica, refere-se às atitudes das pessoas perante as outras, neste caso concreto nas pessoas com necessidades especiais. As atitudes negativas constituem uma barreira incapacitante em diversos domínios da sociedade e a cultura não é exceção. A acessibilidade a este nível é um fator crucial para concretização de um ambiente estável e com capacidade para a inclusão cultural de todas as pessoas com deficiência ou incapacidade. As atitudes negativas e de discriminação em torno das mesmas, torna-se uma barreira no seu dia-a-dia, o que limita o usufruto e desenvolvimento da sua vida dentro de uma sociedade.

Como já é referido no capítulo 7.3, estas atitudes perante as pessoas com necessidades especiais, surgem muitas vezes na base de preconceitos já concebidos, na falta de conhecimento no que diz respeito à deficiência e às pessoas incapacitadas. Para além das barreiras anteriormente explicadas, nomeadamente as barreiras físicas e as barreiras de informação e comunicação, a barreira em relação às atitudes de umas pessoas para com as outras torna-se um fator fundamental para que tudo o resto resulte. Ao falarmos de acessibilidade atitudinal, falamos da criação de um ambiente propício para que as pessoas com necessidades especiais se sintam confortáveis num ambiente cultural que as recebe e as envolve.

As atitudes de preconceito e discriminação podem provocar consequências negativas ao nível da autoestima da pessoa, assim como, da sua participação em áreas/ eventos de teor cultural. Este aspeto das más práticas de atitude perante as pessoas com deficiência ou incapacidade tem-se tornado uma das principais causas no impacto da inclusão deste grupo nos espaços culturais. Surge como uma barreira mais acentuada em relação às barreiras físicas e de informação e comunicação, uma vez que sem um ambiente favorável que envolva a sociedade, tudo o resto deixa de fazer sentido.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS):

“As atitudes negativas são um fator crucial do meio ambiente que precisa ser tratado em todas as áreas.” (OMS, 2011, p. 202)<sup>66</sup>

---

<sup>66</sup> Officer, A., Posarac, A. (2011). *Relatório Mundial sobre a Deficiência*.

Desta forma, pretende-se consciencializar todos os profissionais nesta área, bem como, os responsáveis políticos, uma vez que estes têm de perceber a importância das acessibilidades e transmitir essa mesma ideia aos outros. Isto acaba também por passar pela barreira económica, que muitas vezes condiciona a entrada das pessoas num evento ou instituição cultural. A prática de preços elevados leva à não participação das pessoas, nomeadamente com mais restrições, o que sucessivamente provoca uma desvalorização e desinteresse desta área com tão grande importância. A OMS defende que o progresso na acessibilidade, passa por criar uma “*Cultura de acessibilidades*”. (OMS, 2011, p.202)<sup>67</sup>.

As ações contra as atitudes negativas são pequenos passos para ajudar a criar e desenvolver um ambiente acessível às pessoas com deficiência ou incapacidade. Este torna-se um ponto determinante ao nível da acessibilidade atitudinal, visto que serve para alertar e ter noção da responsabilidade social que, quer os agentes culturais quer as próprias instituições, têm sob forma de mudar e atuar perante a sociedade. “*Os esforços iniciais deveriam focar a remoção de barreiras ambientais básicas*”. (OMS, 2011, p.202)<sup>68</sup>.

Este conceito da acessibilidade atitudinal encontra-se intimamente ligado ao conceito de inclusão social e cultural, ou seja, é através desta consciencialização e conhecimento desta questão social que se trabalha no sentido de incluir as pessoas com necessidades especiais no contexto cultural. Permite a todos os agentes culturais e outros funcionários que trabalham nesta área, uma envolvência profunda com estas pessoas, assim como, a exploração por parte destes trabalhadores na vertente da inclusão, o que por sua vez, promove práticas profissionais assentes nesta abordagem. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), “*É necessário aumentar a consciencialização para desafiar a ignorância e o preconceito em torno da deficiência. O pessoal que trabalha nos serviços públicos e privados precisa de ser treinado para tratar com clientes com deficiência na base da igualdade e respeito.*” (OMS, 2011, p.202)<sup>69</sup>

Este ambiente positivista surge a partir de logo nas relações humanas e afetivas que fazem das instituições culturais um espaço invulgar e capaz de fazer a diferença. A diferença acontece através de uma transformação social, isto é, na relação

---

<sup>67</sup> Officer, A., Posarac, A. (2011). *Relatório Mundial sobre a Deficiência*.

<sup>68</sup> Officer, A., Posarac, A. (2011). *Relatório Mundial sobre a Deficiência*.

<sup>69</sup> Officer, A., Posarac, A. (2011). *Relatório Mundial sobre a Deficiência*.

direta de toda a equipa constituinte de uma instituição/espço cultural e o público, nomeadamente as pessoas com necessidades especiais. Este comportamento vai ocorrer num processo social que molda as relações de uns com os outros. É importante ter a noção que as atitudes negativas, de discriminação, inibem a ideia de igualdade desse grupo de pessoas com a restante sociedade. O que igualmente nos remete para a ideia de preconceito e de um comportamento inadequado perante estas pessoas.

A falta de conhecimento dos profissionais da área da cultura pode advir da falta de formação a este nível ou também da pouca adesão das pessoas com deficiência aos espaços culturais. De certa forma, e como referido anteriormente, a falta de adesão acontece muitas vezes pelo medo que as pessoas sentem ao serem olhadas e postas de parte. No entanto, a sua participação nas instituições culturais pode ser benéfica, no sentido de crescimento da sua autoestima, bem como, estimula, amplia e desenvolve novos conhecimentos, partilham saberes e podem conviver com outras pessoas fora do seu núcleo familiar e de amizades. Para além disto, o contacto existente de toda a equipa que faz parte destas instituições com este público-alvo, irá começar a ficar mais consciencializada e sensibilizada, da mesma forma que adotará uma outra postura e conhecimento em relação a estas pessoas.

Esta ação passa por todos os funcionários da área da cultura, desde os profissionais que estão diretamente com o público, aos mediadores, rececionistas, seguranças (se for o caso), pessoal da limpeza, etc, para que as pessoas com necessidades especiais se sintam bem recebidas e guardem uma ideia positiva dessa experiência, o que irá por sua vez, proporcionar um aumento da autoestima e vontade de participar mais nos eventos/áreas da cultura. Com esta atitude, vai-se gerar um processo de inclusão, à semelhança que os obstáculos passam a ser abordados com vista à resolução e não à problematização, o mesmo é dizer, que mesmo com a falta de recursos financeiros e humanos ou o espaço não ser adequado para promover alterações, pode ser um meio de arranjar alternativas, que não o abandono de um plano de inclusão.

A ideia de responsabilidade social e consecutivamente do impacto que terá na sociedade, comporta a vontade de fazer a diferença e adaptar as práticas de trabalho de cada intuição, procurando assim, arranjar estratégias que promovam integrar as pessoas com necessidades especiais. Ademais, as relações entre as instituições/espços culturais e este grupo de pessoas, fundamenta a ideia de igualdade social, permitindo que

estes mesmo espaços tenham um papel mais ativo na vida destas, deixando de parte a intolerância e a rejeição.

Uma outra perspectiva de grande valor e interesse, surge através de trabalhar este tema nas várias áreas culturais, nomeadamente através de exposições, teatros, pintura, escultura, etc, de forma a transformar e moldar atitudes. Estas narrativas artísticas colaboram na sensibilização da sociedade, mudando a visão e o pensamento sobre a deficiência. Torna-se conseqüentemente um método de inclusão, no sentido de que não somos uma imagem de perfeição.

#### 7.4. Acesso Cultura – Associação Cultural

“Acesso Cultura”, é uma associação que em junho do ano de 2013 dá continuação a um projeto “Grupo para Acessibilidade em Museus (GAM)”. É uma associação sem fins lucrativos, criada para melhorar as condições de acesso a níveis sociais, físicas e intelectuais nos espaços culturais do país, afirmando que muitos diretores de museus, funcionários e diversas instituições não pensam em todos os recursos necessários para disponibilizar o acesso a pessoas com deficiência.

Esta associação defende um conceito de acessibilidade que não se restringe apenas ao acesso a rampas para cadeira de rodas ou a casas de banho adaptadas, defende um conceito numa área mais transversal. Esta área implica alargar o conceito de acessibilidade a questões de elevada importância, nomeadamente ao nível da acessibilidade social e intelectual. Esta associação tem como fundamento sensibilizar todos os que trabalham na área da cultura para alcançar mais pessoas com necessidades especiais, fazendo com que estas tenham mais autonomia e capacidade de serem visitantes e espectadores assíduos de produtos culturais.

No entanto, para refletir sobre os problemas existentes em cada instituição, é fundamental ter em conta o que se entende por barreiras físicas, sociais e intelectuais. Atendamos às definições do Acesso Cultura<sup>70</sup>:

“Barreiras físicas diz respeito a obstáculos naturais ou artificiais, ou seja, estruturais que impedem a circulação e a aproximação no espaço, mobiliário ou equipamento urbano de pessoas com mobilidade condicionada.”

“Barreiras sociais, define-se como situações sociais que podem ser causadoras de dificuldade no acesso aos espaços e à oferta cultural, como por exemplo, o nível de escolaridade, desemprego, isolamento social, escassez de oferta cultural na zona onde a pessoa reside, isolamento a nível geográfico, cumprimento de pena judicial, etc.”

---

<sup>70</sup> Acesso Cultura. (2013). Objetivos e Missão. Obtido em <https://acessocultura.org/quem-somos/missao-e-objectivos/>

“Barreiras intelectuais são definidas como barreiras que impedem ou dificultam o usufruto total da oferta cultural por pessoas que possuem baixa literacia, por pessoas que não possuem um conhecimento técnico ou científico especializado, pessoas que detêm de deficiências ou limitações, nomeadamente a nível visual, auditivo ou com défice de atenção, assim como, pessoas que cuja primeira língua não é o português.

O Acesso Cultura tem como objetivos:

- Conduzir as questões de acesso ao nível físico, intelectual e social, na reflexão e da prática do setor cultural;
- Contribuir para a formação técnica dos profissionais da cultura e proporcionar a mudança nesta área;
- Pretende abordar e refletir a acessibilidade em fóruns públicos;
- Intervir publicamente sempre que o acesso à cultura não seja respeitado.

Para cumprir todos os seus objetivos, esta associação promove formações direcionadas com o acesso; realiza auditorias e consultorias técnicas em espaços culturais; organiza workshops, conferências e seminários, com intuito de debater e criar boas práticas; divulga notícias e estudos relativos ao acesso, assim como promove e participa no desenvolvimento de projetos de investigação na área do acesso; procura promover relações de cooperação com organismos nacionais ou estrangeiros que se revelem importantes ao seguimento do seu fim.

Esta organização tornou-se um estudo de caso para esta dissertação, escolhida em detrimento de outras pelo forte impacto positivo que tem a nível nacional e internacional, através dos seus projetos e parcerias que disponibiliza.

Neste âmbito, a Acesso Cultura concretizou um projeto em colaboração com a Fundação Calouste Gulbekian, no qual nos focámos mais pela sua importância de conteúdos associados ao decorrer deste trabalho.

Este mesmo projeto organizou umas Jornadas em 2017 com o Tema: *“Além do Físico: Barreiras à participação cultural. Um périplo pelas comunidades Intermunicipais de Portugal.”*<sup>71</sup> Desta jornada surgiu um relatório, que foi o seu último

---

<sup>71</sup> Braga, A., Vlachour, M. (2018). *Jornadas Além do Físico: Barreiras à participação cultural - Um périplo pelas comunidades Intermunicipais de Portugal.*

relatório publicado, no qual refere a participação de 21 comunidades intermunicipais e 2 associações de municípios das Regiões Autónomas. Excluíram as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, uma vez que são os locais onde o acesso cultura tem uma presença mais constante. Com base destas jornadas percebeu-se que há cada vez mais uma maior promoção da acessibilidade e da legislação em vigor e é em virtude destas determinações que os profissionais da cultura têm mais discernimento na existência das barreiras físicas nas instituições culturais. Têm-se também pela noção que a legislação não está a ser aplicada, pelo menos na maior parte dos espaços.

Os principais objetivos da jornada era fundamentalmente demonstrar uma visão mais alargada do que é o “acesso”, para além das questões físicas, assim como, formar uma maior consciência a estes profissionais do seu papel no sentido de responsabilidade que muitos deles têm na criação de barreiras.

O intuito destas jornadas era conseguir mudar o olhar sobre o seu trabalho e sobre a realidade existente na sociedade. É importante nesta área os funcionários refletirem e se questionarem sobre o seu trabalho diário, tendo consciência do que são enquanto pessoas e profissionais e do conhecimento que transmitem aos outros. Além do mais, era também importante incutir a cada profissional da cultura a vontade de mudar e realizar melhorias nos seus serviços, de modo a que as pessoas se sintam mais capacitadas para fazer a diferença.

Como refere o relatório: *“Cada serviço à sua maneira tem as suas barreiras, temos de saber identificar as barreiras e depois destruí-las.”* (2018, p.7).

Como referido no capítulo 7.3.3, muitas vezes os funcionários encontram barreiras ao nível da chefia devido à falta de conhecimento e visão que estes têm sobre as pessoas com deficiência ou incapacidade, até mesmo por vezes, muitos chefes não considerarem ser uma prioridade para as suas instituições. *“É preciso questionar certezas; pequenos detalhes fazem toda a diferença.”* (2018, p.4)

Algumas questões foram abordadas nestas jornadas e uma delas foi a questão dos recursos financeiros e humanos. Como mencionado anteriormente, este é considerado um entrave para a melhoria das acessibilidades nos espaços culturais, por vezes a falta de financiamento impede que muitos destes espaços possam implementar nos seus

serviços a fórmula da lei. Para além disto, relativamente à questão sobre o significado de “acesso” foi respondido por muitos profissionais como “para todos” ou “igualdade de oportunidades.” Ademais, houve dois tipos de definição, uma referente ao próprio utilizador “quando a pessoa tem a facilidade/ liberdade/ possibilidade/ facilita o acesso” (2018, p.39) e outra que se refere a quem trabalha em determinadas instituições que, “permite/possibilita/facilita o acesso” (2018, p.39).

Todas as pessoas que participaram neste inquérito, poucos foram os que referiram o acesso como um direito a todos. Conclui-se assim, que se torna fundamental criar a ideia de que quando falamos em acesso, falamos de possibilitar condições às pessoas para facilitar a sua mobilidade. Ficou também explícito, no que se refere ao que as entidades fazem para desenvolver e promover a acessibilidade, que Coimbra e Leiria assinalam as regiões onde o acesso para além da vertente física, nomeadamente ao nível intelectual e social, têm um maior progresso e reflexão nos seus projetos.

Um outro projeto destacado pela participação desta organização de elevada importância, foi no encontro plenário do ITEM – *Internacional Network For Contemporary Performing Arts*, em Bruxelas no ano de 2017. A ITEM é uma associação com mais de 500 organizações e membros individuais que se encontram ligados às artes do espetáculo em todo o mundo. Neste encontro foi destacado a importância de incluir gestores e artistas culturais portugueses que se encontram a trabalhar na área da deficiência, necessidades especiais e minorias culturais.

Juntamente com o acesso cultura, participaram também cinco companhias artísticas portuguesas, nomeadamente a CRINABEL Teatro, Dançando com a Diferença, Sociedade Artística Musical dos Poucos, Teatro GRIOT e a Vo’Arte, uma vez que estas mesmas companhias desenvolvem o seu trabalho nas áreas acima focadas. Esta participação contou com o apoio da DSArtes - Direção-Geral das Artes e teve como objetivo o reconhecimento de integrar nas práticas culturais, temáticas com estes assuntos de fundo.

Para além disto, esta participação teve como intuito a divulgação e promoção internacional do trabalho criativo dos profissionais da cultura, assim como, a sua integração nas redes de cooperação internacional.

No ano de 2018, a Acesso Cultura criou um outro projeto juntamente com o apoio da Fundação Millennium BCP, na concretização de um website. Teve como fundamento

reunir informação sobre a programação cultural acessível em Portugal, por forma a permitir e facilitar o público com a divulgação dos programas culturais. Um outro objetivo é transmitir o trabalho e dedicação que algumas entidades culturais têm, no que diz respeito a uma maior oferta de acessibilidade às pessoas com necessidades especiais.

Já no ano de 2019, a Acesso Cultural formou uma parceria com a plataforma “Património.pt”, onde se pode divulgar e contribuir com artigos de reflexão e entrevistas relativas à acessibilidade, no sector do Património Cultural em Portugal.

Mais recentemente, esta mesma organização concretizou um projeto em 2019 com vista a terminar em 2021, com o propósito de sensibilizar e apostar numa literatura inclusiva. A inexistência de livros inclusivos, ou seja, que abordem temáticas como as idades, etnias, géneros, religiões, orientações sexuais e grupos socioeconómicos, fez com que fosse criado este projeto, com o apoio do programa Creative Europe. A este deu-se o nome de Every Story Matters – Creative Europe, que teve como finalidade promover a produção de livros inclusivos.

Ainda durante estes mesmos três anos, a Acesso Cultura formou outra parceria entre British Council e a Direção-Geral das Artes, com o projeto Arte e Deficiência, que tende como intenção disponibilizar ações de formação dirigidas a entidades artísticas e agentes culturais nas artes performativas em Portugal. Esta formação permitirá a inclusão das pessoas com necessidades especiais no acesso à criação e usufruto nesta área, com vista ao modelo das boas práticas do Reino Unido, assim como, portuguesas.

Para além dos projetos e parcerias, a Acesso Cultura é uma organização que ao longo de vários anos, tem vindo a receber prémios e menções honrosas em diversas abordagens, nomeadamente no âmbito da acessibilidade intelectual, social, física e integrada. Salienta-se assim que é uma associação com elevada preocupação por este grupo de pessoas e com visão para um futuro melhor, disponibilizando serviços e guias de boas práticas.

## 8. Conclusão

Tal como nos indica o tema da referente dissertação “Acessibilidade das Pessoas com Necessidades Especiais à Cultura”, foi nossa intenção fazer um levantamento dos problemas existentes no que se refere à acessibilidade e, de certa forma, mostrar soluções por forma a garantir acessibilidade a todos os cidadãos e para que estes possam usufruir dos seus direitos.

Sendo várias as barreiras referentes a este tema, nesta dissertação procurámos focar-nos sobretudo na falta de acessibilidade ao nível físico, de informação e comunicação, bem como, a acessibilidade atitudinal. Estas barreiras constituem uma forma de exclusão a certos grupos de pessoas, fundamentalmente às pessoas com necessidades especiais.

Alguns grupos de pessoas vulneráveis encaram barreiras e obstáculos no acesso aos serviços, nomeadamente pessoas idosas, sem-abrigos, crianças, jovens, minorias étnicas, refugiados e entre esses grupos encontramos também pessoas com deficiência ou incapacidade.<sup>72</sup>

A importância da acessibilidade em edifícios públicos, nomeadamente em espaços culturais, tem uma grande relevância na qualidade de vida de todos os cidadãos, sobretudo para aqueles que de alguma forma sofrem de limitações na sua vida, quer seja por deficiência ou incapacidade. É fundamental pensarmos que a acessibilidade é um elemento crucial para uma boa qualidade de vida de todos, independentemente da sua condição, pois permite a participação ativa de todos os cidadãos na vida em sociedade,

---

<sup>72</sup> Este foi um tema estudado pela Cáritas Portuguesa e a sua rede de Cáritas Diocesanas, juntamente com a Cáritas Europa e Cáritas Internationalis. Estas associações encontram-se cada vez mais ativas na resposta e na ajuda aos que mais precisam. Segundo o último relatório nacional de Cáritas Cares - Portugal<sup>72</sup>: “O acesso a serviços de aconselhamento de qualidade é cada vez mais restrito devido a cortes no orçamento de todos os campos dos serviços públicos, especialmente saúde, educação e serviços sociais.” (2014-2020, p.12)

de forma autónoma e independente. Para além disto, permite a inclusão social e cultural, assim como, a igualdade de oportunidades.

Foi crucial reunir informação e perceber a diversidade humana, bem como, entender as características das pessoas que sofrem de algum tipo de restrição. Para além disto, foi primordial fazer um levantamento da história da deficiência, de forma a entender as distintas fases da mesma ao longo dos anos. De realçar também a importância da inclusão social, que nos leva diretamente à abordagem e enquadramento da inclusão cultural.

Concluimos então, que o conceito de deficiência ou incapacidade não é um conceito passivo, ou seja, é um assunto ainda em emergência. É importante ter noção de como estes dois termos são utilizados, assumindo muitas vezes significado de acordo com a intenção.

Como é referido foi através do modelo social da deficiência, que a incapacidade não é inerente à pessoa, mas refere-se ao resultado de um conjunto, por vezes difícil, de condições que são geradas no meio social face a uma situação de deficiência. Ou seja, o enfoque neste modelo é relativamente à influência do meio ambiente como forma de barreira ou impedimento no que diz respeito à participação, desenvolvimento e funcionalidade da pessoa com deficiência ou incapacidade.

Torna-se essencial fazer uma diferenciação entre o que se considera como incapacidade, que diz respeito a aspetos mais negativos do confronto do indivíduo com problemas de saúde com o meio físico e social, e o significado de deficiência, que se entende como algo mais restrito, ou seja, consideram-se problemas que estão mais relacionados com estruturas e funções do corpo.

A deficiência ou incapacidade é, portanto, vista como algo relativo a uma falha individual, o mesmo é dizer, a uma tragédia pessoal ou mesmo a limitações funcionais de cada um. Consequentemente, surgem neste sentido as desigualdades sociais e o facto de as pessoas com deficiência ou incapacidade serem tão dependentes de terceiros.

Este grupo de pessoas são vistos como forma de lamentação, do mal, como objeto de ridículo, um fardo, incapazes de participarem na vida em sociedade, encontram-se sujeitos a uma certa violência e discriminação. Considerando esta visão perante as pessoas com necessidades especiais, leva-nos de forma imediata aos estereótipos negativos a nível

histórico e cultural, como foi referido no nosso capítulo 4, e que por sua vez, nos encaminha para a ideia de exclusão social.

No entanto, devemos ter a plena noção que as pessoas com deficiência ou com incapacidade, uma vez integradas na vida em sociedade, participarem de forma independente nas áreas de que gostam, evitam os olhares que julgam e menosprezam este grupo social. Surge um ambiente de indiferença por parte da sociedade em geral. Geralmente, estes indivíduos por se sentirem diferentes, acabam por se autoexcluírem da sua participação na cultura e no meio social, para não se tornarem por parte de outros vítimas de marginalização. Contudo, é fundamental a existência de consciência por parte de cada indivíduo da sociedade.

Desta feita, é de elevada importância existir uma inclusão social, onde todos percebam que cada um de nós, independentemente da condição, temos direitos e devemos ter sobretudo respeito uns pelos outros. Deve ser dada a relevância de uma inclusão cultural onde se possam criar espaços e condições de participação para as pessoas com necessidades especiais.

Na maioria das instituições culturais, as falhas existentes relativamente ao apoio e forma de acesso destas pessoas, rege-se fundamentalmente pela fraca convivência estabelecida com as pessoas com deficiência ou incapacidade. Os agentes culturais, bem como toda a equipa que constitui as instituições, atuam com base no desconhecimento da realidade, de como atuar com as pessoas com necessidades especiais, levando assim a atitudes discriminatórias. De uma forma involuntária acabam por negligenciar as pessoas com deficiência e incapacidade na vida em sociedade. Para além disso, os profissionais da cultura, também eles constituídos por uma herança cultural, são o reflexo de um pensamento cultural discriminatório, no que se refere à falta de crença nas capacidades que estes indivíduos têm em serem independentes na sua participação na vida cultural.

Ao longo deste estudo pretendeu-se compreender e refletir a relação entre as pessoas com necessidades especiais e as instituições culturais. Procurou-se privilegiar a ideia de que estas instituições são espaços que deveriam responder aos desafios sociais, tendo por base não apenas a cultura, como também o homem, sendo que este é fruto da cultura. Os espaços culturais tornam-se forma de servir a comunidade e dar respostas aos desafios da sociedade, que atualmente se encontra em constante mudança.

Realizar esta abordagem sobre a acessibilidade das pessoas com necessidades especiais à cultura, foi uma forma de perceber que as barreiras existentes tem levado à exclusão social deste grupo. Devemos ter em conta que estas mesmas barreiras não se destinam única e exclusivamente àquelas que todos nós conhecemos e automaticamente associamos, como por exemplo, a necessidade que uma pessoa com cadeira de rodas tem de uma rampa para se poder deslocar e ter acessibilidade a qualquer local. É importante ter noção que as barreiras vão mais além do que as conhecemos. Desta feita, nesta dissertação pretendeu-se ir ao encontro de respostas para as pessoas com necessidades especiais, para as suas prioridades e com o objetivo de uma maior participação, aproximação e interesse na cultura.

Para além disto, procurámos realizar uma mudança, não apenas nas mentalidades das pessoas, mas sobretudo nas áreas físicas/edificadas, bem como nos programas culturais, tendo em vista o relacionamento entre as pessoas com necessidades especiais e a cultura, assim como a partilha de conhecimentos e a satisfação dos interesses de todos.

Outra das preocupações deste trabalho foi a de privilegiar as preocupações e interesses das instituições baseando-se em práticas e princípios igualitários para as pessoas com deficiência ou incapacitadas. Para além do acesso físico/arquitetónico há que ter em conta o acesso relacionado com a interação de cada indivíduo com o meio social ao nível da comunicação e das atitudes, mas também na mudança de prioridades no que respeita à acessibilidade nas instituições culturais. Estas têm de ter objetivos concretos e um envolvimento neste fator de acesso, que permita e assegure um contacto efetivo das pessoas com necessidades especiais com e à cultura. Com isto pretende-se que se abram novas perspetivas de relação entre as instituições, a cultura e as pessoas com deficiência ou incapacidade, de forma a incluir e sensibilizar todas as pessoas que trabalham nesta área.

Este estudo teve também como objetivo modificar uma realidade social, com desejo de fazer mais e melhor para este grupo de pessoas tão especiais, obtendo condições que permitam uma transformação social e cultural, trabalhando assim na construção de novos princípios, perspetivas e práticas.

Esta conceção de uma sociedade inclusiva passa pelo envolvimento, participação e responsabilidade das organizações e agentes locais com a implementação de práticas essenciais que conduzem a uma situação de igualdade para as pessoas com deficiência e

incapacidade. Um dos grandes exemplos de guias de boas práticas que referimos neste trabalho foi, nomeadamente a associação Acesso Cultura, que tem como visão, tornar a diferença normalizada, isto é, respeitada por todos.

A importância que este organismo tem em relação a outras organizações culturais, como por exemplo a APD – Associação Portuguesa de Deficientes, é o facto de trabalhar, contribuir e se focar nas pessoas com deficiência ou incapacidade no âmbito cultural, o mesmo é dizer, na preocupação constante que tem em oferecer e disponibilizar serviços que visam melhores condições de acesso, e assim, promoverem a vida em sociedade. Ao contrário que a Associação Portuguesa de Deficientes, trabalha a questão da deficiência em vários âmbitos sociais, de uma forma mais generalizada.

É através dos objetivos da Acesso Cultura, que esta se destaca perante todas as outras, particularmente por meio das questões da acessibilidade ao nível físico, intelectual e social nas práticas do sector cultural, assim como, a sua contribuição para com os profissionais da cultura, no sentido de estes trabalharem e promoverem um melhor acesso nos seus espaços culturais. Para além disto, a funcionalidade de articularem o diálogo e reflexões sobre as questões de acesso, em fóruns públicos, e intercetarem sempre que o acesso à cultura não seja respeitado, permitindo assim a construção de pilares que suportem as dificuldades e controversos existentes nesta área.

Com o seu trabalho diário, através de formações, workshops, seminários, conferências, consultorias técnicas e projetos de investigação, apoiam todas as organizações culturais, os profissionais da cultura, bem como as pessoas com deficiência ou incapacidade, uma vez que ouvem e fazem chegar as suas vozes a uma direção mais participativa e positiva. Este vínculo permite que as pessoas com necessidades especiais passem de um modo passivo, a um modo ativo dentro de uma sociedade.

Claramente, é notável que ao longo de vários anos, a visão e a ideia sobre as pessoas com deficiência ou incapacidade tem evoluído num sentido positivo e oportuno. Nesta perspetiva, as práticas sociais têm-se revelado estar em constante mutação, para o bem-estar, para a igualdade de todos, como também para a antidiscriminação. Assim sendo, torna-se fundamental realçar a importância que não só a sociedade, como também os responsáveis políticos e todos aqueles que trabalham para a inclusão social, têm na sensibilização de práticas, atitudes, valores e normas para atingir uma sociedade firme. Contudo, esta pode-se dispersar quando confrontada com situações reais e imprevisíveis.

Agora, mais do que nunca, é primordial pensar e visionar a cultura e o acesso a esta, numa esfera mais coerente e numa direção mais fortificada, repensando as práticas e responsabilidades políticas, individuais e coletivas.

Atualmente, passamos por uma das maiores pandemias dos últimos tempos, com o novo vírus designado Covid 19. Esta é uma realidade que sem planeamento e sem capacidade de resposta, está a causar milhões de mortos por todo o mundo. O medo, a ansiedade e a incerteza, obrigam-nos a mudar o nosso modo de vida e a reajustar medidas de precaução que modifica a rotina do nosso dia-a-dia.

O choque provocado por esta doença, está a causar uma crise a vários níveis, nomeadamente a nível da saúde, a nível da política, da economia, da sociedade e da cultura. Este impacto salienta as diferentes desigualdades estruturais já existentes em Portugal, com tendência a agravar com o contexto atual. Esta crise está a afetar sobretudo a vida dos trabalhadores independentes, como designadamente os profissionais da cultura, sobretudo dos quais muitos vivem numa situação constante de instabilidade.

A repercussão do cancelamento de projetos e atividades artísticas, terá um enorme impacto na vida dos artistas, criadores, nas artes e em todos os que formam e contribuem para a cultura. É tempo de repensar o futuro da cultura, dando mais apoio a esta área.

No entanto, os artistas não se fizeram parar e mais do que nunca demonstraram e demonstram todos os dias de como a cultura e as artes, são fundamentais na vida de qualquer um de nós e como estas têm a capacidade de nos fazer ligar e unir numa circunstância em que o modo de vida da sociedade se encontra desregular. Sem a cultura e as artes que se fazem acompanhar, certamente que todo este tempo seria mais desgastante psicologicamente para nós, sem música, filmes, livros, teatro e concertos. Esta união faz-se sentir através da televisão e dos novos meios digitais, nomeadamente da internet.

A atual crise sanitária e os sucessivos estados de emergência obrigaram a redefinir as formas de acesso à cultura, formas essas que permitem remediar as dificuldades na acessibilidade física, já que estas novas formas de acesso privilegiam o digital e vencem de entrada os constrangimentos impostos pelas barreiras físicas.

Embora que nesta dissertação se tenha abordado a acessibilidade física de uma forma mais rigorosa, pelo facto de esta ser uma barreira que pesa mais do que as outras

dentro da sociedade, devido ao conhecimento geral de todos nós, é crucial entendermos que atualmente há fatores não físicos que têm o mesmo valor, prestígio e reverência, nomeadamente o acesso à informação e comunicação, e o acesso atitudinal.

Os espaços culturais detêm de fragilidades aos mais diversos níveis, apesar de estas não se destacarem aos nossos olhos. Estas fragilidades são sentidas sobretudo por um grupo específico de pessoas, neste caso por pessoas com deficiência ou incapacidade, que carecem de auxílio para se conseguirem integrar na vida social, serem autónomas e independentes. É através desta necessidade que uma vez mais, importa frisar a importância que todos os locais direcionados à cultura, devem reunir condições necessárias, como estudadas anteriormente, para garantir o acesso a todos os indivíduos.

Desta feita, interessa ainda salientar a sensibilidade que cada um de nós, enquanto membros de uma sociedade, devemos ter para incluir e integrar as pessoas com necessidades especiais, não só no âmbito cultural, como em todas as áreas, para assim formarmos e construirmos uma sociedade mais justa e igualitária.

## 9. Bibliografia

- Acesso Cultura. (2013). História. Obtido em <https://accessocultura.org/quem-somos/historia/>
- Acesso Cultura. (2013). Objetivos e Missão. Obtido em <https://accessocultura.org/quem-somos/missao-e-objectivos/>
- Acesso Cultura. (2013). Projetos e Parcerias. Obtido em <https://accessocultura.org/projectos-e-parcerias/>
- Alvino-Borba, A., Mata-Lima, H. (2011). Exclusão e Inclusão Social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. *Serviço Social e Sociedade*, 106, 219-240. Obtido em <http://docplayer.com.br/16468707-Exclusao-e-inclusao-social-nas-sociedades-modernas-um-olhar-sobre-a-situacao-em-portugal-e-na-uniao-europeia-1.html>
- Antunes, M. (2007). Volume IV: *História da Cultura*. Lisboa: Fundação Gulbenkian.
- Aragall, F. (2003). *Conceito Europeu de Acessibilidade – CEA* [PDF]. Obtido em <http://www.crefito10.org.br/cmslite/userfiles/file/ACESSIBILIDADE/Conceito%20Europeu%20de%20Acessibilidade.pdf>
- Assembleia da República. (2005). VII Revisão Constitucional [2005]. <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>
- Assis, C., Nepomuceno, C. (2007). Cultura: Diversidade Humana. *Estudos Contemporâneos da Cultura*, p. 1-16. Obtido em [http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia\\_PAR\\_UAB/Fasciculos%20-%20Material/Estudos\\_Contemporaneos\\_Cultura/Est\\_C\\_C\\_A01\\_J\\_GR\\_260508.pdf](http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia_PAR_UAB/Fasciculos%20-%20Material/Estudos_Contemporaneos_Cultura/Est_C_C_A01_J_GR_260508.pdf)
- Assis, C., Nepomuceno, C. (2007). Cultura enquanto paradigma. *Estudos Contemporâneos da Cultura*, p. 1-12. Obtido em [http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia\\_PAR\\_UAB/Fasciculos%20-%20Material/Estudos\\_Contemporaneos\\_Cultura/Est\\_C\\_C\\_A02\\_J\\_GR\\_260508.pdf](http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia_PAR_UAB/Fasciculos%20-%20Material/Estudos_Contemporaneos_Cultura/Est_C_C_A02_J_GR_260508.pdf)

- Aznar, A., Castañón, G. D. (2008). *El campo de la discapacidad intelectual estudiado a través de recorridos múltiples* [PDF]. Obtido em <https://agmerparana.com.ar/wp-content/uploads/2017/09/AZNAR-Andrea-GONZALEZ-CASTA%20%91ON-Diego-SON-O-SE-HACEN-EL-C.pdf>
- Barrozo, A., Hara, A., Vianna, D., Oliveira, J., Khoury, L., Silva, P., Saeta, B., Mazzota, M. (2012). Acessibilidade ao Esporte, Cultura e Lazer para as Pessoas com Deficiência. *Cadernos em Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento*, 12 (2), 16-28. Obtido em <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgdd/article/view/11217/6951>
- Braga, A., Vlachour, M. (2018). *Jornadas Além do Físico: Barreiras à participação cultural - Um périplo pelas comunidades Intermunicipais de Portugal*. Obtido em <https://drive.google.com/file/d/1UJL8OgeR3r17AmelkAC1n9jYcj26TTIY/view>
- Crepaldi, C., Pepè, F. (2014-2020). *Acesso aos serviços por grupos vulneráveis: barreiras, obstáculos e boas práticas*. (Relatório Nacional de Cárita Cares – Portugal). Obtido em [https://www.caritas.eu/wordpress/wp-content/uploads/2020/02/Caritas-Cares-Report-National-PT\\_AFweb.pdf](https://www.caritas.eu/wordpress/wp-content/uploads/2020/02/Caritas-Cares-Report-National-PT_AFweb.pdf)
- Cardoso, E., Cuty, J. (2012). *Acessibilidade em ambientes culturais*. Obtido em [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3024706/mod\\_resource/content/1/acessibilidade-em-ambientes-culturais-eduardo-cardoso-e-jeniffer-cuty-orgs.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3024706/mod_resource/content/1/acessibilidade-em-ambientes-culturais-eduardo-cardoso-e-jeniffer-cuty-orgs.pdf)
- Censos 2011. (2002). Análise da População com Deficiência. *Ubibiorum*. Obtido em <https://ubibiorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/2366/2/Censos2001Destaque.pdf>
- Coelho, T. (1997). *Dicionário de Política Cultural* [PDF]. [https://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Coelho-Dicionario\\_critico\\_de\\_politica\\_cultural.pdf](https://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Coelho-Dicionario_critico_de_politica_cultural.pdf)
- Couto, F., Oliveira, S. *Acessibilidade e Política de Atenção às Pessoas com Deficiência* [Slideserve]. Obtido em <https://www.slideserve.com/glenna/acessibilidade-e-politica-de-aten-o-as-pessoas-com-defici-ncia>
- Diário da República Eletrónico. (1976-04-10). Decreto de Aprovação da Constituição – Diário da República nº86/1976 Série I de 1976-04-10 Artigo 73º Educação, Cultura e Ciência. Obtido em <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/337/202004291637/128038/diploma/indice>

Diário da República Eletrónico. (2004-08-18). Decreto de Lei 38/2004, Diário da República nº194/2004 Série I-A de 2004-08-18. Obtido em <https://dre.pt/pesquisa/-/search/480708/details/maximized>

Diário da República Eletrónico. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Obtido em <https://dre.pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>

Diário da República Eletrónico. (2006-08-08). Decreto de Lei nº163/2006, Diário da República nº152/2006 Série I de 2006-08-08. Obtido em <https://dre.pt/pesquisa/-/search/538624/details/normal?q=DecretoLei+n.%C2%BA%20163%2F2006%2C%20de+8+de+agosto>

Direção Geral do Património Cultural. Acessibilidades. Obtido em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/>

Dias, L. (2011). *Inclusão Social de Cidadãos Portadores de Deficiência(s) residentes no Conselho de Miranda do Douro*. (Dissertação de Mestrado – Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Bragança). Obtido em <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/6870/1/Lui%CC%81sa%20Dias.pdf>

Engels, F., Geertz, C., Bauman, Z., Leontiev, A., Marcarian, E. (1980). *O papel da cultura nas ciências sociais*. Porto Alegre, Brasil: Vila Martha.

Fernandes, L., Schlesener, A., Mosquera, C. (2011). Breve Histórico da Deficiência e seus Paradigmas. *Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia*, 2, 132–144. Obtido em <http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/incantare/article/download/181/186>

Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência. (2006). *1º Plano de Ação para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidades 2006/ 2009*. Obtido em [https://www.un.org/development/desa/disabilities/wp-content/uploads/sites/15/2019/10/Portugal\\_1st-Action-Plan-for-the-Integration-of-Persons-with-Disabilities-2006-2009.pdf](https://www.un.org/development/desa/disabilities/wp-content/uploads/sites/15/2019/10/Portugal_1st-Action-Plan-for-the-Integration-of-Persons-with-Disabilities-2006-2009.pdf)

Gabriely, A. (2007). *Edifícios públicos tombados e a acessibilidade para pessoas com deficiência: um olhar multidisciplinar*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo). Obtido em <http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/1658#preview-link0>

- Garghetti, F., Medeiros, J., Nuernberg, A. (2013). Breve História da Deficiência Intelectual. *Revista Eletrónica de Investigación y Docencia (REID)*, 101-116. Obtido em <https://nedef.paginas.ufsc.br/files/2017/10/Breve-hist%C3%B3ria-da-defici%C3%Aancia-intelectual.-1.pdf>
- Geertz, C. (2008). *A Interpretação da Cultura*. Rio de Janeiro, Brasil: LTC.
- Gehlen, A. (2009). Reflexões sobre o Ser Humano. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, 6 (1). 74-89.
- Gomes, M. F., Cunha, M. (2013). O Museu como agente de transformação: a inclusão cultural. *Cadernos de Sociomuseologia* 1, 45, 61-84. Obtido em <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/4516/3046>
- Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia. (2005). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Temas e debates.
- Instituto Benjamin Constant. Louis Braille. Obtido em <http://www.ibr.gov.br/fique-por-dentro/339-quem-foi-louis-braille>
- Instituto Nacional de Estatística. (2011). Obtido em [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_faqs&FAQSfaq\\_boui=161489126&FAQSmodo=1&xlang=pt](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_faqs&FAQSfaq_boui=161489126&FAQSmodo=1&xlang=pt)
- Instituto Nacional para a Reabilitação. Acessibilidades. Obtido em <http://www.inr.pt/acessibilidades>
- Instituto Nacional para a Reabilitação. Design Universal. Obtido em <http://www.inr.pt/design-universal>
- Colwell, P., Mendes, E. (2004). *Temas da Museologia: Museus e Acessibilidade* [PDF]. Obtido em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/en/publicos/acessibilidade/publicacoes/>
- Magalhães, G., Sidoncha, U. (2018). *Cultura(S): Definições, Desafios, Percursos*. Obtido em [https://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/201812071735-201815\\_culturas\\_gmagalhaes\\_usidoncha.pdf](https://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/201812071735-201815_culturas_gmagalhaes_usidoncha.pdf)
- Malinowski, B. (1975). *Teoria Científica da Cultura*. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar.

- Martins, P. (2014). *Museus (In) capacitantes: deficiência, incapacidades e inclusão em museus de arte*. (Tese de doutoramento – Universidade de Lisboa). Obtido em <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/15959>
- Mazzota, M., D’Antino, M. (2011). Inclusão Social de Pessoas com Deficiências e Necessidades Especiais: cultura, educação e lazer. *Saúde e Sociedade*, 20 (2), 377-389. Obtido em <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v20n2/10.pdf>
- Miranda, A. (2003). História, deficiência e educação especial. *A Prática Pedagógica do Professor de Alunos com Deficiência Mental*, 1-7. Obtido em <http://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp-content/uploads/2014/09/INCLUS%C3%83O-DEFICENCIA-E-EDUCA%C3%87%C3%83O-ESPECIAL.pdf>
- Officer, A., Posarac, A. (2011). *Relatório Mundial sobre a Deficiência*. Obtido em [https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020\\_por.pdf;jsessionid=459A69B231916F034B23754E5EA0AEDE?sequence=4](https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf;jsessionid=459A69B231916F034B23754E5EA0AEDE?sequence=4)
- Organização Mundial de Saúde e Direção-Geral da Saúde. (2004). *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF*. Obtido em <https://www.dgs.pt/estatisticas-de-saude/documentos-para-download/classificacao-internacional-de-funcionalidade-incapacidade-e-saude-cif-pdf.aspx>
- Pedroso, J. (2003). *Normas e Técnicas para melhoria de acessibilidade dos cidadãos com mobilidade condicionada aos edifícios, estabelecimentos que recebem público e via pública – Guia prático* (Câmara Municipal de Sintra). Obtido em [https://cm-sintra.pt/images/01-CMS2018/municipal/servicos/seguranca\\_no\\_trabalho/acessibilidadetodos-normastecnicas.pdf](https://cm-sintra.pt/images/01-CMS2018/municipal/servicos/seguranca_no_trabalho/acessibilidadetodos-normastecnicas.pdf)
- Pera, T. (2010). *Acessibilidade Cultural e Inclusão: o pretexto de estudo para Nevogilde*. (Dissertação de Mestrado - Universidade Lusíada de Vila Nova de Famalicão). Obtido em <http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/326>
- Por sinal. Charles Michel de L’Épée, o pai da educação pública para surdos. (2018). Obtido em <http://www.porsinal.pt/index.php?ps=destaques&idt=rep&iddest=425>

- República Portuguesa - Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social. (2016). Estatísticas sobre Deficiência e Incapacidade. Obtido em [http://www.gep.mtsss.gov.pt/documents/10182/84960/edi\\_03\\_12\\_2016.pdf/aaf33d4a-01da-4b35-ba24-0206708b857a](http://www.gep.mtsss.gov.pt/documents/10182/84960/edi_03_12_2016.pdf/aaf33d4a-01da-4b35-ba24-0206708b857a)
- Sassaki, R. K. (2003). Como chamar as pessoas com deficiência. *Vida Independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos*, 12-16. Obtido em [https://moodle.unesp.br/ava/pluginfile.php/110150/mod\\_folder/content/0/Como\\_chamar\\_as\\_pessoas\\_que\\_tem\\_deficiencia.pdf?forcedownload=1](https://moodle.unesp.br/ava/pluginfile.php/110150/mod_folder/content/0/Como_chamar_as_pessoas_que_tem_deficiencia.pdf?forcedownload=1)
- Sassaki, R. K. (2009). Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, mar./abril. 2009, 10-16. Obtido em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI\\_-\\_Acessibilidade.pdf?1473203319](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319)
- Serviço Nacional de Saúde. Convenção das Nações Unidas sobre os direitos das Pessoas Com Deficiência. Obtido em <https://www.dgs.pt/em-destaque/convencao-das-nacoes-unidas-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia.aspx>
- Sidoncha, U., Moura, C. (2016). *Culturas em Movimento*. Obtido em [https://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/201611041822-201614\\_culturasemmovimento\\_usidonchacmoura.pdf](https://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/201611041822-201614_culturasemmovimento_usidonchacmoura.pdf)
- Sidoncha, U., Moura, C. (2017). *Metamorfoses da Cultura*. Lisboa: Nova Veja.
- Teles, P. (2007). *Acessibilidade e Mobilidade para Todos*. Obtido em <http://www.inr.pt/documents/11309/59516/Acessibilidade+e+mobilidade+para+todos/69ec738b-10a8-40e0-9370-e6aa9d8cf395>
- Tylor, E. (1977). *Cultura primitiva, volume 1- Los Origenes de la cultura*. Madrid: Ayuso.
- Zavareze, T. E. (2009). A Construção Histórico Cultural da Deficiência e as Dificuldades atuais na Promoção da Inclusão. *Portal dos Psicólogos*, 1-5. Obtido em <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0478.pdf>

## Glossário

**Acessibilidade:** a acessibilidade é a característica de um meio físico ou de um objeto que permite a interação de todas as pessoas com esse meio físico ou objeto e a utilização destes de uma forma equilibrada/amigável, respeitadora e segura. (CEA 2003, p.23)

**Barreiras:** Refere-se a fatores ambientais que, quer através da sua ausência quer através da sua presença, condicionam a funcionalidade de um indivíduo, provocando incapacidade. As barreiras podem estar ligadas a diversos fatores, nomeadamente ambientes físicos inacessíveis, falta de atitudes positivas das pessoas perante as outras com incapacidade ou deficiência, pode ocorrer através dos serviços públicos ou privados, políticas inexistentes ou falta de tecnologia adaptada, ou seja, tudo o que envolva as pessoas com uma condição de saúde limitada, nas áreas do seu dia-a-dia. (CIF 2004, p.188)

**Deficiência:** diz respeito a uma perda ou anormalidade de uma estrutura do corpo ou função do fisiológica, ou seja, que inclui funções mentais. (CIF 2004, p.187)

**Diversidade Humana:** As diferenças individuais começam com a combinação dos genes. Assim, surge a diversidade humana que não é apenas uma realidade a nível social (somos todos diferentes), mas também a nível individual/pessoal: as outras pessoas são diferentes de mim e, eu próprio não sou a mesma pessoa no decorrer dos sucessivos estádios de minha vida. (CEA 2003, p.28)

**Estruturas do corpo:** Dizem respeito a partes estruturais ou anatómicas do corpo, tais como os órgãos, membros e seus componentes. (CIF 2004, p.187)

**Funções do corpo:** Refere-se às funções fisiológicas dos sistemas orgânicos, incluindo as funções psicológicas. (CIF 2004, p.186)

**Igualdade:** Referente a igualdade de oportunidades para todos os utilizadores ou utentes, quaisquer que sejam as suas capacidades, antecedentes culturais ou lugar de residência no âmbito do exercício de todas as atividades que integram o seu desenvolvimento social ou individual. (CEA 2003, p.23)

**Incapacidade:** é um termo genérico para deficiências, limitações da atividade e restrições na participação. Indica os aspetos negativos da interação de cada indivíduo, independentemente da sua condição com os fatores contextuais, nomeadamente fatores ambientais e pessoais. (CIF 2004, p.186)

**Participação:** refere-se ao envolvimento que um indivíduo tem na sua vida, representando uma perspetiva social da funcionalidade. (CIF 2004, p.187)

**Restrições:** Referente à participação, são problemas que um indivíduo pode enfrentar quando está envolvido em situações da vida real. A presença da restrição de participação é determinada pela comparação entre a participação individual com aquela esperada de um indivíduo sem deficiência naquela cultura ou sociedade. (CIF 2004, p.187)

## **Anexos**

### **Quadros:**

Quadro 1 – Diferentes estádios condicionantes no desenvolvimento Humano.....p.18

Fonte: Conselho Europeu de Acessibilidade

Quadro 2 - Fatores da diversidade humana.....p.21

Fonte: Conselho Europeu de Acessibilidade

Quadro 3. Distinção entre o modelo médico e do modelo social da deficiência .....p.30

Fonte: Son Ó Se Hacen, El campo del la discapacidad intelectual estudiado a través de recorridos múltiples, (2008).

Quadro 4. Síntese das ações desenvolvidas pela União Europeia em torno da deficiência /incapacidade desde os anos 90 até à atualidade.....p.31

Fonte: Tese de doutoramento – Museus (In) capacitantes: deficiência, incapacidades e inclusão em museus de arte. (2014).

Quadro nº 5, População total com deficiência e os diferentes tipos de deficiência...p.47

Fonte: 1º Plano de Ação para a Integração das Pessoas com deficiências e Incapacidades

Quadro nº 6 , População total, população com deficiência e taxa de deficiência.....p.48

Fonte: 1º Plano de Ação para a Integração das Pessoas com deficiências e Incapacidades

Quadro nº 7, Distribuição das pessoas com deficiência por região (%) .....p.48

Fonte: 1º Plano de Ação para a Integração das Pessoas com deficiências e Incapacidades

Quadro 8: Número de lugares consoante a sua lotação.....p.67

Fonte: DL 163/2006 – 8 de agosto

Quadro 9: Auditório com acessibilidade.....p.89

Fonte: DL 163/2006 – 8 de agosto

Quadro 10: Iluminação para as diversas áreas.....p.93

Fonte: Instituto Português da Museologia (IPM) - Temas da Museologia - Museus e Acessibilidade

Gráficos:

Gráfico 1 – Número de pessoas com tipo de dificuldade.....p.49

Fonte: INE 2011

## Imagens:

Imagem 1 – Mudanças no desenvolvimento humano.....p.19

Fonte: <https://twitter.com/psicologado/status/1054444357917511680>

Imagem 2 - Possíveis utilizadores dos espaços culturais.....p.46

Fonte: <https://www.slideserve.com/glenna/acessibilidade-e-pol-tica-de-aten-o-as-pessoas-com-defici-ncia>

Imagem 3: Estacionamento para pessoas com necessidades especiais.....p.66

Fonte: Guia: Acessibilidade e mobilidade para todos

Imagem 4: Símbolo Internacional da Acessibilidade.....p.67

Fonte: Instituto Português da Museologia (IPM) - Temas da Museologia - Museus e Acessibilidade

Imagem 5: Passeios junto das vias principais com acessibilidade.....p.68

Fonte: Guia: Acessibilidade e mobilidade para todos

Imagem 6: Passagem para peões com acessibilidade.....p.68

Fonte: Guia: Acessibilidade e mobilidade para todos

Imagem 7: Passagem para peões com semáforos.....p.69

Fonte: Guia: Acessibilidade e mobilidade para todos

Imagem 8: Percurso pedonal acessível.....p. 70

Fonte: Guia: Acessibilidade e mobilidade para todos

Imagem 9: Rampas com acessibilidade na via pública com 3 m.....p.71

Fonte: Guia: Acessibilidade e mobilidade para todos

Imagem 10: Rampas com acessibilidade na via pública com 6 m.....p.71

Fonte: Guia: Acessibilidade e mobilidade para todos

Imagem 11: Portas de entrada e saída.....p.72

Fonte: Guia: Acessibilidade e mobilidade para todo

Imagem 12: Portas de batente e pivotante.....p.73

Fonte: Guia: Acessibilidade e mobilidade para todos

Imagem 13: Largura e altura das portas .....p.73

Fonte: Guia: Acessibilidade e mobilidade para todos

Imagem 14: Portas com maior e menor acessibilidade.....p.74

Fonte: Instituto Português da Museologia (IPM) - Temas da Museologia - Museus e Acessibilidade

Imagem 15: Altura dos manípulos ou fechaduras.....p.74

Fonte: Guia: Acessibilidade e mobilidade para todos

Imagem 16: Largura de galerias ou de corredores.....p.75

Fonte: Guia: Acessibilidade e mobilidade para todos

Imagem 17: Zonas de manobra nos corredores ou galerias.....p.75

Fonte: Guia: Acessibilidade e mobilidade para todos

Imagem 18: Escadas Acessíveis.....p.76

Fonte: Guia: Acessibilidade e mobilidade para todos

Imagem 19: Degraus com acessibilidade.....p.77

Fonte: Guia: Acessibilidade e mobilidade para todos

Imagem 20: Rampas com acessibilidade.....p.78

Fonte: Guia: Acessibilidade e mobilidade para todos

Imagem 21: Rampas com acessibilidade.....p.78

Fonte: Guia: Acessibilidade e mobilidade para todos

Imagem 22: Rampas com acessibilidade.....p.79

Fonte: Guia: Acessibilidade e mobilidade para todos

Imagem 23: Rampas com acessibilidade.....p.79

Fonte: Guia: Acessibilidade e mobilidade para todos

Imagem 24: Rampas com acessibilidade.....p.80

Fonte: Instituto Português da Museologia (IPM) - Temas da Museologia - Museus e Acessibilidade

Imagem 25: Dimensão do patamar em frente ao elevador.....p.80

Fonte: Guia: Acessibilidade e mobilidade para todos

Imagem 26: Dimensões da largura dos vãos da porta.....p.81

Fonte: Guia Prático – Normas e técnicas para melhoria da acessibilidade dos cidadãos com mobilidade condicionada aos edifícios, estabelecimentos que recebem público e via pública.

Imagem 27: Dimensões do interior da cabina .....p.81

Fonte: Guia Prático – Normas e técnicas para melhoria da acessibilidade dos cidadãos com mobilidade condicionada aos edifícios, estabelecimentos que recebem público e via pública.

Imagem 28: Dimensões dos botões no patamar do elevador .....p.81

Fonte: Guia: Acessibilidade e mobilidade para todos

Imagem 29: Dimensões dos botões no interior do elevador.....p.82

Fonte: Guia: Acessibilidade e mobilidade para todos

Imagem 30: Dimensões das barras de apoio dentro do elevador.....p.82

Fonte: Guia Prático – Normas e técnicas para melhoria da acessibilidade dos cidadãos com mobilidade condicionada aos edifícios, estabelecimentos que recebem público e via pública.

Imagem 31: Luz Standard para imobilizar as portas.....p.83

Fonte: Guia Prático – Normas e técnicas para melhoria da acessibilidade dos cidadãos com mobilidade condicionada aos edifícios, estabelecimentos que recebem público e via pública.

Imagem 32: Plataformas elevatórias nas escadas.....p.83

Fonte: Guia: Acessibilidade e mobilidade para todos

Imagem 33: Casas de banho acessíveis.....p.84

Fonte: Instituto Português da Museologia (IPM) - Temas da Museologia - Museus e Acessibilidade

Imagem 34: Sanitas acessíveis.....p.84

Fonte: Guia: Acessibilidade e mobilidade para todos

Imagem 35: Urinóis acessíveis .....p.85

Fonte: Guia: Acessibilidade e mobilidade para todos

Imagem 36: Lavatórios acessíveis.....p.85

Fonte: Guia: Acessibilidade e mobilidade para todos

Imagem 37: Espelhos acessíveis .....p.86

Fonte: Guia: Acessibilidade e mobilidade para todos

Imagem 38: Balcões ou guichês de atendimento com acessibilidade.....p.87

Fonte: Instituto Português da Museologia (IPM) - Temas da Museologia - Museus e Acessibilidade

Imagem 39: Mesas com acessibilidade.....p.87

Fonte: Instituto Português da Museologia (IPM) - Temas da Museologia - Museus e Acessibilidade

Imagem 40: Auditório com acessibilidade.....p.88

Fonte: Instituto Português da Museologia (IPM) - Temas da Museologia - Museus e Acessibilidade

Imagem 41: Dimensões da cadeira dentro de um auditório.....p.88

Fonte: Guia: Acessibilidade e mobilidade para todos

Imagem 42: Símbolos que indicam a acessibilidade da instituição cultural.....p.90

Fonte: Guia: Acessibilidade e mobilidade para todos

Imagem 43: Painéis informativos com setas.....p.90

Fonte: Instituto Português da Museologia (IPM) - Temas da Museologia - Museus e Acessibilidade

Imagem 44: Tamanho de letra consoante a distância.....p.91

Fonte: Instituto Português da Museologia (IPM) - Temas da Museologia - Museus e Acessibilidade

Imagem 45: Sala de exposição com acessibilidade.....p.92

Fonte: Instituto Português da Museologia (IPM) - Temas da Museologia - Museus e Acessibilidade

Imagem 46: Iluminação mal posicionada.....p.93

Fonte: Instituto Português da Museologia (IPM) - Temas da Museologia - Museus e Acessibilidade

Imagem 47: Área de descanso.....p.95

Fonte: Instituto Português da Museologia (IPM) - Temas da Museologia - Museus e Acessibilidade

Imagem 48: Área de descanso mal localizada.....p.95

Fonte: Instituto Português da Museologia (IPM) - Temas da Museologia - Museus e Acessibilidade